



Adriana Milene Ascensão Sousa

À PROCURA DA CHAVE DE UM SONHO ...

*Perceções das Mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço
sobre a sua Integração Social*

Monografia de Estágio de Mestrado em Serviço Social, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da
Universidade de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Helena Neves Almeida

Coimbra, 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Adriana Milene Ascensão Sousa

À PROCURA DA CHAVE DE UM SONHO ...

*Perceções das Mulheres da Comunidade Cigana do Bairro
Social do Cabeço sobre a sua Integração Social*

Local de Estágio: CooLabora, CRL./Projeto Quero Ser Mais E6G

Monografia de Estágio de Mestrado em Serviço Social, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Helena Neves Almeida

Coimbra, 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

*“ O preconceito é um fardo,
que confunde o passado,
ameaça o futuro
e torna o presente inacessível. ”*

Maya Angelou

ÍNDICE GERAL

Dedicatória.....	vi
Agradecimentos.....	vii
Resumo.....	ix
Abstract.....	xi
Abreviaturas e Siglas.....	xii
Índice de Tabelas.....	xiii
Índice de Figuras.....	xiv
Introdução.....	1
Parte I – Contributos Teóricos sobre a Intervenção Social com Famílias Multiproblemáticas em Contextos de Multiculturalidade.....	3
Capítulo 1 – Conceitos e Contextos de Multiculturalidade.....	3
1.1 – Especificidades da Comunidade Cigana.....	4
1.2 – Comunidade Cigana, uma Minoria Minoria Étnica em Situação de Exclusão? Conceitos e Realidades Associadas.....	10
Capítulo 2 – Eixos de Intervenção do Serviço Social com Famílias Multiproblemáticas.....	13
2.1 – Contextos e Problemáticas de Intervenção: Risco, Vulnerabilidade e Famílias Multiproblemáticas Pobres.....	14
2.2 – Teorias e Modelos de Intervenção Social com Famílias Aplicáveis a Famílias Ciganas.....	19
Parte II – O Contexto de Estágio.....	27
Capítulo 3 – Caracterização da Instituição de Acolhimento.....	27
3.1 – CooLabora, CRL.....	27
3.2 – Projeto Quero Ser Mais E6G.....	28
3.3 – Bairro Social do Cabeço.....	31
3.4 – Trabalho de Intervenção Desenvolvida e Atividades de Estágio.....	31
Parte III – Processo de Investigação: Perceções de Mulheres da Comunidade Cigana sobre a sua Integração Social.....	34
Capítulo 4 – Delimitação do Problema, Objeto, Objetivos da Pesquisa e Opções Metodológicas.....	34
4.1 – Definição do Problema.....	34
4.2 – Objeto e Objetivos de Estudo.....	34

4.3 – Natureza da Pesquisa.....	35
4.4 – Eixos Analíticos da Pesquisa.....	36
4.5 – Procedimentos de Recolha de Dados	37
4.6 – População e Amostragem.....	43
4.7 – Tratamento dos Dados: SPSS e Análise de Conteúdo	49
4.8 – Questões Éticas	50
Parte IV – Apresentação e Discussão dos Resultados.....	51
Capítulo 5 – Caraterísticas Sociodemográficas das Mulheres da Comunidade	
Cigana Residentes no Bairro Social do Cabeço	52
5.1 – Perceções Sobre a Vivência das Mulheres Ciganas no Bairro Social	
.....	57
5.2 – Autoavaliação Efetuada pelas Mulheres da Comunidade Cigana do	
Bairro às Mudanças Ocorridas na sua Vida com o Projeto Quero Ser Mais E6G	
.....	74
5.3 – Perceções Sobre as Potencialidades e as Limitações Associadas à	
Vida das Mulheres no Bairro Social.....	79
Conclusão	87
Referências Bibliográficas.....	92
Apêndices	100
Apêndice 1 – Inquérito por Questionário	101
Apêndice 2 – Guião da Entrevista Narrativa.....	106
Apêndice 3 – Termo de Consentimento Informado Para Participação Na Pesquisa	
.....	107
Apêndice 4 – Tabelas de Análise de Conteúdo	108
Apêndice 5 – Cartaz de Atividade: Tertúlia “ComUnidade”	130
Apêndice 6 – Folheto Informativo da Atividade Realizada	131

DEDICATÓRIA

À minha irmã por mostrar que nada na vida é impossível.
Força!!
Estamos Juntas!!

AGRADECIMENTOS

Nada na vida é inatingível! Quando embarquei nesta aventura, já antevia o que me esperava devido às longas histórias que se contam entorno da realização de um trabalho desta envergadura. Contudo, só quando estamos no barco, a viver a história é que damos realmente valor a tudo o que nos foi descrito com tanta emoção.

Visto que a realização deste trabalho foi sem dúvida muito trabalhosa e desafiante, agradeço de forma especial:

À minha irmã, que apesar de estar longe, esteve sempre perto. Ajudou-me, apoiou-me e deu-me os melhores conselhos quando mais precisava. Sobretudo, mostrou-me que na vida tudo é possível de alcançar, basta querermos e lutarmos por isso. Para ti e por ti, Obrigada! Amo-te!

À minha mãe, que sempre teve uma palavra de carinho, amor e sobretudo, de conforto acreditando que eu era capaz. Obrigada Mãe!

Ao meu Pai, pelas palavras de motivação e por sempre me mostrar que se trabalharmos conseguimos alcançar os nossos objetivos. Obrigada Pai!

À minha querida e amada avó, minha segunda mãe, que sempre teve aquele “colinho” para me dar e reconfortar quando mais precisava. Obrigada Avózinha!

Ao meu namorado, que aturou as minhas birras e faltas de humor quando o trabalho não corria bem. Obrigada pela paciência e amor infinito que me dás! Amo-te!

Ao meu avô, que acredito que me guarda e ilumina a minha vida. Estaremos sempre juntos!

À minha amiga Raquel, pelos cafés em Mira, pelas aventuras e passeios, pelos desabafos e conselhos que seguem sempre por mensagem. Obrigada pelo apoio!

A todos os restantes amigos, que de uma forma ou de outra animavam os meus fins de semana. Pedrito, Ivo, Sara, Carina, Marco, o meu Muito Obrigada!

À minha orientadora de Estágio, Dra. Tânia Araújo, que me orientou nos momentos de indecisão e dúvida, se mostrou totalmente disponível para esclarecer todas as dúvidas que iriam surgindo com o decorrer do estágio. Obrigada pela disponibilidade e ensinamentos!

À minha orientadora na Faculdade, Professora Doutora Helena Almeida, que apesar da distância, sempre foi muito prestável e acessível na comunicação e resolução de problemas. Obrigada pela sua orientação, dicas, conselhos e apoio em fase de desânimo.

À Dona Rosa, pela sua incrível disponibilidade, amizade e carinho com que trabalha com esta população. Continue, não desista! Às vezes existem muitos percalços, mas você sabe consegue sempre ultrapassa-los. Força!!

À instituição CooLabora, CRL. que possibilitou a realização deste estágio dando-me assim, a oportunidade de poder intervir com esta população-alvo. Obrigada!

Aos restantes membros desta instituição agradeço pelo caloroso acolhimento.

À população do Bairro Social do Cabeço, que proporcionou uma grande experiência profissional. Adorei “viver” com vocês estes 4 meses! Aprendi imenso com vocês! Muito Obrigada a TODOS/AS!

Às mulheres de etnia cigana vai um agradecimento especial por se disponibilizarem a responder e a contribuir para a minha pesquisa com aquilo de que mais sabem. Obrigada!

Porque o Vosso Apoio Foi Imprescindível ...

Obrigada!

RESUMO

Este estudo exploratório teve como objetivo principal identificar e analisar as percepções que as mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço têm sobre a sua integração na sociedade, nomeadamente a existência de preconceito, discriminação, desafios e apoios e como critérios de inclusão de pesquisa mulheres da Comunidade Cigana com idade igual ou superior a 18 anos residentes no Bairro Social do Cabeço que integram o Projeto Quero Ser Mais E6G, em curso no concelho da Covilhã.

Para a realização deste estudo, foram utilizadas duas técnicas de recolha de dados: a Entrevista Narrativa, aplicada numa amostra não probabilística, por conveniência, num total de 16 mulheres de etnia cigana residentes no Bairro Social do Cabeço, com idade igual ou superior a 18 anos que integrassem o Projeto Quero Ser Mais E6G, e a observação com a elaboração dos diários de campo; e ainda o Inquérito por Questionário, tendo participado 36 mulheres de etnia cigana nos mesmos parâmetros referidos. Após a recolha de informação, os dados foram tratados e analisados através, respetivamente, da análise de conteúdo, e a análise estatística descritiva com recurso ao programa SPSS.

Da análise efetuada, concluiu-se que nas mulheres de etnia cigana ainda predomina o baixo nível de escolaridade apesar das constantes mudanças na nossa sociedade, o que condiciona o seu acesso ao mercado de trabalho. Contudo, esta não é a principal condicionante pois, a discriminação existente relativamente a estas populações é notória e, por isso, continuam a enfrentar enormes dificuldades na sua integração.

Importa ainda referir, que se verificou que estas mulheres, atualmente, continuam a confrontar-se com processos de discriminação, não só apenas pela sociedade em geral como também pela sua própria comunidade. Para além disso, inferiu-se que as redes de apoio que existem para a comunidade cigana, não são suficientes para dar resposta às necessidades existentes.

Desta forma, importa transmitir que, das situações acima identificadas, estas poderão ser melhoradas se forem repensadas as estratégias, as abordagens, os instrumentos e até as políticas públicas que existem para estas populações, sendo que, os profissionais de Serviço Social também deverão estar mais ligados às práticas de intervenção social (necessidades expressas e sentidas pela população cigana).

Palavras-Chave: Mulheres de Etnia Cigana; Discriminação; Redes de Apoio; Integração Social

ABSTRACT

This exploratory study had as its main objective the identification and further analysis of the perceptions that the gypsy women residing in the Gypsy Community of the Bairro Social do Cabeço have about their own integration in modern society and, namely, their views on the existence of discrimination, challenges and welfare support. For this study the inclusion criterion used included gypsy women aged 18 and older residing in the Bairro Social do Cabeço were considered. They were also part of the Projeto Quero Ser Mais E6G in Covilhã.

As for the making of this study, two techniques of data gathering were employed: the narrative interview, applied to a non probabilistic sample, by convenience, featuring 16 gypsy women currently residing in the Bairro Social do Cabeço, aged 18 and up and who were part of the Projeto Quero Ser Mais E6G and observations with due daily documentation; The second technique was the Inquiry by Questioning, wherein 36 gypsy women participated with the same parameters mentioned above. After the data gathering, the information was processed and analysed through content analysis and the use of the statistical program: SPSS.

The results yielded by the analysis of the data gathered revealed that gypsy women still suffer from low levels of education, despite the fact that our society as a whole is moving in the opposite direction. This severely affects their chance of employment. However, this is not the main reason for the low employment rates of this ethnic group since discrimination still plays a heavy role in determining the chances of a gypsy woman being given a certain job. Lack of social integration is also instrumental to the persistence of this problem.

It's important to mention that gypsy women are not only discriminated against by society in general, but also by members of their own community. The support network that exists to provide help to these women is also shown not to be very efficient.

Therefore, it's important to refer that these dysfunctions could very well be improved if better solutions, public policy and approach strategies were employed henceforth, being that Social Workers should always be instrumental in whichever type of intervention may be conjured in the future (which the gypsy population desperately needs).

Keywords: Gypsy Women; Discrimination; Support Networks; Social Integration

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACES Cova da Beira – Agrupamentos de Centros de Saúde da Cova da Beira

ACIDI – Ato Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

ACM, IP. – Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público

AFIA – Atelier Formativo para a Integração Ativa

CCC – Centro Comunitário do Cabeço

CID – Centro de Inclusão Digital

CILAN – Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanífcios

CooLabora, CRL. – CooLabora - Cooperativa de Intervenção Social e Consultoria

CPCJ da Covilhã – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã

GEPE – Grupos de Entreaajuda na Procura de Emprego

IASSW – *International Association of Schools of Social Work*

IFSW – *International Federation of Social Workers*

IPAV – Instituto Padre António Vieira

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Modatex – Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confecção

RSI – Rendimento Social de Inserção

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UCSP do Tortosendo – Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados do Tortosendo

UNRISD – *United Nations Research Institute for Social Development*

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de Abordagens das “ <i>Teorias Implícitas</i> ”	p. 21
Tabela 2 – Fases Principais da Entrevista Narrativa	p. 37
Tabela 3 – Relação entre a Idade e a Nível de Escolariedade	p. 54
Tabela 4 – Relação entre a Idade e a Situação Profissional das Inquiridas.....	p. 55
Tabela 5 – Relação entre a Idade e a Situação Profissional das Entrevistadas.....	p. 56
Tabela 6 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Acesso aos Serviços	p. 59
Tabela 7 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Rede de Apoio Formal e Informal	p. 62
Tabela 8 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Qualidade de Vida	p. 67
Tabela 9 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Lazer	p. 71
Tabela 10 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço	p. 76
Tabela 11 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Constrangimentos e Oportunidades	p. 82

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Conceção Circular de um Processo de Investigação Quantitativa	p. 42
Gráfico 1 – Idade das Participantes	p. 44
Gráfico 2 – Estado Civil das Participantes	p. 45
Gráfico 3 – Situação Profissional das Participantes	p. 45
Gráfico 4 – Nível de Escolariedade das Participantes	p. 46
Gráfico 5 – Idade das Participantes da Entrevista Narrativa	p. 47
Gráfico 6 – Estado Civil das Participantes da Entrevista Narrativa	p. 48
Gráfico 7 – Situação Profissional das Participantes da Entrevista Narrativa	p. 48
Gráfico 8 – Nível de Escolariedade das Participantes da Entrevista Narrativa	p. 49
Gráfico 9 – Classificação da Satisfação da Vida das Participantes	p. 65
Gráfico 10 – Classificação da Qualidade de Vida das Participantes	p. 66
Gráfico 11 – Classificação do Bairro Social do Cabeço pelas Participantes	p. 66
Gráfico 12 – Existência de Redes de Apoio à Comunidade Cigana	p. 61
Gráfico 13 – Existência de Igualdade de Direitos	p. 79
Gráfico 14 – A sua Vida é mais Condicionada Comparativamente às Mulheres Não Ciganas?	p. 80
Gráfico 15 – Discriminação das Participantes	p. 81

INTRODUÇÃO

A monografia de estágio foi desenvolvida no âmbito do Mestrado de Serviço Social da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e o estágio foi realizado na cooperativa Coolabora, CRL., mais concretamente, no Projeto Quero Ser Mais E6G localizado na Loja Social do Bairro Social do Cabeço sito em Tortosendo – Covilhã.

O estudo exploratório aqui apresentado teve como principal intuito identificar e analisar a existência de preconceito, discriminação, desafios e apoios presentes na Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço de acordo com as perceções das mulheres da mesma comunidade.

A questão da Inclusão das Comunidades Ciganas tornou-se uma prioridade da União Europeia, pois embora sejam parte integrante da sociedade e da economia Europeia, são muitas vezes, vítimas de discriminação, preconceito e exclusão. Como consequência de todos estes fatores, algumas comunidades ciganas são forçadas, por vezes, a sair do seu país de origem (Vilkamaa, 2011). Também em Portugal, os ciganos não são institucionalmente reconhecidos como minoria étnica nem como minoria nacional, o que leva a que não exista medidas de políticas públicas dirigidas concretamente para pessoas de etnia cigana. (Magano & Mendes, 2014). Não existe um diagnóstico social profundo relativo às comunidades ciganas. Assim, a cultura cigana continua a ser desvalorizada e desconhecida na nossa sociedade portuguesa, permanecendo imagens marcadas não só pela diferença, como também pela “estranheza” (Bochaca, 2003 *in* Magano & Mendes, 2014).

Por isso, as comunidades ciganas enfrentam diversos e complexos e interdependentes problemas como por exemplo, não têm uma habitação digna, possuem baixas qualificações profissionais e escolares o que dificulta o acesso ao emprego, por razões económicas têm dificuldades em aceder à maioria dos bens e serviços, entre outros. Todos estes elementos constituem barreiras à inclusão e, por isso, torna-se muito mais intrincado saírem das situações de exclusão e vulnerabilidade social (Vicente, 2013; Vilkamaa, 2011). Identificadas estas dificuldades, torna-se necessário compreender a forma como é vivida esta situação pela própria comunidade cigana.

O presente relatório está dividido em quatro partes. Na primeira parte, procede-se a uma análise fundamentada da pertinência social e científica do objeto de estudo e de intervenção tendo em conta os contributos teóricos sobre a Intervenção Social com

Famílias Multiproblemáticas em Contextos de Multiculturalidade. Assim, existem dois grandes capítulos. No primeiro capítulo abordo os seguintes temas: “Conceitos e Contextos de Multiculturalidade”, “Especificidades da Comunidade Cigana” e “Comunidade Cigana, uma Minoria Étnica em Situação de Exclusão? Conceitos e Realidades Associadas”. No segundo capítulo realço temas como: “Eixos de Intervenção do Serviço Social com Famílias Multiproblemáticas”, “Contextos e Problemáticas de Intervenção: Risco, Vulnerabilidade e Famílias Multiproblemáticas Pobres” e “Teorias e Modelos de Intervenção Social com Famílias Aplicáveis a Famílias Ciganas”. Na segunda parte, procede-se à contextualização do estágio ou seja, realizo uma caracterização da instituição de acolhimento e, posteriormente do projeto e do bairro onde está localizado o projeto. Na terceira parte, apresenta-se o processo de investigação isto é, a delimitação e definição do problema, objeto e objetivos de estudo, natureza da pesquisa, eixos analíticos da pesquisa, procedimento da recolha de dados quer no Inquérito por Questionário, quer na Entrevista Narrativa, tratamento dos dados: SPSS e Análise de Conteúdo e, por fim as questões éticas. Na quarta e última parte, realiza-se a apresentação e discussão dos resultados recolhidos na investigação.

PARTE I – CONTRIBUTOS TEÓRICOS SOBRE A INTERVENÇÃO SOCIAL COM FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS EM CONTEXTOS DE MULTICULTURALIDADE

CAPÍTULO 1 – CONCEITOS E CONTEXTOS DE MULTICULTURALIDADE

A sociedade portuguesa, ao longo dos tempos, tem vindo a sofrer grandes transformações a nível da sua composição demográfica, uma vez que, com a descolonização e a entrada de Portugal na União Europeia levou a que Portugal se transformasse num país de imigração. Contudo, a interação social presente entre as diversas culturas originaram uma “ (...) *renovação das atitudes e das formas de expressão cultural.*” (Vieira, 2011, p. 92) caracterizando assim, a sociedade portuguesa como multicultural pois, Portugal foi “ (...) *sempre um país em que, durante séculos, se cruzaram e fundiram povos com culturas diferenciadas, que imprimiram marcas características, não só ao que se poderão designar por regiões, mas, às vezes, às diferentes localidades*” (*ibidem*). Deste modo, Ricardo Vieira (2011) afirma que esta realidade é irreversível e verifica-se maioritariamente nos meios urbanos mais industrializados devido à existência de maiores oportunidades de trabalho.

Para María Idáñez & Daniel Buraschi (2012), multiculturalismo é um rótulo que se utiliza para descrever um facto social (a coexistência no mesmo espaço social de pessoas culturalmente diferentes), sendo por isso, o multiculturalismo uma característica cada vez mais presente nas sociedades atuais.

Devido à presença crescente de minorias étnicas em Portugal, que originou pressões que levaram a medidas políticas pouco definidas, o multiculturalismo divide-se em três grandes etapas que correspondem a três modelos ideológicos de práticas e políticas relativamente aos imigrantes e minorias étnicas, são eles:

- Assimilacionismo consiste “ (...) *na total conformidade dos originários de grupos culturais e étnicos à cultura dominante. Exige-se às minorias que «esqueçam» as suas culturas de origem de modo a estarem em perfeita conformidade com a cultura dominante.*” (Vieira, 2011, p. 104)
- Integracionismo era esperado que “ (...) *as minorias assimilassem os conhecimentos, as atitudes e os valores fundamentais para a sua participação na dinâmica da cultura dominante.*” (Cardoso, 1996 *in ibidem*).

- Pluralismo é um conceito inseparável do conceito de multiculturalismo, ou seja, *“Nenhum discurso sobre multiculturalismo deixa de se basear e referir ao pluralismo. Ambos os termos estão carregados de ideologia e originam variadíssimas definições.”* (Cardoso, 1996 in ibidem).

Assim, para que haja uma política de integração social dos imigrantes “ (...) é necessário incluir os excluídos, respeitando as suas diferenças, e, para isso, é preciso assegurar o estatuto legal dos imigrantes, com direitos políticos (...)” como por exemplo, alojar com dignidade as famílias, combater o racismo e a xenofobia, entre outros. (Vieira, 2011, p.93).

1.1 – Especificidades da Comunidade Cigana

“As Comunidades Ciganas não possuem informação sobre os serviços, os seus direitos e responsabilidades – e os profissionais não têm nem formação nem recursos para lidar com este público.”
(Vilkamaa, 2011, p. 6)

A Revolução Liberal, veio alterar de forma significativa a situação jurídica dos ciganos através da Carta Constitucional de 1826 e da Constituição de 1822 que “ (...) eliminaram as desigualdades em função da raça e reconheceram a cidadania portuguesa aos nascidos em território português, banindo o critério rácio, que até então servira para perseguição dos ciganos.” (idem, p. 6). Deste forma, ao longo dos séculos a estratégia estatal referente aos ciganos era caracterizada pela perseguição impiedosa e pela segregação tentando assim, erradicar do território continental a etnia cigana. Estas medidas tinham claramente um carácter racista e discriminatório uma vez que, nunca foi implementada uma política de total integração apenas, tentativas de “domesticação” do povo cigano (S.O.S Racismo, s/d).

Ágnes Csontá & Delia Nitã (2014, p. 7) consideram que as “ (...) comunidades ciganas constituem a maior minoria étnica da União Europeia, estimando-se que existam 10-12 milhões em todo o mundo, dos quais 6 milhões vivem na UE”.

Portugal, sempre foi um país multicultural onde se cruzaram durante séculos povos de culturas diversas “ (...) povos com culturas diferenciadas, que imprimiram marcas características, não só ao que se poderão designar por regiões, mas, às vezes, às diferentes localidades.” (Vieira, 2011, p. 92). Por este motivo, é que o povo cigano se foi diferenciando, ou seja, devido às influências externas e do meio onde se

localizavam tinham diferentes formas de agir, pensar, entre outras. Daí, e de acordo com o autor Fraser (2000, *in* Costa, 2006, p. 227) cada cigano “ (...) *é fruto de uma tradição geral de adaptabilidade social, geográfica e ocupacional.*” contudo, “ (...) *continuam a ser considerados um grupo homogéneo, fechado sobre si próprio e portador de uma identidade específica, diferente ou distinta da considerada «normal» ou oficial.*” (Silva, 2008, p. 158).

Desta forma, a etnia cigana é, ainda muitas vezes caracterizada pelo seu “nomadismo” (Cozannet, 1973 *in* Costa, 2006). Devido a esta característica, as instituições oficiais continuam a acusá-los de “ (...) *parasitismo social e económico, atribuindo-lhes comportamentos destrutivos do edifício social*” (Mendes 2007; Lopez & Fresnillo, 1995 *in* Magano & Mendes, 2014, p. 17). Outra característica da etnia cigana é o facto de serem conhecidos quer pelas instituições quer entre os diferentes grupos de ciganos, como “*atrasados*” em relação à sociedade envolvente, manifestando resistências na adaptação a novos desafios e a novos tempos das sociedades modernas (Lopes, 2008; Magano, 2010 *in ibidem*).

Susanna Vilkkamaa (2011) considera que as comunidades ciganas são desproporcionalmente afetadas pela pobreza o que leva a que estejam “ (...) *expostas a um alto risco de tráfico de seres humanos, sobretudo devido à sua baixa condição socioeconómica.*” (p. 3) e, continuamente a serem vítimas de exclusão, preconceito e discriminação “ (...) *baseada em preconceitos raciais e estereótipos negativos veiculados pelos políticos e os meios de comunicação social.*” (idem, p. 4), por exemplo, quando são vítimas de despejos forçados, maus tratos policiais e ataques racistas que são as piores formas de discriminação contra estas comunidades. Devido à existência de complexos e múltiplos problemas que se encontram interligados como por exemplo, possuir uma habitação digna mas não ter emprego ou ter emprego mas ser discriminado, leva a que o papel de mediador seja fundamental uma vez que, efetua “ (...) *no terreno a avaliação das necessidades (...)* ” e resolve “ (...) *as lacunas entre estas comunidades e a sociedade maioritária.*” (idem, p. 5).

No *briefing* realizado em 2011, pela Rede Europeia Anti-Pobreza, que Susanna Vilkkamaa produziu, são apontadas como principais áreas de exclusão que se manifestam em diversas dimensões da vida das comunidades ciganas as seguintes áreas:

- Educação – as crianças da comunidade cigana não conseguem obter bons resultados como as outras crianças, são colocadas em escolas para crianças com deficiência mental ou são segregadas em escolas diferentes e

discriminadas, regularmente, na própria escola. Existem diversos fatores que influenciam todos estes acontecimentos que são por exemplo a falta de referência do papel das comunidades ciganas no processo educativo, a fraca motivação para aprendizagem e a habitação precária que levam à existência de más condições de vida.

- Emprego – relativamente a outras comunidades, a comunidade cigana possui a taxa de emprego mais baixa. Isto pode ser explicado pelo facto de as artes e os ofícios das comunidades ciganas estarem a ser substituídos pela produção em massa em fábricas o que faz com que as competências e conhecimentos outrora aprendidos sejam agora obsoletos num mercado de trabalho competitivo, pela “ (...) *baixa taxa de conclusão do primeiro ciclo, pelo nível baixo de alfabetização, e pelo racismo no local de trabalho juntamente com a relutância dos empregadores para os contratarem, muitas vezes, forçando-os a trabalhar de forma ilegal e precariamente.*” (*idem*, p. 5).
- Saúde – o facto de possuírem diferenças culturais e escassas competências linguísticas, dificulta o acesso aos serviços de saúde o que justifica a taxa de mortalidade infantil de dois a seis vezes superior à média e a taxa de esperança média de vida inferior a dez anos relativamente à maioria da população.
- Habitação – “*As condições de habitação destas comunidades são geralmente muito precárias. Os acampamentos rurais são geralmente segregados e isolados dos serviços públicos e apresentam ausência de infra-estruturas básicas.*” (*idem*, p. 6).
- Prestações sociais – existem dificuldades no acesso às prestações sociais essencialmente porque não possuem residência.

De um modo geral, poder-se-á afirmar que a “ (...) *etnia cigana foi sempre objecto de discriminação, tanto na nossa sociedade como noutras.*” (S.O.S Racismo, s/d, p. 18) uma vez que, como salienta Magano & Mendes (2014, p. 19), *citando a Comissão Europeia, 2004; Mendes, 2007; ERRC/Númena, 2007; Bastos, Correia & Rodrigues, 2007 “ (...) continuam a ser considerados o grupo étnico mais pobre, com piores condições habitacionais, menos escolarizado e o principal alvo de racismo e de discriminação nas sociedades modernas.*”.

Importa ainda salientar que, na sociedade portuguesa, “ (...) a cultura cigana continua a ser desconhecida e desvalorizada (...) ” (Bochaca, 2003 in Magano & Mendes, 2014, p. 17) existindo por isso, imagens marcadas pela diferença e “estranheza”. Para além disso, prolifera muito a ideia de que “ (...) os ciganos teimam (...) viver isolados dos outros cidadãos portugueses, numa espécie de micro sociedade à parte, regendo-se por regras e leis próprias.” (Lopez & Fresnillo, 1995 in Magano & Mendes, 2014, p. 17-18). De forma a poderem ser culmatados todos estes problemas, Vicente (2013, p. 1) argumenta que:

“ (...) é necessário criar as condições necessárias para que a participação destas comunidades na sociedade se realize em igualdade face à restante população, pois viver numa situação de exclusão social significa estar ausente/distante de todos os princípios inerentes ao exercício da cidadania e este requer, por sua vez, um conjunto alargado de direitos e deveres.”.

Como referi anteriormente, na sociedade portuguesa ainda persiste a falta de conhecimento relativamente às comunidades ciganas. A falta de uma base sólida (a não existência de nenhum estudo em Portugal de carácter sociográfico da população cigana que permita uma caracterização pormenorizada da mesma) é notória e paralelamente, as políticas públicas não são visíveis (Castro, 2010). Os dados que existem referentes às comunidades ciganas resultam de alguns estudos monográficos designadamente em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, principalmente na área das Ciências Sociais, que permitem apenas uma aproximação à realidade (*idem*). No entanto, e sobretudo a partir dos anos 90, os estudos desenvolvidos em Portugal que contextualizam as questões ciganas têm aumentado significativamente. Para além disso, em todo o território nacional têm sido realizadas iniciativas de ações de intervenção que envolvessem comunidades ciganas quer por entidades públicas, quer por entidades privadas (por exemplo: Escolas, Centro de Formação Profissional, ...) e também ações de investigação¹.

Neste sentido, menciono alguns estudos realizados sobre esta população-alvo:

- **“Coexistência inter-étnica, Espaços e Representações Sociais: Os ciganos vistos pelos outros”** (2005), investigação realizada por Isabel Duarte, Alexandra Castro, Joana Afonso, Mafalda Sousa, Margarida Salgueiro Antunes e Maria José Lobo Antunes e teve como objetivo

¹ Consultar *site* do Observatório das Comunidades Ciganas: <http://www.obcig.acm.gov.pt/estudos-e-publicacoes>

principal compreender e analisar as representações existentes sobre a comunidade cigana em contextos de co-presença com não ciganos. Para a realização desta investigação existiram espaços-situação em que estivessem presentes estes dois universos (ciganos e não ciganos), foram o espaço de exercício profissional (Estudo de Caso 3: a feira de Cascais), o espaço de permanência ocasional junto de equipamentos coletivos (Estudo de Caso 4: o Hospital Garcia de Horta) e o espaço residencial que englobou dois estudos de casos distintos (Estudo de Caso 1: o Espaço Residencial do -Bairro da Boavista e o Estudo de Caso 2: o Espaço Residencial do Terreno de Estacionamento de Vila Nogueira de Azeitão);

- **“Tradição e Prospectiva nos Meandros da Economia Cigana: Circuitos peri-económicos na Grande Lisboa”** (2006), estudo realizado por Alda Gonçalves, Orlando Garcia e Pedro Barreto tem como principais objetivos compreender as lógicas de produção e de gestão de rendimentos, elaborar um conjunto de recomendações e detectar as principais actividades geradoras de rendimento dentro da Comunidade Cigana. Importa salientar que neste estudo surge a influência de novos ciganos denominados de “*ciganos urbanitas*” ou seja, com uma maior abrangência de actividades económicas, mais permeáveis ao processo de aculturação e com maiores capitais escolares.
- **“Comunidades Ciganas: Representações Sociais da Comunidade Cigana na Sociedade Portuguesa”** (2006), este trabalho efetuado por Luís Miguel Faísca e Jorge Correia Jesuíno comporta quatro estudos complementares: no Estudo I abordam as atitudes dos portugueses face a quatro minorias étnicas residentes em Portugal, nomeadamente, negros, indianos, chineses e ciganos; no Estudo II (estudo lexicográfico) falam sobre a imagem do cigano na escrita jornalística portuguesa durante a década 1991-2000; no Estudo III enunciam sobre as representações sociais da comunidade cigana entre estudantes portugueses; no Estudo IV através da análise de um inquérito telefónico abordam as representações sociais dos ciganos pelos outros portugueses. Através destes quatro estudos os autores pretendem retratar as imagens que os não ciganos têm acerca dos ciganos, a forma de como a imagem da etnia

cigana é veiculada pelos meios de comunicação, as representações que os estudantes dos ensinos básico, secundário e universitário têm dos ciganos como também, do grupo alargado da população adulta não cigana;

- **“Comunidades Ciganas: Representações e Dinâmicas de Exclusão/integração”** (2006), estudo realizado por Eduardo Costa Dias, Isabel Alves, Nuno Valente e Sérgio Aires que visa compreender a questão da exclusão social em comunidades ciganas estabelecidas em meios urbanos e semi-urbanos. Para a elaboração deste estudo realizaram-se entrevistas à Comunidade Cigana de Braga, Évora, Lisboa e Porto e aos técnicos que trabalham com estas comunidades;
- **“Ciganos Portugueses: Olhares Cruzados e Interdisciplinares em Torno de Políticas Sociais e Projectos de Intervenção Social e Cultural”** (2013), teve como organização a Olga Magano e a Maria Manuela Mendes. Esta publicação resultou de um seminário intitulado *“Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição”* que foi subdividido em duas sessões: uma no Porto (5 de março de 2012) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e outra em Lisboa (15 de março de 2012) ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Neste evento constituiu-se um desafio ao colocar em diálogo intervenientes com *backgrounds* teóricos e experienciais muito distintos, o que permitiu que existisse uma reflexão multidimensional sobre o atual quadro de vida no qual se movem os ciganos portugueses. Assim, esta publicação proporcionou um grande contributo que vem colmatar as necessidades sentidas por diversos técnicos de intervenção e investigadores, havendo deste modo uma maior circulação e troca de saberes;
- **“Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas”** (2014), teve como equipa de investigação Manuela Mendes, Olga Magano e Pedro Candeias. Este estudo teve como objetivos principais produzir um retrato das comunidades ciganas (perfis e constrangimentos), produzir recomendações com base nos constrangimentos e perfis e apresentar uma metodologia que permita monitorizar a evolução de cada um dos perfis. Para desenvolver este estudo foram utilizados diversos instrumentos

metodológicos como as entrevistas em profundidade, análise documental, análise bibliográfica, inquérito online Lime Survey , inquérito via e-mail, inquérito presencial, análise SWOT e método de Delphi.

1.2 – Comunidade Cigana, uma Minoria Étnica em Situação de Exclusão? Conceitos e Realidades Associadas

Ao longo dos anos, o conceito de minoria étnica foi alvo de muitas discussões, as quais se divergiram e originaram diferentes definições de “*minoria*”. Para Louis Withr (s/d); Bonton (1979) *in* Tavares (1998, p. 104)

“ (...) um grupo só é uma minoria se se destaca pelo tratamento diferente que originam as suas características físicas e culturais e se os seus membros se consideram, portanto, objecto de discriminação colectiva e tendem a desenvolver atitudes diferentes que os afastam ainda mais da sociedade global.”.

Morris (s/d); Henri Tajfel (1981) *in* Manuel Costa (2006, p. 85) definiu minoria étnica:

“ (...) como sendo uma categoria que se distingue da população geral duma sociedade pelo facto de ter uma cultura diferente da dessa sociedade e pelo facto de os seus membros sentirem ou pensarem que estão ligados entre si por laços comuns raciais, nacionais ou culturais.”

Deschamps (s/d); Mendes (1998, *in* Costa, 2006, p. 85) referem que o termo “*minoria*” diz respeito àqueles “ (...) que dispõem de menos recursos.” mas, alude para o facto de a maioria poder “ (...) significar, também, uma minoria numérica que impõe a sua visão do mundo à maior parte duma população.”. Neste sentido, Anthony Giddens (2000, *in* Costa (2006, p. 84) afirma que “ (...) um grupo minoritário é aquele cujos membros são discriminados pela maioria da população de uma sociedade.”.

Manuel Costa (2006, p. 84), acrescenta que as minorias podem ser compreendidas como “ (...) espaços ideológicos-políticos (...) ” que constituem “ (...) um corpo estranho, ou em sentido positivo, como grupos portadores de projectos futuros.”. Deve-se ter em conta que nem todos os conjuntos de indivíduos poderão ser classificados como “*minorias*” já que, “ (...) carecem das formas de reprodução da sociedade de origem, em termos biológicos, sociais e culturais.” (*idem*). Deste modo, para o autor mencionado anteriormente, a “ (...) designação de minoria étnica está, por seu lado,

necessariamente associada a uma situação prolongada, geração após geração, de endogamia, e à conservação das normas e referências de uma cultura específica.” (idem, p. 85).

Para Carlos Sousa (2013, p. 17) o termo “*minoría*” está ligado às “ (...) *especificidades culturais e estilos de vida de certos grupos, corporizados em determinados traços culturais, que se diferenciam de outros existentes na sociedade global.*”.

Ainda de acordo com esta autora “ (...) *o conceito de minoría étnica só é compreendido dentro de uma estrutura relacional de grupos que se posicionam na sociedade global, que discrimina social, económica, política e culturalmente os indivíduos pertencentes às minorias étnicas.*” (2013, p. 17) ou seja, a conceção de “*minorias étnicas*” não se limita tanto ao número de indivíduos posicionados como minoritários mas sim, às relações de poder que existem na sociedade.

É de salientar que, muitas vezes, as minorias étnicas estão associadas a processos de discriminação e/ou de exclusão social. A discriminação está interligada com preconceito “ (...) *uma atitude negativa, desfavorável para com um grupo ou seus componentes individuais.*” (Silva, 1987, in Pereira & André, 2014, p. 65) e discriminação “ (...) *o tratamento desfavorável dado habitualmente a certas categorias de pessoas e/ou grupos.*” (Candu, 2003, in *ibidem*, p. 65) e “ (...) *que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros.*” (Sant’Ana, 2005, in *ibidem*).

A exclusão é definida como a “ (...) *privação de meios a que as famílias pobres estão votadas (...)*” e a “ (...) *dificuldade de acesso aos direitos sociais básicos.*” (Silva et al., 2001, p. 151). Como refere ainda o autor “*Situações de desemprego, migrações, separações familiares e prisão são fenómenos de ruptura que também geram situações de exclusão.*” (*ibidem*). Assim, exclusão social não se pode dissociar de elevados níveis de desemprego na nossa sociedade já que, sem “ (...) *emprego não há salário e as pessoas/famílias não podem subsistir sem ele pois a vida está organizada em cidades onde o auto-abastecimento é praticamente impossível, sendo tudo adquirido com dinheiro (desde o pão à habitação e ao transporte).*” (*idem*).

Segundo o Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social – PNAI, 2008-2010, em Portugal, as minorias étnicas situam-se na categoria mais vulnerável à exclusão social (PNAI, 2008), uma vez que os

“ (...) indivíduos pertencentes a minorias são regularmente expostos a uma inserção profissional precária, à imposição da cultura dominante, sem o respeito pela diferença, a processos de segregação e isolamento face a redes de apoio social, por razões várias que se prendem muitas vezes com dificuldades mútuas de adaptação sócio-cultural.” (ibidem, p. 8).

Por estes motivos, as comunidades ciganas sentem dificuldades de adaptação sócio-cultural às comunidades residentes (população maioritária), já que estas são potenciadoras de *“ (...) preconceitos e estereótipos que impedem estes cidadãos de saírem das situações de vulnerabilidade, pobreza e exclusão nas quais se encontram.” (ibidem, p. 8-9).*

Em Portugal, atualmente, ainda surgem nos discursos, de forma bastante presente, o racismo e a discriminação seja de forma individual, seja de forma institucional pois, esta população sempre foi tratada de forma negativa pelos poderes públicos caracterizando-os como *“ (...) inassimiláveis, como corpos estranhos que atentam a uma pressuposta harmonia e segurança das comunidades.” (Marques, 2007, in Mendes, Magano & Candeeias, 2014, p. 122).* Nesta conceção do racismo, *“ (...) os ciganos são vistos como uma ameaça interna que deve ser afastada, não lhe sendo permitido o acesso a qualquer lugar no sistema social.” (Mendes, Magano & Candeeias, 2014, p. 122)* por isso, ainda é possível verificar famílias que não são bem acolhidas institucionalmente, ou até mesmo quando utilizam praticamente todos os serviços privados ou públicos (Escola, Segurança Social, Centro de Saúde, etc.), acabam por se sentirem sistematicamente discriminados (Mendes, 2007, in Mendes, Magano & Candeeias, 2014). Relativamente aos locais onde residem, existe sempre tendência para perspectivas dicotómicas em relação aos seus comportamentos: ou são desculpabilizados ou são totalmente culpabilizados pelo que fazem (Mendes, Magano & Candeeias, 2014).

Como salientam Ágnes Csontá & Delia Nitã (2014, p. 7) as comunidades ciganas, continuam,

“ (...) a enfrentar situações de exclusão social, violência étnica e discriminação por toda a Europa, que vão desde serem “empurradas” para bairros degradados onde as crianças não têm roupa, quase não têm comida para sobreviver, e nunca foram à escola, para além de serem obrigadas a deslocarem-se pelas autoridades locais como se fossem objetos, para zonas que põem em perigo a sua saúde, sem os serviços de apoio que existem para qualquer cidadão não-cigano e sujeitos a ataques racistas.”.

Assim, reconhece-se a importância de abranger medidas adicionais dirigidas, especialmente, para as comunidades ciganas uma vez que, esta população em Portugal já contou com um longo percurso de integração (PNAI, 2008). Por tudo o referido, deve-se ter em consideração que lutar “ (...) *pela igualdade das comunidades ciganas é, antes de mais, uma questão de justiça social*” (Csonta & Nitã, 2014, p. 7). Este é um dos argumentos porque as questões de diversidade cultural na nossa sociedade, que se encontra cada vez mais globalizada, desafiam os profissionais de Serviço Social a articularem e a refletirem na relação com o outro quer em contexto societário quer em contexto institucional, criando uma interação que leve à compreensão e, por conseguinte, ao diálogo para que o seu trabalho seja mais eficaz (Bracons & Mata, 2015).

CAPÍTULO 2 – EIXOS DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS

“ A intervenção só terá resultados positivos quando a família se envolve e acredita na sua mudança. É importante ouvir a sua versão e conhecer a perceção dos indivíduos envolvidos.”

(Oliveira, 2016, p. 225)

Desde os primórdios do Serviço Social que uma das características da intervenção social não descurou a visão global da situação da pessoa e a relação que a mesma tinha com o ambiente (Campanini, 2015). A este respeito, Garret (s/d); Lerma (1992, *in* Campanini, 2015, p. 1) afirma que “ (...) *a missão do Serviço Social é levar as pessoas que se encontram numa situação de dificuldade social a estabelecer as melhores relações possíveis com todos aqueles que constituem o respetivo ambiente.*”.

De acordo com a *The Copenhagen Declaration and Programme of Action* de 2008, a intervenção social está a ser amplamente utilizada na política contemporânea de desenvolvimento para descrever conceitos cujo objetivo é promover sociedades estáveis, seguras e tolerantes, com respeito pela diversidade, através da participação de todas as pessoas que beneficiam de igualdade de oportunidades (Jeannotte, 2008).

No *United Nations Research Institute for Social Development – UNRISD* (1994) a integração social é simplesmente uma forma de descrever padrões estabelecidos de interações e relações humanas.

Pode-se afirmar segundo Idáñez & Buraschi (2012) que o termo “*integração*” é complexo, ambíguo e problemático porque designa tanto um processo de inserção na

sociedade recetora como o resultado desse processo. Como é um termo que é utilizado em todo o mundo e dominado, aparentemente, por todas as pessoas, o facto é que todas possuem ideias diferentes (Pumares *apud* Checa Olmos & Aragón Bombí, 2004, *in* Idáñez & Buraschi, 2012).

Para Rui Pires (2012, p. 55) a integração “ (...) é o conjunto de processos de constituição de uma sociedade a partir da combinação das suas componentes, sejam elas pessoas, organizações e instituições.”. Deste modo, a integração social:

“ (...) implica a auto-suficiência de recursos e a mudança de atitudes não só nos grupos excluídos, como também na população que os vai integrar. O processo de integração deve, por isso, contemplar as implicações e dimensões subjectivas de uns e de outros grupos derivadas, por exemplo, das aspirações, das crenças e dos valores.” (Dias, Alves, Valente, & Aires, 2002, p. 24).

2.1 – Contextos e Problemáticas de Intervenção: Risco, Vulnerabilidade e Famílias Multiproblemáticas Pobres

As “ (...) famílias multiproblemáticas podem ser encontradas nos diversos estratos sociais e níveis económicos, no entanto, só as famílias multiproblemáticas pobres é que têm sido alvo de diversas investigações e são as que mais carecem de intervenção.”

(Sousa *et al.*, 2007 *in* Oliveira, 2016, p. 222)

Risco e Vulnerabilidade

O conceito de “Famílias Multiproblemáticas” aparece associado a duas designações: “Famílias de Risco ou em Risco” e “Famílias Socialmente Vulneráveis” sendo o primeiro termo mais frequente no campo profissional.

Segundo Philip Cowan, Carolyn Cowan & Marc Schulz (1996, *in* Sousa *et al.*, 2007, p. 16), na intervenção social e familiar o “ (...) risco tem sido concebido como um stressor ou um factor que predispõe os indivíduos, as famílias e as populações a efeitos negativos e indesejáveis.”. Deste modo, uma família de risco é aquela que tem presentes fatores de risco² com uma grande possibilidade de efeitos negativos indesejáveis. No entanto, para Philip Cowan, Carolyn Cowan & Marc Schulz (1996); Michael Rutter (1987) *in ibidem*, p. 18) o “ (...) risco deve ser pensado como um processo (...) ” já que, “ (...) os ingredientes do risco não estão nas variáveis, mas no conjunto de

² Rosane Janczura (2012, p. 303) alerta para o facto de em famílias pobres operarem fatores de elevado risco, como o “ (...) baixo nível socioeconómico, a remuneração parental, baixa escolaridade, famílias numerosas e ausência de um dos pais.”.

processos que delas emergem e que ligam as condições de risco com os efeitos indesejáveis.”. Para além disso, deve-se ter em conta que os fatores de risco são variáveis que aumentam a probabilidade de um resultado disfuncional ou patológico num indivíduo ou grupo (Rutter, 2007, *in* Gómez & Kotliarenco, 2010) e que podem ser significativos em três momentos distintos (Masten & Coatsworth, 1998, *ibidem*):

- Exposição quotidiana e crónica a condições sociais adversas, como por exemplo a pobreza;
- Exposição a um evento traumático, como por exemplo abuso sexual ou uma severa adversidade (guerra ou terramoto);
- Combinação de alto nível de risco com exposição a um evento traumático particular.

A vulnerabilidade, segundo Sousa *et al.*, (2007), aumenta a probabilidade “ (...) *de resultados negativos ou indesejáveis ocorrerem na presença de risco, isto é, a vulnerabilidade opera quando o risco está presente.*” (*ibidem*). Assim, o que foi referido por Sousa *et al.*, (2007) vai ao encontro com a ideia de Kalil (2003, *in* Gómez & Kotliarenco, 2010), uma vez que, este autor considera que o fator de vulnerabilidade se refere a variáveis que incrementam a suscetibilidade dos efeitos negativos dos fatores de risco, como por exemplo episódios sucessivos de depressão ou baixa coesão familiar. Desta forma, deve-se ter em conta que como as famílias vulneráveis possuem menos recursos são mais frágeis, logo com a presença de fatores de risco têm mais tendência a desenvolver comportamentos desajustados (Sousa *et al.*, 2007).

Desta forma, é possível afirmar que as comunidades ciganas são vulneráveis e, por isso, apresentam fatores de risco, uma vez que, para Carneiro & Veiga (2004) *in* Janczura (2012, p. 304) “ (...) *a pobreza representa a primeira aproximação da maior exposição a riscos, principalmente em contextos em que famílias pobres não contam com uma rede pública de proteção social (acesso a bens e serviços básicos que viabilizem melhores oportunidades para enfrentar as adversidades).*”. Assim, a inexistência de recursos materiais potencia outras fragilidades como por exemplo, condições precárias de saúde e até de nutrição, baixa escolarização, moradias em locais ambientalmente degradados, entre outras.

Seguindo esta linha de pensamento, poder-se-á dizer que as famílias ciganas enfrentam inúmeros problemas e, por isso, abordo o conceito “famílias multiproblemáticas pobres” para um melhor esclarecimento.

Famílias Multiproblemáticas Pobres

Com o decorrer dos anos, o conceito de família foi sofrendo alterações quer a nível cultural quer a nível social (Campanini, 2015), conduzindo à existência de inúmeras definições de “família”.

De acordo com Daniel Sampaio & José Gameiro (1985 *in* Oliveira, 2016, p. 221)

“ (...) a família envolve um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o eu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados.”.

Para Madalena Oliveira (2016, p. 221) a *“ (...) família é um microsistema onde cada membro tem o seu papel social específico, o que reflete a sua organização estrutural e funcional.”.* Mas, numa perspetiva normativa, Fruggeri (2001, *in* Campanini, 2015, p. 3) considera que:

“ (...) as «novas famílias» são consideradas e tratadas como formas deficitárias ou desviantes em relação à forma tradicional, enquanto numa perspetiva pluralista são consideradas e tratadas simplesmente como diferentes, evitando ver, ler e, assim, confundir a diversidade com a patologia.”.

Muitas são as famílias que, ao longo da sua vida, apresentam situações desfavoráveis que podem colocar em causa o bom funcionamento familiar (Oliveira, 2016). Assim, Famílias Multiproblemáticas Pobres são aquelas que apresentam *“ (...) múltiplos problemas graves que afectam vários elementos da família, vividos em simultâneo e/ou em sequência.”,* no entanto *“ (...) os sintomas individuais desempenham um papel secundário face ao sintoma familiar: tendência para o caos e desorganização.”* (cf. Alarcão, 2000; Kaplan, 1986; Linares, 1997, *in* Sousa *et al.*, 2007, p. 20). Para Jack Weizman (1985, *in* Sousa *et al.*, 2007, p. 20), nas famílias multiproblemáticas pobres há uma grande escassez de objetivos familiares, ou seja, *“ (...) as energias são gastas em conflitos imediatos, conjunturas de emergência e sobrevivência.”,* e as funções familiares são realizadas de forma insatisfatória, quer a nível dos aspetos organizativos, como por exemplo proteção dos filhos, quer a nível dos aspetos relacionais, como por exemplo a gestão de conflitos.

Liliana Sousa *et al.* (2007, p. 21), de acordo com diversos autores, faz referência a algumas características presentes nestas famílias, são elas:

- Falta de comunicação entre os diferentes elementos da família, sendo descrita como caótica e desagregada;
- Ausência de empatia;
- Inaptidão de conceptualizar o futuro e controlar os impulsos, vivendo apenas o aqui e agora;
- Culpabilidade, negatividade e crítica perante os comportamentos dos membros da sua família;
- Pensamento muito concreto;
- Perturbações ao nível da doença mental, presente num ou nos dois membros do casal;
- A relação entre irmãos pode ser de grandes extremos, por exemplo de grande proximidade, afastamento ou agressividade;
- Os homens são, por norma, agressivos, periféricos, inconsistentes e entram e saem da família num curto espaço de tempo;
- Raridade de uma carreira profissional;
- Dificuldade em definir prioridades e gerir rendimentos;
- Maioritariamente, vivem de ajudas comunitárias ou institucionais, subsídios sociais e, tentam “esconder” dos técnicos, por vezes, os rendimentos de atividades ilegais;
- Desorganização, confusão, conflituosidade e instabilidade, são características de diversas sucessões de crises que tornam a trajetória de vida, das famílias multiproblemáticas pobres, labirínticas.
- Redes informais homogéneas, instáveis e fechadas e, na maioria dos casos, são dominadas por parentes críticos e pouco apoiantes;
- Baixas competências sociais, o que lhes complica a manutenção das relações, ou seja, quando os laços já se encontram frágeis estes tendem a quebrarem-se.

No entanto, e na perspetiva de Gómez *et al.* (2007, in Gómez & Kotliarenco, 2010, p. 110), as famílias denominadas de multiproblemáticas, são caracterizadas pela:

- Polissintomatologia;
- Crises recorrentes;
- Mais de um membro da família ser portador de uma doença;
- Desorganização na sua estrutura e dinâmica familiar;
- Padrões de comunicação ambivalentes e empobrecidos;
- Tendência de abandonar os seus deveres parentais;

- Negligência e maus-tratos infantis;
- Isolamento ou exclusão social.

Assim, pode-se dizer que se trata de famílias onde a adversidade se tornou crônica e transgeracional e o envolvimento com os parceiros sociais é quase inevitável (Colapinto, 1995, *in* Gómez & Kotliarenco, 2010). No entanto, e de acordo com Madsen (1999, *in* Sousa & Ribeiro 2005, p. 7), as histórias de vida das famílias multiproblemáticas pobres são quase sempre vistas do ponto de vista do déficit, mas quando são vistas de uma forma mais positiva, permite descobrir competências. Assim, para o autor, estas famílias são consideradas “multi-stressadas”, já que “ (...) *vivem momentos de stress normativo e não normativo frequentes, e, até, simultâneos.*” (*ibidem*). Desta forma, são também caracterizadas como famílias instáveis e caóticas, uma vez que têm a necessidade de responderem a sucessivas crises e procurar novas soluções para circunstâncias recentes, mas, ao mesmo tempo, revela, da parte destas famílias, preocupação em encontrar soluções para os problemas que vão surgindo demonstrando capacidade de os resolver. Para além disso, é importante realçar que apesar de tudo, as famílias multiproblemáticas pobres enfrentam diversas crises de forma sucessiva mas, “ (...) *vão conseguindo seguir em frente, com mais ou menos facilidade e sucesso.*” (*ibidem*).

Verifica-se também nas famílias multiproblemáticas pobres, desenvolvimento de comportamentos sintomáticos (crise) nas primeiras mudanças da fase do ciclo vital – fase em que se forma o casal e, posteriormente, nasce e se desenvolve os filhos. Estas crises levam a que haja um mau funcionamento portanto, uma disfuncionalidade do sistema familiar que se apresenta incompetente e assim, não consegue realizar de forma satisfatória as suas tarefas emocionais, como por exemplo estabilidade afetiva e gestão de tensões, e organizativas, como por exemplo educação e cuidado dos filhos, bloqueando desta forma, a sua passagem à fase seguinte do ciclo vital (Martinez, 2003, *in* Ferreira, 2011).

Para o mesmo autor, estas famílias apresentam-se como caóticas pois, há etapas que se aglutinam e nada diferenciadas relativamente às restantes famílias. Logo, dá-se

“ (...) *uma aceleração intrínseca das etapas da vida familiar (gravidez na adolescência, inexistência de ralação estável) o que provoca conseqüentes modificações na estrutura e que paralelamente contribuem para a sua instabilidade, tornando-se incapaz de colaborar nas necessidades de desenvolvimento individual dos seus membros. Não têm objetivos, normas e finalidades.*” (*ibidem*, p. 17).

A estrutura, de que Martinez (2003, *in* Ferreira, 2011) se refere, é “ (...) *marcada pela indefinição e instabilidade com diversas e múltiplas dificuldades organizacionais, que vão desde a definição de papéis e tarefas até às regras de relacionamento*” (*ibidem*, p. 17). Assim, as famílias multiproblemáticas pobres são aquelas onde sucedem repetidas ruturas e reconstituições, sendo que o subsistema conjugal se encontra um pouco definido e deteriorado, enquanto que o subsistema fraternal se encontra incapaz e instável de cumprir as suas funções.

É importante, destacar que as funções parentais apresentam-se deterioradas na vertente socializante e protetora, uma vez que não se transmitem, por parte dos progenitores, valores de amor e aceitação, mas também descuram-se as funções de proteção, havendo diversos casos de abandono e negligência (Sousa, 2005; Gómez *et al.*, 2007, *in* Ferreira, 2011).

Deste modo, as famílias multiproblemáticas pobres

“ (...) vivem num emaranhado espetacular de problemas que afectam um número indeterminado de membros, cuja particularidade incide sobre a desorganização e caos. Estão centradas nas vivências emocionais e são pouco capazes de se distanciarem e reflectir sobre as ocorrências. Surgem em todos os grupos sociais, culturais e económicos, sendo as famílias pobres as que têm mais visibilidade perante a comunidade e os serviços sociais.” (Sousa, 2005 *in* Ferreira, 2011, p. 14)

Porém, é fundamental realçar que estas mesmas famílias

“ (...) têm competências e esforçam-se para resolver os problemas, mas os fracos recursos e a fragilização que vivem impede-as de dirigir os esforços no melhor sentido, da melhor forma, e, principalmente, de alcançar os objectivos desejados. As famílias não são incapazes, mas vivem constrangimentos, fundamentalmente, contextuais, que as impedem de construir uma vida diferente.” (Sousa *et al.* 2007, p. 47).

2.2 – Teorias e Modelos de Intervenção Social com Famílias Aplicáveis a Famílias Ciganas

O processo de intervenção tradicional baseia-se em três diversas fases, são elas: o diagnóstico, a intervenção e a finalização.

Numa primeira fase, quando se receciona um processo é da competência do profissional incumbido pela instituição proceder à elaboração do diagnóstico junto de

um dos membros do agregado familiar (Sousa & Matos, 2004, *in* Oliveira, 2016). De seguida, e como os problemas são divididos por categorias de intervenção, o profissional que rececionou o processo irá encaminhá-lo para os serviços competentes. Mas, importa salientar que quando existem “ (...) *vários problemas sociais no mesmo agregado familiar tende a levar ao acompanhamento por parte de vários/as técnicos/as (e.g., assistente social, psicólogo/a, enfermeiro/a) e serviços, daí a importância das equipas multidisciplinares*” (Oliveira, 2016, p. 226). Para além disso, dever-se-á ter em consideração que o “ (...) *desenrolar do processo é determinado não só pelo posicionamento das famílias, mas também pela forma como os contactos prévios com os serviços decorreram*” (Sousa *et al.*, 2007 *in* Oliveira, 2016, p. 226).

Na fase de intervenção, são definidas as estratégias a adotar com a família, relacionadas ao uso de políticas sociais como por exemplo, melhoria do estado de saúde, melhoria das condições habitacionais, entre outras, e os objetivos que são planeados tendo em consideração as necessidades identificadas (Sousa *et al.*, 2007, *in* Oliveira, 2016).

Por fim, a fase de finalização decorre quando o processo é encaminhado para outro serviço; Os técnicos que acompanham o processo afastam-se, o problema fica revolido ou as famílias abandonam o apoio por insatisfação (Oliveira, 2016). Contudo, isto nem sempre acontece uma vez que, *existem “ (...) famílias que parecem ter uma relação interminável com os/as técnicos/as.”* (Sousa *et al.*, 2007, *in* Oliveira, 2016, p. 226) ou seja, “ (...) *apesar de os/as técnicos/as e a família terem noção de que se trata de uma situação irresolvível, pois se há problemas que se vão resolvendo, novos também vão surgindo.*” (Oliveira, 2016, p. 226).

Ora, esta concetualização de abordagem e intervenção é muito redutora. Desvaloriza as competências e os processos comunicacionais e analíticos subjacentes à elaboração do diagnóstico, Não integra o planeamento participado que resulta num trabalho de mediação profissional valorizador da pessoa e da cidadania, e por isso coloca as famílias como meras beneficiárias e objeto de intervenção. Não especifica o trabalho *ongoing* de avaliação do trabalho desenvolvido, que permitirá produzir redireccionamentos na intervenção no sentido de uma maior eficácia das medidas e sua adequação aos públicos alvo. Deste modo, a inovação da oferta pela intervenção transformadora associada a dimensões políticas da ação profissional nem sequer é assinalada. O encaminhamento é apenas uma das modalidades de trabalho desenvolvido. Colocá-lo como uma fase de finalização do processo, deixa antever uma

concepção pragmática de intervenção onde os serviços se relacionam no quadro das medidas previstas e não das necessidades das pessoas e das famílias.

Pensar a intervenção social exige identificar os contextos e suas implicações nas dinâmicas familiares.

Existem “teorias implícitas” sobre a família, que influenciam significativamente os projetos de intervenção realizados (Fruggeri, 1997 in Campanini 2015).

Com base nas especificidades profissionais dos Assistentes Sociais existem diferentes abordagens e teorias que consagram as teorias implícitas designadamente as de Furggeri (1997). Neste sentido a Tabela 1 apresenta os cinco diferentes tipos de abordagens e a suas características. Relativamente à “*Família Ausente*” a relação que o utente tem com a sua própria família não é relevante para efeitos de intervenção, sendo apenas analisado o contexto da relação existente entre o utente e o profissional de Serviço Social; na “*Contiguidade Separada*” o profissional de Serviço Social e a família são sujeitos separados, no entanto, cada um mantém relações importantes com o utente em campos de ação diversos e paralelos; na “*Colaboração Unilateral*” o Assistente Social tem conhecimento acerca da importância que a família tem para o utente, utilizando-a para reforçar o projeto de intervenção; na “*Substituição*” a família é considerada pelo Assistente Social um problema a resolver; e, por fim na “*Coevolução*” o profissional de Serviço Social considera-se como parte construtiva do sistema de relações e a sua intervenção poder ter efeitos que transcendem o indivíduo.

Tabela 1 – Tipos de Abordagens das “Teorias Implícitas”

TIPOS DE ABORDAGENS	CARACTERIZAÇÃO
Família Ausente	Relação que o utente tem com a sua própria família não é relevante para efeitos interventivos.
Contiguidade Separada	Profissional de Serviço Social e Família são sujeitos separados.
Colaboração Unilateral	Profissional de Serviço Social tem conhecimento relativamente à importância que a família tem para o utente.
Substituição	Profissional de Serviço Social considera a família um problema a resolver.
Coevolução	Profissional de Serviço Social considera-se parte construtiva no sistema de relações.

Fonte: Elaborado pela investigadora

Para além das “teorias implícitas” sobre a família, o mesmo autor apresenta duas perspectivas de intervenção, sendo elas a perspectiva instrutiva e a perspectiva da construção social. Na primeira, o profissional de Serviço Social, a partir das teorias de referência, atua numa lógica linear

“ (...) em que a eficácia da intervenção resulta da implementação de instrumentos técnicos cuja validade científica tenha sido anteriormente confirmada e que, portanto, tenham sido considerados capazes de, por si só, produzirem os resultados desejados se o processo for executado de forma correta.” (Campanini, 2015, p.5).

Na segunda, de acordo com Laura Fruggeri (1997, in Campanini 2015)

“ (...) as relações interpessoais e as relações entre os indivíduos ou grupos de indivíduos e o ambiente são mediadas pela atividade simbólica dos sujeitos envolvidos, sendo esta, por sua vez, influenciada pelas interações em que os mesmos sujeitos participam e pelas associações sociais que os caracterizam.” (ibidem, p. 5).

No modelo sistémico existem princípios teóricos que ajudam a considerar a família no seu conjunto, fornecendo informações que facilitam a compreensão dos movimentos do jogo relacional e o sentido do pedido de ajuda. Assim, dever-se-á ir ao encontro do princípio expresso por Watzlawick *et al.* (1971) que refere que um fenómeno se pode tornar mais facilmente compreensível se for alargado o contexto de referência. É através deste princípio que “ (...) surge a necessidade de conhecer não só o sujeito que faz o pedido ou que é indicado como portador do problema, mas também o contexto significativo do sujeito (...) ” (Campanini, 2015, p.7).

De acordo com Laura Fruggeri (1997, in Campanini 2015) existem **cinco tipos de intervenção que o Serviço Social** pode aplicar junto de famílias ou grupos: a intervenção de facilitação, a intervenção de apoio, a intervenção de mediação, a intervenção de controlo e tutela e a intervenção terapêutica.

1 - A intervenção de facilitação é utilizada para “ (...) integrar ou amplificar os recursos internos da família que está a responder a um acontecimento difícil da própria história familiar.” (Campanini, 2015, p. 10). Neste tipo de intervenção, estão incluídas todas as intervenções de que as famílias dispõem, ao longo do seu ciclo vital, destacando as atividades de tipo preventivo/promocional que abrangem, podendo ser.

2 - Na intervenção de apoio existem diversos serviços e prestações que podem ser oferecidos às famílias, respondendo “ (...) a acontecimentos difíceis e inesperados,

compensando a falta de recursos perante a transição gerada pelo próprio acontecimento.” (*ibidem*). Importa alertar que, nomeadamente, o apoio económico, o apoio ao domicílio e o apoio ao domicílio com fins lucrativos, são por vezes atribuídos mais numa lógica burocrática.

3 - A intervenção de mediação remete para as prestações a que as famílias podem ter direito, caso não consigam gerir de forma autónoma os conflitos, particularmente, em caso de separação. Assim, entende-se “mediação”, de acordo com Castelli (1996, *in* Campanini 2015, p. 16) como “ (...) *um processo que visa desenvolver, de forma dinâmica, uma situação de conflito, abrindo canais de comunicação que estavam bloqueados (...)*”. Importa salientar que esta intervenção aqui descrita como mediadora, é restritiva das potencialidades do modelo de intervenção. A mediação social profissional não se reduz à alteração dos conflitos, ela tem um poder transformador na medida em que atua na construção e recomposição de laços sociais, e potencia a descoberta de soluções transformadoras da realidade social em processos de exclusão social (Almeida, 2016).

4 - A intervenção de controlo e tutela refere-se “ (...) *a intervenções realizadas em situações de violência, abuso ou incapacidade grave por parte da família que cumpre as tarefas de assistência aos seus membros.*” (*ibidem*, p.10). Muitas vezes, esta intervenção é forçada pela obrigatoriedade de comunicar a situação à autoridade judicial. Para além disto, deverá ter-se em conta que a complexidade das intervenções de controlo e tutela têm fins terapêuticos e não se limitam apenas a interromper circuitos violentos.

5 - A intervenção terapêutica é aquela que trabalha com dificuldades psicopatológicas, tanto em crianças como em adultos. Esta intervenção tem como objetivo “ (...) *modificar as dinâmicas relacionais e interativas que se encontram na base da dificuldade, criando novas condições relacionais dentro das quais as famílias podem gerar novos recursos.*” (*ibidem*, p.11). Dentro desta intervenção encontra-se presente a terapia familiar que poderá ser desenvolvida pelo profissional de Serviço Social, contudo, em alguns países isso não é permitido, sendo exclusivamente da competência de psiquiatras e psicólogos.

A estas tipologias pode-se acrescentar ainda a **intervenção em rede** que deriva do modelo ecossistémico e que valoriza o trabalho articulado com as redes primárias³,

³ A rede primária, segundo Guédon (1984, *in* Guadalupe, 2010, p. 54) é “ (...) *um conjunto natural de indivíduos em interação uns com os outros (...)* que formam a trama de base da sociedade e o meio de

secundárias⁴ e de suporte social dos indivíduos⁵. “ *As redes sociais têm um papel fulcral no apoio e no processo de mudança da família, que se caracterizam por um conjunto de relações sociais e*

inserção do indivíduo.” ou seja, indivíduos que têm diferentes tipos de afinidades pessoais e diferentes níveis de estruturação da relação. Desta forma, os vínculos numa rede primária são, fundamentalmente de natureza afetiva já que podem assumir uma carga negativa e positiva não existindo qualquer sentido de formalidade na relação ou de obrigação.

Caracterizam-se por apresentar um carácter dinâmico no seu eixo diacrónico ou seja, não contêm sempre a mesma configuração ou composição pois, modificam-se com o tempo e com a mobilidade das relações como por exemplo, fenómenos como a idade, doença, entre outros. Assim, as redes primárias têm uma dimensão espaço-temporal (Fischer *et al.*, 1977; Guédon, 1984, *in* Guadalupe, 2010).

Para além do mencionado anteriormente, a rede primária apresenta um “núcleo duro” – incessante – que está reservado à família já que esta é uma referência fundamental na nossa rede social devido às características que apresenta (carácter de permanência, estabilidade temporal, ...). Desta forma, a “ (...) *composição da rede determina a sua tipificação.*” uma vez que, “ (...) *são tidas em conta as características principais dos seus membros, nomeadamente o laço mantido com o indivíduo central.*” (Guadalupe, 2010, p. 55), podendo considerar-se a partir deste momento, redes de parentesco, de amizade, de vizinhança, de trabalho e lazer, tendo em conta que a grande maioria são redes de composição mista ou seja, existem elementos de diferentes categorias (Guédon, 1984, *in* Guadalupe, 2010).

As redes primárias podem ainda ser classificadas quanto às particularidades sociológicas dos seus elementos (sexo, idade, nível socioeconómico, raça , ...) o que leva a que exista uma distinção discriminatória das redes já que, identificam redes compostas por pessoas de determinada etnia, pessoas desfavorecidas socioeconomicamente, entre outras (Guadalupe, 2010).

⁴ No que concerne às redes secundárias, estas “ (...) *correspondem ao conjunto de pessoas reunidas por uma mesma função, num quadro institucionalizado, reportando-nos para as organizações e instituições, ou seja, aos membros da nossa rede com os quais estabelecemos relações num contexto formal e com objetivos funcionais.*” (Blanchet *et al.*, 1981; Lacronix 1990, *in* Guadalupe 2010, p. 55). Assim, esta rede tem como objetivo principal responder a exigências de natureza funcional como por exemplo, instituir recursos ou fornecer serviços. No entanto, estas podem ser consideradas formais ou informais consoante os objetivos a cumprir, o seu nível de estruturação e as relações estabelecidas.

As redes secundárias formais dizem respeito “ (...) *a laços institucionais, num âmbito estruturado e de existência oficial, que se destinam ao cumprimento de funções ou ao fornecimento de serviços.*” (Guédon, 1984, *in* Guadalupe, 2010, p. 56). Assim, podem-se considerar todas as instituições ou até mesmo todas as relações estabelecidas no seu enquadramento que são relativamente estruturadas e estáveis de acordo com o papel e função atribuído ao indivíduo, não dependendo assim, do indivíduo em si (Guédon, 1984, *in* Guadalupe, 2010).

As redes secundárias informais são caracterizadas pela inexistência de uma divisão rígida de papéis e pela inexistência do carácter oficial e estruturado “(...) *embora assumam um papel essencialmente funcional com vista a responder a uma procura ou a fornecer um determinado serviço, tal como as anteriores.*” (Guadalupe, 2010, p. 56). Para além das características mencionadas acima, estas redes apresentam outras nomeadamente, o facto de funcionarem com um grupo mais restrito de indivíduos e por isso, apresentarem-se mais adaptadas às necessidades dos mesmos e o facto de possuírem uma menor durabilidade.

Importa ainda salientar que na área do terceiro setor, “ (...) *muitas das redes secundárias formais hoje existentes nasceram com características de redes secundárias informais que foram sentindo necessidade de consolidar a sua estrutura pela necessidade criada na continuidade das suas funções.*” (*ibidem*).

⁵ A rede primária e secundária é analisada como fonte de suporte social na intervenção do Serviço Social. No entanto, é necessário ter em conta que “ (...) *a existência de uma rede social não significa que exista efectivamente suporte social.*” (Guadalupe, 2010, p. 57) , ou seja não podemos assumir que todas as famílias e/ou indivíduos têm o mesmo suporte social garantido e disponível por determinada rede até porque as “ (...) *redes sociais podem igualmente assumir-se enquanto redes inócuas ou mesmo destrutivas, dependendo da sua natureza e composição, não protegendo os seus membros ou mesmo favorecendo a sua exposição a riscos sociais.*” (Coimbra, 1990, *ibidem*, p. 57).

Diversos autores, – Ana Barrón (1996), Carlos E. Sluzki (1996) e Vicente Chambo (1997) – falam sobre as características da rede de suporte social. No entanto, existem duas perspetivas e dimensões que surgem referidas mais consensualmente, são elas: a estrutural e a funcional e por último, a relacional e a contextual. A dimensão estrutural “ (...) *refere-se à organização da teia relacional ou ao arranjo das relações (...)*”, a dimensão funcional refere-se “ (...) *às trocas e necessidades funcionais que ocorrem na*

interpessoais distintas e estabelecidas por um determinado sujeito” (Matos & Sousa, 2006, in Oliveira, 2016, p.224).

Sónia Guadalupe (2010, p. 50) referenciando Fischer *et al.* (1977) e Guédon (1984) afirma que as “ (...) *redes sociais podem ser consideradas como os sistemas particulares de relações que unem actores sociais*”, assumindo diferentes formas conforme o tipo de atores sociais implicados e o tipo de laços sociais existindo dessa forma, duas tipologias de redes: a rede primária e a rede secundária.

Todos estes tipos de intervenção são fundamentais quando se pretende intervir com comunidades ciganas. No entanto, deve-se ter em conta que os profissionais de Serviço Social devem repensar o seu papel pois, “ (...) *exercem ou devem exercer na sua intervenção profissional junto de populações culturalmente diferentes.*” (Carneiro & Malheiros, 2013, in Bracons & Mata, 2015, p. 236). Deste modo, os profissionais deverão “ (...) *conhecer as características principais dos grupos culturais, suas especificidades e vulnerabilidade, bem como alguns aspectos da sua organização enquanto grupo.*” (Bracons & Mata, 2015, p. 236). Para além disso, necessitarão ainda de

“ (...) *conhecer e de determinar respostas e apoios específicos de acordo com as suas diferenças, promover uma melhor compreensão da diversidade cultural junto de outros profissionais e decisores e sensibilizar as sociedades de destino para o acolhimento e a integração das populações (...), através da valorização da diferença e do diálogo intercultural.*” (*ibidem*).

Assim, o profissional de Serviço Social quando intervém com populações culturalmente diversificadas tem de ter em consideração as habilidades culturais e as competências interculturais que, segundo Rodrigo (1997, in Bracons & Mata, 2015), têm três dimensões:

rede.” e a dimensão relacional e contextual “ (...) *inscreve as relações no seu contexto específico e na sua história.*” (Guadalupe, 2010, p. 74).

Desta forma, a rede de suporte apresenta uma finalidade específica e distingue-se das restantes tipologias exatamente, pela função que assumem. As funções são:

- “*A relação de partilha que se associa ao apoio emocional (...)*”, ou seja, “ (...) *a realização de actividades conjuntas ou simplesmente o estar juntos (...)*” (Sluzki, 1996, *ibidem*, p. 84).
- “ (...) *informativa ou de aconselhamento na rede (...)*” que permite o acesso a novos vínculos e recursos. Assim, esta função “ (...) *vem accionar a abertura de portas à conexão com pessoas e redes que até então não faziam parte da rede do indivíduo (...)*” (Sluzki, 1996, *ibidem*).
- “ (...) *regulação e (...)* *controlo social que se manifesta pela pressão exercida pelos diferentes membros, entre si, no sentido de lembrar e reafirmar responsabilidades, normas e papéis.*” Esta função permite “ (...) *a neutralização de desvios de comportamentos que se afastam do que é ditado pelo colectivo.*” (*ibidem*, p. 85). Deste modo, esta função “ (...) *favorece a socialização dos indivíduos, por um lado, mas (...)* *facilita a exclusão grupal aquando do desvio, por outro.*” (*ibidem*).

- A **“cognitiva”** na qual é exigido um “ (...) *aumento do conhecimento que temos acerca do outro, mas também sobre nós mesmos.*” ou seja, ter o “ (...) *mínimo de conhecimento sobre as outras culturas e os seus processos de comunicação.*” (*ibidem*, p. 234).
- A **“afetiva”** na qual se desenvolve principalmente através da empatia que permitirá “ (...) *compreender melhor o ponto de vista do outro, mas que também exige o desenvolvimento da capacidade de manifestar emoções positivas frente ao outro que é diferente.*”. No entanto, outro elemento fundamental é a capacidade empática que caracteriza pela necessidade de se identificar com o outro por exemplo, sentir o que ele sente. (*ibidem*).
- A **“Comportamental”** “ (...) *proporciona habilidade para adequar o comportamento individual ao contexto em que este se desenrola.*” (*ibidem*). Nesta dimensão é essencial existir comunicação verbal e não verbal.

A competência intercultural é assim uma mais-valia para a intervenção dos profissionais de Serviço Social já que os alerta para a diversidade cultural existente, gera aprendizagens e conhecimentos que os leva à transformação das suas práticas, modos e até condutas de estabelecer relações (Bracons & Mata, 2015).

Neste sentido, a intervenção com as comunidade ciganas, não depende só dos profissionais de Serviço Social ou seja, são necessárias equipas multidisciplinares para que a sua intervenção e, posterior integração seja em pleno. Deste modo, é fundamental existir trabalho em rede. No entanto, como refere o Relatório das Audições Efectuadas sobre Portugueses Ciganos no Âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural de 2008 “ (...) *não há articulação entre instituições, as parcerias são difíceis de estabelecer. Os diagnósticos existentes são desconexos e por isso muitas das vezes produzem intervenções desadequadas.*” (*ibidem*, p. 46). Para além disso, neste relatório alertam para o facto de existir ainda falta de conhecimento sobre as comunidades ciganas, o que leva a que as intervenções efetuadas sejam baseadas “ (...) *em assumpções generalistas, sem envolvimento dos destinatários e muitas vezes desfocada das suas reais necessidade e capacidades*” (*ibidem*). Assim, o “ (...) *trabalho a desenvolver com os ciganos tem que assentar numa base de confiança, só possível se houver envolvimento dos destinatários, que é obrigatório*” (*ibidem*).

PARTE II – O CONTEXTO DE ESTÁGIO

CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

3.1 – CooLabora, CRL.

Criada em 2008, a CooLabora – Cooperativa de intervenção social e consultoria, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, N°62, 6200-020 Covilhã, possui como missão “ (...) *contribuir para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e do território, através de estratégias inovadoras de promoção da igualdade de oportunidades, da participação cívica, da educação e formação e da inclusão social.*” (CooLabora, 2013, p.2).

Esta instituição, é uma organização que preconiza a sustentabilidade e que apresenta uma capacidade reconhecida em promover a inovação social, nomeadamente, ao nível de intervenções marcadas pelos princípios éticos e pela qualidade. Deste modo, a CooLabora direciona a sua atuação de acordo com princípios éticos socialmente responsáveis, especialmente na defesa da igualdade de oportunidades, na aprendizagem colaborativa, na promoção da coesão social e na democracia e participação.

A CooLabora tem como áreas de intervenção:

- Economia Social onde se desenvolvem iniciativas promotoras do empreendedorismo, nomeadamente a nível da dinamização de redes de empreendedores, de formações para criação de micro-empresas, na dinamização de Grupos de Entreeajuda na Procura de Emprego – GEPE⁶ e em projetos de promoção do empreendedorismo jovem, e se promove o consumo solidário e responsável em feiras de trocas com moeda social, na qual se valorizam os saberes e a vida das pessoas, e as plataformas colaborativas de consumo.
- Violência Doméstica e Igualdade de Género em que se desenvolve uma intervenção integrada de modo a prevenir e combater a violência doméstica através de dinamização de Grupos de Ajuda Mútua, acompanhamento de agressores, funcionamento do Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, organização de iniciativas de sensibilização e realização de atividades pedagógicas sobre o tema em

⁶ Projeto promovido pelo IPAV, na qual se pretende apoiar pessoas desempregadas nomeadamente, aquelas que padecem de um maior impacto psicológico do desemprego (situação inesperada, duração e/ou vulnerabilidade em que se encontram). Assim, este grupo informal, tem como principal objetivo, a procura ativa de emprego, onde todos os membros se entreeajudam e colaboram.

contexto escolar. Importa realçar ainda que, esta instituição, relativamente a esta área de intervenção promove a igualdade de género com produção de materiais pedagógicos, ações de formação, conceções e desenvolvimento de Planos para a Igualdade e sessões de sensibilização, campanhas e debates.

- Voluntariado em que o promovem através da partilha de conhecimento nesta área e na dinamização de iniciativas locais a nível de conceções de programas de voluntariado, da promoção de formação, da animação com voluntariado de workshops, seminários, entre outros eventos relacionados com não-violência e igualdade de género e, por fim, a dinamização de grupos voluntários.
- Inclusão Digital onde implementaram projetos de intervenção social por forma a contribuir para uma sociedade mais coesa e solidária. Deste modo, promovem a crianças e jovens oriundos de contextos sócioeconomicamente vulneráveis a inclusão digital através de educação não-formal, de organização de workshops de formação parental, de promoção do empreendedorismo juvenil, de dinamização de parcerias locais e de orientação vocacional de jovens. Importa ainda salientar que, é nesta área (Inclusão Digital) que se encontra inserido o projeto onde decorrerá o estágio – Projeto Quero Ser Mais E6G.

3.2 – Projeto Quero Ser Mais E6G

Em 2001, de acordo com a pesquisa on-line da página do “Programa Escolha 6ª Geração”, foi criado o “Programa Escolhas” de âmbito nacional e governamental, promovido pela “ (...) *Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações – ACM, IP, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.*” (Escolhas, s/d.).

Contudo, só na 4ª Geração do Programa Escolhas – 2010 – se iniciou a intervenção na freguesia do Tortosendo com o “Projeto Quero Saber” que teve a duração de 2 anos – 2010 a 2012.

Em 2013 iniciou o segundo projeto, designado de “Projeto Quero Saber +” que decorreu até 2015.

Em 2016, teve início o atual projeto, financiado no âmbito da 6ª Geração do Programa Escolhas, chamado de “Projeto Quero Ser Mais E6G”, que terminará em Dezembro de 2018, dando continuidade à intervenção para a inclusão social de crianças e jovens na freguesia do Tortosendo iniciado em 2010.

Embora os dois projetos anteriores também tivessem intervenção com a comunidade do Bairro Social do Cabeço e, realizado algumas atividades no bairro, não havia uma intervenção tão próxima como este projeto pois, não existia um espaço de funcionamento no bairro. Só em Abril de 2016, com a cedência do espaço da Loja Social pelo Município da Covilhã, é que começou esta intervenção mais próxima da população.

O Projeto Quero Ser Mais E6G, tem como entidade gestora a CooLabora, e como entidade promotora o Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto. Assim, ao longo desta intervenção, o projeto tem apoio de instituições, serviços, autarquias, empresas, entre outros, mais concretamente do ACES Cova da Beira – UCSP do Tortosendo, da Associação Empresarial da Beira Baixa, da Câmara Municipal da Covilhã, da CPCJ da Covilhã, da Modatex – Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confecção, da Junta de Freguesia de Tortosendo e do Centro de Convívios e Apoio à Terceira Idade. Estas entidades integram o consórcio do projecto.

Deste modo, e segundo a pesquisa on-line realizada na página oficial da CooLabora⁷, o objetivo principal do projeto é

“ (...) contribuir para reforçar as competências pessoais e sociais das crianças e jovens do Tortosendo oriundas de famílias socio-economicamente vulneráveis e para melhorar os contextos desfavorecidos onde vivem, de forma a proporcionar mais oportunidades para o seu futuro e para a sua realização como pessoas e cidadãos.” (CooLabora, s/d.).

O projeto intervém em três grandes áreas: Educação e Formação, Cidadania e Participação e Inclusão Digital que correspondem respetivamente a três medidas de intervenção que são a Medida I, III e IV do Regulamento do Programa Escolhas, publicado no Diário da República, 2ª Série – N°199 de 12 de Outubro de 2015, Parte C.

Assim, na Medida I que *“ (...) visa contribuir para a inclusão escolar e para a educação não formal, bem como para a formação e qualificação profissional.”* (Despacho Normativo nº19-A/2015, p.2), fazem parte as seguintes atividades:

⁷ <http://www.coolabora.pt/pt/pag/projetos/>

- Formação Parental;
- Equipa de Estudo;
- Cidadãos em Construção;
- Escola Virtual;
- Pelo Sonho é que Vamos;
- Mediação Familiar;
- Inclusão em Ação;
- Intercâmbios “Um pouco mais de azul”;
- Visitas e Estágios “Trabalhar o Futuro”.

Na Medida III que “ (...) visa contribuir para a participação e cidadania, permitindo uma maior consciencialização sobre os direitos e deveres cívicos e comunidades.” (*idem, ibidem*), as atividades que integram são:

- AFIA – Atelier Formativo para a Integração Ativa;
- Tertúlias “ComUnidade”;
- CCC- Centro Comunitário do Cabeço;
- Fórum Jovem “Altamente”;
- Voluntariado Comunitário “Dar +”;
- Bolsa Comunitária “Com Pés e Cabeço”;
- Oficinas “Viva o Bairro”;
- Assembleias de Rua.

Por último, na Medida IV que “ (...) é de carácter transversal, potenciando as restantes medidas e visa apoiar a inclusão digital.” (*idem, ibidem*) estão presentes as seguintes atividades:

- Oficina Multimédia;
- CID@livre;
- Formação Certificada TIC.

Importa realçar que nem todas estas atividades são desenvolvidas diariamente, ou seja, algumas são semanais, mensais, trimestrais e outras até de carácter mais pontual.

O Projeto possui ainda dois pontos físicos de atuação: um na Casa da Vila e outro no Bairro Social do Cabeço. Na Casa da Vila a equipa está presente diariamente logo, o acompanhamento e intervenção junto das crianças e jovens é mais regular enquanto que no Bairro Social do Cabeço a equipa só está presente às segundas e terças das 14h às 18:30h, às quartas das 10h às 13h e às sextas das 10h às 13h e das 14:30h às 18:30h,

sendo que neste espaço a intervenção incide mais especificamente para a comunidade cigana que aí reside.

3.3 – Bairro Social do Cabeço

O Bairro Social do Cabeço sito em Tortosendo, local onde se realizará o estágio, está sobretudo ligado à Medida III mas, também abrange a Medida IV do Projeto Quero Ser Mais E6G.

Este é composto por um conjunto de 6 blocos de prédios com 3 andares cada onde estão inseridos 148 apartamentos de diferentes tipologias: T1, T2, T3 e T4. No Bairro existe a Loja Social – local onde se encontra inserido o Projeto Quero Ser Mais E6G – e um café, que atualmente se encontra encerrado. Estes dois serviços encontram-se no bloco central do Bairro, ou seja, o 3º bloco.

Relativamente à composição do bairro, na sua grande maioria os habitantes do Bairro Social do Cabeço são da comunidade cigana porém, existem outro tipo de habitantes como por exemplo famílias sócioeconomicamente vulneráveis (portuguesas, angolanas, entre outros).

De acordo com os dados do Serviço de Ação Social e Habitação Social da Câmara Municipal da Covilhã utilizados para elaborar o Diagnóstico Social do Projeto Quero Ser Mais E6G, em Julho de 2017 existiam 126 agregados familiares, ou seja, 307 indivíduos a viverem no Bairro Social do Cabeço. Desses 307 indivíduos, 68 são crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos de idade e 24 são jovens dos 19 aos 25 anos. Por último, importa mencionar que 57 pessoas são beneficiárias do RSI, ou seja, possuem poucos rendimentos familiares, acabando assim por sofrerem de exclusão social.

No bairro não existem espaços verdes e zonas de lazer, o que leva a que os habitantes se encontrem, na sua maioria, sempre dentro das suas casas, acabando por não existir interação e convívio entre eles. Desta forma, encontra-se no bairro casos de solidão e de conflito entre moradores de etnia cigana e não cigana devido a preconceitos que ainda subsistem.

3.4 – Trabalho de Intervenção Desenvolvida e Atividades de Estágio

O estágio teve a duração de 4 meses e foi realizado no espaço “Loja Social” sito em Bairro Social do Cabeço – Tortosendo, do Projeto Quero Ser Mais E6G.

Uma vez que este Projeto é financiado no âmbito da 6ª Geração do Programa Escolhas, procedia-se sempre ao registo de presenças de todas as pessoas que se

dirigiam ao projeto naquele dia com o intuito de cumprir com os objetivos e estatísticas que lhes são exigidas.

Como já fora referido, este projeto intervém em três grandes áreas: Educação e Formação, Cidadania e Participação e Inclusão Digital.

Na área da Educação e Formação, foi possível participar em algumas atividades nomeadamente, na **Equipa de Estudo** que decorria às segundas, terças e sextas das 17h às 18:30h na qual se ajudava e orientava as crianças nos trabalhos de casa e no estudo para os testes. Ainda neste sentido, participei na atividade **Escola Virtual** que era, frequentemente, utilizada como uma ferramenta importante para o desenvolvimento de competências das crianças e/ou jovens pois, permite avaliar os seus conhecimentos sobre determinada área.

Nesta área, foi possível assistir e intervir com algumas pessoas e famílias de etnia cigana onde, encontros de **Mediação Familiar** com resultados positivos ou seja, mudanças por parte da família e da pessoa que procurou ajuda.

Quanto à atividade **Inclusão em Ação**, fomos ao longo dos 4 meses tentando arranjar estratégias para intervenção dos membros da comunidade cigana e não cigana no mercado de trabalho, divulgando sobretudo, formações com grande taxa de empregabilidade, formações através da qual melhorariam o seu nível de escolaridade e ofertas de trabalho que foram sendo divulgadas por entidades empregadoras.

Na área da Cidadania e Participação desenvolvi uma atividade intitulada “*A Saúde dos Nossos Olhos – Ação de Sensibilização e Rastreio Visual*” como se pode ver no cartaz (Apêndice 5) referente às **Tertúlias “ComUnidade”**, a qual contou com a participação de um estudante finalista do curso Optometria e Ciências da Visão da Universidade da Beira Interior – Miguel Jaló. Esta atividade destinou-se a toda a comunidade do Bairro Social do Cabeço e teve como objetivo informar e sensibilizar esta comunidade para a importância da saúde oftálmica, cuidados a ter com a visão, entre outros sendo distribuído pelos participantes um folheto informativo realizado por este estudante finalista (Apêndice 6). Posteriormente, foi realizado um pequeno rastreio para despiste de alguns problemas que as pessoas pudessem ter.

Referentemente à atividade da **Bolsa Comunitária “Com Pés e Cabeço”**, esta foi sem dúvida a que mais se realizou ao longo do estágio. Nesta atividade, por diversas vezes, foi-me concedida a oportunidade de orientar o grupo de trabalho que consistia sobretudo em realizar trabalho comunitário no Bairro Social do Cabeço afim de ser criado espaços verdes no mesmo. Desta forma, e ao longo do tempo procedeu-se numa

primeira fase ao alisamento do terreno para que, seguidamente fossem plantadas árvores na sua grande maioria de fruto assim como, a realização de uma espiral de ervas aromáticas que não só continha esses diversos tipos de ervas (alecrim, hortelã, etc.) mas também alfaces e couves. Assim, a realização de todas estas plantações, permite aos habitantes no bairro obter alguns dos alimentos no futuro a médio longo prazo, tornando este ainda recente espaço verde, num jardim comestível. Importa salientar que, no trabalho comunitário realizado pelas pessoas do bairro são aponte as horas realizadas e depois, essa pessoa tem a oportunidade de trocar essas horas por bens que necessita por exemplo, consultas no dentista, vales de 5€ ou 10€ em compras num determinado supermercado, vales de 5€ ou 10€ em farmácia específica, entre outros, sendo, deste modo criadas motivações para participarem na criação, manutenção e desenvolvimento deste espaço.

Na atividade **Assembleias de Rua**, pude participar na organização e debate com os moradores sobre os problemas existentes e que precisavam de ser resolvidos no bairro.

Na área Participação e Inclusão Digital, foi possível participar na atividade **CID@livre** e na **Formação Certificada TIC**. Nesta primeira atividade, participei de forma ativa e dinâmica de forma a poder esclarecer todas as dúvidas e questões que os utilizadores dos computadores tinham e até ensinar-lhes algo mais. Assim, e em complemento desta atividade a Formação Certificada TIC que também participava decorria todas as sextas-feiras das 14:30h às 16h e consistia na explicação das diferentes funcionalidades do *Microsoft*, como se realiza pesquisas na internet, entre outros.

No entanto, para além da participação e contributo dado em todas estas atividades, participava ativamente (realizando dinâmicas, debatendo assuntos com as turmas, etc.) na atividade **Círculos Entre Nós** na qual existiam duas turmas: uma de Formação para a Cidadania e outra de Aprendizagem de Português. Esta atividade decorria também na Loja Social no Bairro Social do Cabeço e era realizada todas as quartas-feiras das 10h às 13h.

PARTE III – PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO: PERCEÇÕES DE MULHERES DA COMUNIDADE CIGANA SOBRE A SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO 4 – DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA, OBJETO, OBJETIVOS DA PESQUISA E OPÇÕES METODOLÓGICAS

4.1 – Definição do Problema

A investigação que aqui é apresentada surgiu aquando da realização do estágio no Projeto Quero Ser Mais E6G sito em Bairro Social do Cabeço – Tortosendo – Covilhã. Este estágio permitiu-me o acesso à Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço e à intervenção efetuada pelos técnicos junto dessa mesma comunidade. Assim, ao longo da realização do estágio pude constatar que esta comunidade estava muito ligada ao Projeto e ainda detinha algumas dificuldades em integrar-se na sociedade envolvente. Desta forma, após a leitura do Relatório de Avaliação Intercalar referente ao primeiro semestre de 2017 e em conversas com a minha orientadora de estágio, chegámos à conclusão que existia uma lacuna a nível da promoção de diminuição de esterótipos relacionados com o território e/ou etnia.

Com o decorrer do estágio verificou-se que, particularmente, as mulheres ciganas desta comunidade cigana tinham mais dificuldades a integrarem-se na sociedade relativamente aos Homens e que procuravam formas de combater a solidão, o isolamento, entre outros problemas no Projeto. Assim, surgiu o seguinte problema de pesquisa da investigação:

Problema de pesquisa: Como é que as mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço veem a intervenção do Projeto Quero Ser Mais E6G e que importância lhe atribuem no seu processo de integração social?

4.2 – Objeto e Objetivos de Estudo

O presente trabalho tem como objeto de estudo a comunidade cigana residente no bairro e visa identificar e analisar as auto-perceções sobre o projeto e a sua integração social. Este tema decorreu, como referi anteriormente, da leitura de alguns documentos referentes ao projeto onde estou a estagiar – “Projeto Quero Ser Mais E6G” no Bairro Social do Cabeço sito em Tortosendo – afim de me inteirar sobre a natureza e características do projeto. Neste sentido, e após pequenos debates com a orientadora de estágio, chegamos à conclusão que seria útil para o projeto e para a minha investigação: Identificar e analisar as perceções de um grupo específico da comunidade cigana – as

mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço. A pesquisa centra-se no estudo das auto-percepções sobre a sua integração na sociedade, nomeadamente sobre a manifestações de preconceito, discriminação, e sobre os desafios e apoios sentidos por esse grupo de população.

Constituem **objetivos específicos da pesquisa:**

- Entender como as mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço experienciam/sentem a sua vivência no Bairro Social;
- Analisar a importância que as mulheres da Comunidade Cigana do bairro atribuem às mudanças ocorridas na sua vida devido há existência do Projeto Quero Ser Mais E6G;
- Identificar as potencialidades e as limitações que estão associadas à vida das mulheres no bairro social.

4.3 – Natureza da Pesquisa

Esta pesquisa apresenta contributos de dupla natureza interdependente: de conhecimento e de ação.

De investigação na medida em que permite desocultar e analisar as percepções que as mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço têm sobre a sua integração na sociedade, principalmente a existência e manifestações de preconceito, discriminação, bem como identificar os desafios e os apoios existentes. Neste sentido, associa-se contributos de natureza interventiva, na medida em que este estudo permite, através das suas conclusões, contribuir, sobretudo, para uma melhoria de qualidade de vida das mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço, alertando os técnicos que intevêm diretamente com eles, assim como, os governantes políticos, para os problemas existentes e/ou aqueles que poderão surgir num futuro próximo, poder serem culmatados.

Sendo este trabalho, um estudo exploratório, permite que haja uma “ (...) *maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito, ou à construção de hipóteses.*” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p.28). Desta forma, o estudo irá ter por base uma abordagem qualitativa, que visa, sobretudo, aprofundar as percepções que as mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço têm sobre a sua integração social e uma abordagem quantitativa que caracterizará a amostra do meu estudo mas também, abordará questões ligadas às percepções de uma forma mais genérica.

De acordo com a natureza da informação recolhidas e dos contributos esperados, trata-se de uma pesquisa-ação no sentido de investigação para a ação, um plano misto de pesquisa com objetivos de transformação do contexto interventivo. Neste sentido, importante será referir que a “ (...) *investigação-acção revela-se como uma metodologia que procura superar o habitual dualismo, teoria e prática, que separa os investigadores de investigados, a investigação da acção.*” (Noffke & Someck, 2010 in Pires, 2010, p. 70), ou seja realizar investigação-ação implica “ (...) *planear, actuar, observar e reflectir mais cuidadosamente do que aquilo que se faz no dia-a-dia, no sentido de introduzir melhorias nas práticas e um melhor conhecimento dos práticos acerca das suas práticas.*” (Zuber-Skerrit, 1996 in Coutinho et. al, 2009, p. 363).

A investigação-ação é uma metodologia de pesquisa “ (...) *essencialmente prática e aplicada, que se rege pela necessidade de resolver problemas reais.*” (Coutinho et. al, 2009, p. 362). Desta forma, os contributos da investigação-ação são “ (...) *a melhoria da prática, a compreensão da prática e a melhoria da situação onde tem lugar a prática.*” (Latorre, 2003 in Coutinho et. al, 2009, p. 363) e os propósitos baseiam-se essencialmente, não tanto por gerar conhecimento mas sim, por questionar os valores e as práticas sociais que integram a investigação-ação com a finalidade de explicá-las (*ibidem*). Assim, a investigação-ação poderá classificar-se como “ (...) *um poderoso instrumento para reconstruir as práticas e os discursos.*” (*ibidem*).

4.4 – Eixos Analíticos da Pesquisa

Para desenvolver a pesquisa foi elaborado um quadro analítico que equaciona o conceito e as respetivas dimensões de estudo (Eixos Analíticos), conforme a Tabela 2. Tivemos em consideração o conceito “Integração Social” divididos por seis dimensões e treze variáveis. No que diz respeito à dimensão “Acesso aos Serviços”, a variável é os Serviços de Apoio (Saúde, Educação, Câmara Municipal e Segurança Social); a dimensão “Redes de Apoio Formal e Informal” tem como variável a existência e acesso a redes/suporte social; a dimensão “Qualidade de Vida” tem quatro variáveis, são elas: alterações nos relacionamentos sociais, alterações a nível habitacional, alterações a nível de saúde e alterações a nível físico, psicológico ou emocional; a dimensão “Lazer” possui três variáveis, são elas: alterações a nível do lazer, influência dos costumes e tradições e formas de ocupação de tempo livre; a dimensão “Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço” é composta por três variáveis: vantagens sentidas, desvantagens sentidas e consequências sentidas da mudança para o bairro; e,

por último, a dimensão “Constrangimentos e oportunidades associados à pertença à etnia cigana” tem como variável a procura de emprego, habitação, aquisição, criação e manutenção de relacionamentos sociais fora da sua etnia.

Tabela 2 - Quadro Analítico das Auto-Perceções Produzidas por Mulheres de Etnia Cigana do Bairro Social do Cabeço

Conceito	Dimensões	Variáveis
Integração Social	Acesso aos Serviços	- Serviços de Apoio: Saúde, Educação, Câmara Municipal e Segurança Social.
	Redes de Apoio Formal e Informal	- Existência e acesso a redes/suporte social.
	Qualidade de Vida	- Alterações nos relacionamentos sociais; - Alterações a nível habitacional; - Alterações a nível de saúde; - Alterações a nível físico, psicológico ou emocional.
	Lazer	- Alterações a nível do lazer; - Influência dos costumes e tradições; - Formas de ocupação de tempo livre.
	Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço	- Vantagens sentidas; - Desvantagens sentidas; - Consequências sentidas da mudança para o bairro.
	Constrangimentos e oportunidades associados à pertença à etnia cigana	- Procura de emprego, habitação, aquisição, criação e manutenção de relacionamentos sociais fora da sua etnia.

Fonte: Elaborado pela investigadora

4.5 – Procedimentos de Recolha de Dados

Ao longo do estágio e através da presença assídua no espaço do Projeto Quero Ser Mais E6G no Bairro Social do Cabeço, foi dada a possibilidade de conhecer a comunidade cigana e participar nas atividades do projeto permitindo assim a criação de laços com as pessoas da comunidade. Nesse espaço de atendimento assistiu-se a algumas intervenções com as famílias desta comunidade, tendo sido uma mais-valia para a recolha de dados afim de perceber quais os seus desejos, ambições, dificuldades, entre outras. Esses dados eram registados no diário de campo e bastante úteis para a realização do inquérito por questionário e da entrevista narrativa. A recolha de dados da

investigação tornou-se mais fácil e acessível pois, como já estava inserida na comunidade e criado relações de confiança com as pessoas, permitiu uma maior abertura e sinceridade nas respostas dadas pelas participantes.

Entrevista Narrativa

O meu estudo exploratório comporta duas técnicas de recolha de dados, uma qualitativa representada pela Entrevista Narrativa e Observação e outra quantitativa representada pelo Inquérito por Questionário.

Nas técnicas qualitativas de recolha de dados, mais concretamente, na Entrevista Narrativa, é fundamental ter em consideração que a escolha da mesma é muito importante, uma vez que, os estudos qualitativos “ (...) *permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados.*” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.192). No entanto, neste tipo de investigação, os investigadores adotam uma postura diferente na “ (...) *tentativa de estudar cientificamente, não a realidade, mas as percepções que, quer eles, quer os outros (os indivíduos “comuns”), têm da mesma.*” (Vieira, 1995, p.47). Assim, o objetivo desta técnica de recolha de dados é “ (...) *o de permitir que a investigação possa recolher e reflectir sobretudo aspectos enraizados, menos imediatos, dos hábitos dos sujeitos, grupos ou comunidades em análise e, simultaneamente, possa sustentar, de modo fundamentado na observação, a respectiva inferência ou interpretação dos seus hábitos.*” (Santo, 2010, p.25).

Enquanto técnica qualitativa de recolha de dados, a entrevista narrativa apresenta vantagens e desvantagens. As vantagens são:

- “*O grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos.*”;
- “*A flexibilidade e a fraca directividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais.*” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.194).

E as desvantagens são:

- “*A própria flexibilidade do método pode intimidar aqueles que não consigam trabalhar com serenidade sem directivas técnicas precisas.*”, ou seja, os entrevistados podem ter um discurso informal – sem grande interesse;

- “ (...) os elementos de informação e de reflexão recolhidos pelo método da entrevista não se apresentam imediatamente sob uma forma que requeira um modo de análise particular.” pois, “ (...) devem ser escolhidos e concebidos conjuntamente.”;
- A flexibilidade do método pode “ (...) levar a acreditar numa completa espontaneidade do entrevistado e numa total neutralidade do investigador.”, ou seja, “ A análise de uma entrevista deve, portanto, incluir uma elucidação daquilo que as perguntas do investigador, a relação de troca e o âmbito da entrevista induzem nas formulações do interlocutor.” (idem, ibidem).

Ainda relativamente, à técnica qualitativa de recolha de dados, Entrevista Narrativa, caracterizada por Muylaert, Jr, Gallo & Reis (2014), como ferramenta não estruturadas que visa obter, de forma mais profunda, determinados aspetos científicos que, a partir dos quais, emergem histórias de vida, quer do contexto situacional quer do contexto do entrevistado. Desta forma, a entrevista narrativa “ (...) visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (...) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social.” (ibidem, p.194). Assim, este tipo de entrevista tem uma importante característica colaborativa, já que a “ (...) história emerge a partir da interação, da troca, do diálogo entre entrevistador e participantes.” (ibem, ibidem).

Esta técnica qualitativa tem como função contribuir “ (...) com a construção histórica da realidade e a partir do relato de fatos do passado, promover o futuro, pois no passado há também o potencial de projetar o futuro.” (ibidem, p. 195), ou seja, é uma técnica que origina histórias e, desta forma, “ (...) podem ser analisadas de diferentes formas após a captação e a transcrição dos dados.” (idem, ibidem). No entanto, deve-se ter em atenção que as narrativas são interpretações ou representações do mundo e, por isso, “ (...) não estão abertas a comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sóciohistórico.” (idem, ibidem), uma vez que, não se tem acesso direto às experiências dos outros.

De acordo com os referidos autores, no processo de captação e transcrição dos dados é preciso ter em conta as características paralinguísticas envolvidas, como por exemplo, as pausas, o tom de voz, mudanças na entoação, expressões, o silêncio que pode ser transformado em narrativas não ouvidas, entre outras. Estas características são

essenciais para compreender o “não dito”, uma vez que, “ (...) *processo de análise de narrativas explora-se não apenas o que é dito, mas também como é dito.*” (ibidem, p. 195).

No entanto, Muylaert, Jr, Gallo & Reis (2014) salientam ainda que a interferência do entrevistador nas narrativas deve ser mínima, já que o entrevistado tenta reconstruir acontecimentos sociais a partir da intervenção feita anteriormente pelo entrevistador.

Há ainda a assinalar a **observação**, tendo sido elaborados **diários de campo** com anotações que permitiram desenvolver atitudes de maior proximidade com a população, designadamente nome e anotações sobre a vida das pessoas alojadas no bairro e que foram integradas na pesquisa, dados complementares da entrevista narrativa, recolhidos antes ou depois da sua realização.

Os diários de campo são considerados para Lewgoy & Arruda (2004) *in* Lima, Minhoto & Prá (2007) um instrumento capaz de possibilitar o exercício académico na procura da identidade profissional pois, é através das aproximações consecutivas e críticas que se pode efetuar uma reflexão quotidiana da ação profissional, analisando os desafios e os limites.

De acordo com Elza Falkembach (1987) *in* Gerhardt, Ramos, Riquinho, & Santos (s/d), o diário de campo

“ (...) é um instrumento de anotações, um caderno com espaço suficiente para anotações, comentários e reflexão, para uso individual do investigador em seu dia a dia. Nele se anotam todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do investigador, suas reflexões e comentários. Ele facilita criar o hábito de escrever e observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos.” (p. 76).

Inquérito por Questionário

Como referi anteriormente, o meu estudo contempla ainda a técnica quantitativa de recolha de dados – Inquérito por Questionário.

Nos estudos quantitativos “ (...) *as informações com elas recolhidas, sobre as variáveis em questão, constituem os únicos indicadores da realidade em causa, de o que o investigador dispõe.*” (Vieira, 1995 p.86). Assim, deve-se ter em conta que o papel do investigador, enquanto mero instrumento de recolha de dados, é reduzido pois, está evidenciado a utilização de técnicas estruturadas e que num processo de investigação, quando as informações recolhidas forem insuficientes, não é metodologicamente correto voltar a recolher dados posteriormente.

Para além disso, é importante realçar o facto de que “ (...) *todos os sujeitos são submetidos às mesmas técnicas, da mesma maneira, no sentido de se poder fazer um estudo comparativo entre eles (...), e de se assegurar a credibilidade das conclusões obtidas.*” (*ibidem*).

Neste sentido, é importante referir que, a investigação quantitativa, segundo McMillan & Schumacher (1989 *in* Vieira 1995 p.41), “ (...) *procura, essencialmente, estabelecer relações e explicar as causas das mudanças observadas nos factos sociais que são alvo de medição (...)*”. Este tipo de investigação é, normalmente, caracterizada como nomotética⁸, pois “ (...) *parte-se do pressuposto de que os indivíduos e os fenómenos em estudo apresentam características semelhantes, pelo que podem ser descritos e explicados com base em factores comuns.*” (Vieira, 1995, p.43). Para além desta característica principal, mencionada anteriormente, a investigação quantitativa apresenta outras que a especificam melhor, são as seguintes:

- *Utilização de instrumentos na recolha de dados, sobretudo do tipo “papel e lápis”;*
- *Dados recolhidos, em princípio, sob a forma métrica;*
- *Decisões tomadas a priori quanto à apresentação dos dados;*
- *Os dados assumem uma forma única – resposta ao instrumento utilizado;*
- *Os dados são codificados e descritos estatisticamente;*
- *As conclusões são tiradas com base nos procedimentos estatísticos utilizados.* (Vieira, 2015 diap.

16)

No que concerne aos estudos de natureza quantitativa, estes caracterizam-se pelo “ (...) *respeito de uma sequência de etapas (...)*” Lima, Vieira & Oliveira (2007 p.10) e visam, fundamentalmente, a “ (...) *explicação dos fenómenos, seguindo uma lógica dedutiva (...)*” (*ibidem*). Assim, desta forma, pode-se afirmar que estas investigações têm uma estrutura pré-definida, na qual faz variar a próxima etapa com a que lhe antecedeu.

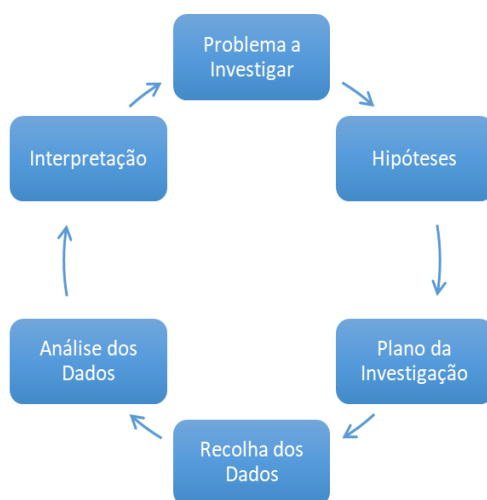
Os autores, Drew & Hardman (1985 *in* Lima, Vieira & Oliveira, 2007) conceptualizaram o processo de uma forma circular⁹, “ (...) *independentemente das estratégias metodológicas (planos) que possam caracterizar cada estudo particular.*” (*ibidem*), sendo o seu modelo apresentado na Figura 1. Ou seja, se tivermos identificado o problema a investigar, as hipóteses já irão variar de acordo com o problema que

⁸ Nomotético, de acordo com Windelband (1894) *in* Vieira (1995, p.43) “ (...) *está associado à formulação de leis gerais (...)*”.

⁹ O autor identificado com o paradigma quantitativo, Krathwohl (1989), identifica as diversas etapas do processo de investigação como “ (...) *anéis dependentes de uma forma hierárquica, que se entrelaçam numa cadeia (...)*” Lima, Vieira & Oliveira (2007, p.10).

optamos por investigar. Seguidamente, iremos proceder à elaboração do plano de investigação que irá permitir recolher os dados, posteriormente analisá-los e interpretá-los. Assim, para cada etapa as variações irão depender da etapa anterior pré-definida, tornando-se numa lógica dedutiva.

Figura 1 – Conceção Circular de um Processo de Investigação Quantitativa



Fonte: Adaptado de Drew & Hardman (1985) in Lima, Vieira & Oliveira (2007, p. 10)

Estes, defendem que “ (...) cada respostas a um determinado problema tem sempre probabilidade de suscitar novas questões e dúvidas, as quais impulsionam os investigadores a efectuar outras observações sistemáticas dos fenómenos e, portanto, a conduzir novas pesquisas.” (ibidem).

Assim sendo, na investigação quantitativa, testa-se regularmente as hipóteses desenvolvidas, independentemente do contexto, uma vez que a intenção principal é procurarem resultados/evidências que apoiem o uso da aplicação das hipóteses em muitos conjuntos de dados.

Relativamente, à técnica quantitativa de recolha de dados, Inquérito por Questionário, esta tem como objetivo principal

“ (...) colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto de interesse os investigadores.” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 188).

Desta forma, a técnica – Inquérito por Questionário, é composta por um conjunto de etapas de investigação que são essenciais para o seu desenvolvimento, na qual menciono as principais, são elas: “ (...) a concepção do questionário, a recolha de dados, o processamento e tratamento dos mesmos e a análise e interpretação dos resultados (...) ” (Santos, 2010, p. 149 e 150).

Esta técnica quantitativa, transporta consigo diversas vantagens, sendo as principais, o facto de o investigador ter a possibilidade de verificar as hipóteses teóricas, quantificar uma multiplicidade de dados e, conseqüentemente, analisar as correlações que essas hipóteses sugerem; e interrogar um elevado número de pessoas, sendo que é fundamental ter uma representatividade do conjunto dos inquiridos, uma vez que, “ (...) esta representatividade nunca é absoluta, está sempre limitada por uma margem de erro e só tem sentido em relação a um certo tipo de perguntas – as que têm um sentido para a totalidade da população em questão.” (ibidem, p. 189).

No entanto, a técnica Inquérito por Questionário apresenta desvantagens, como por exemplo, “A superficialidade das respostas, que não permitem a análise de certos processos (...)”, o que leva, por vezes, aos resultados surgirem “ (...) como simples descrições, desprovidas de elementos de compreensão penetrantes.”; “ A individualização dos entrevistados, que são considerados independentemente das suas redes de relações sociais.” e, por último, “O carácter relativamente frágil da credibilidade do dispositivo.” (ibidem, p. 189 e 190).

Todavia, para além das desvantagens apresentadas anteriormente, é importante salientar que, é crucial o entrevistador estar suficientemente preparado e, sobretudo, motivado para realizar este trabalho rigoroso, que é, muitas vezes, desencorajador para que, no final, consiga obter um trabalho onde apresente rigor, honestidade e respostas claras às hipóteses inicialmente apresentadas.

4.6 – População e Amostragem

A Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço é composta por 136 pessoas, 62 do sexo feminino e 74 do sexo masculino.

No entanto, a população ou universo de pesquisa diz respeito à totalidade das mulheres da comunidade cigana com idade igual ou superior a 18 residentes no Bairro Social do Cabeço que integram o Projeto Quero Ser Mais E6G sendo que, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, apenas 47 correspondem à população a investigar.

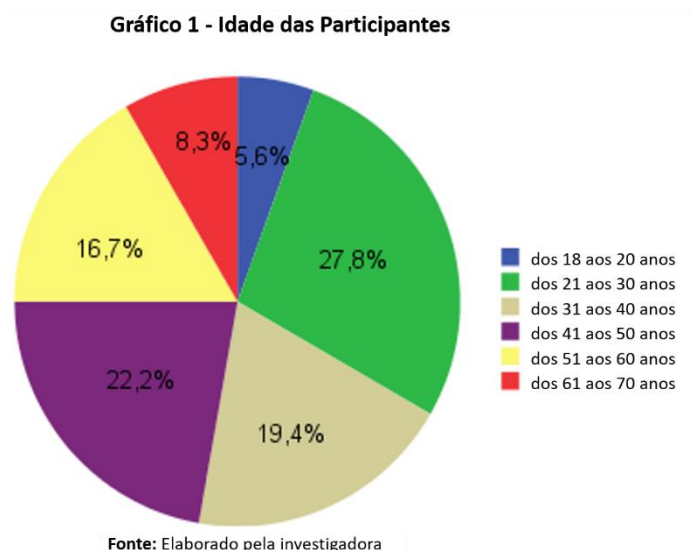
O estudo exploratório recorreu a 2 processos de amostragem distintos: Amostragem probabilística (na aplicação do questionário) e amostragem não probabilística por acessibilidade (na realização das entrevistas narrativas).

Inquérito por questionário

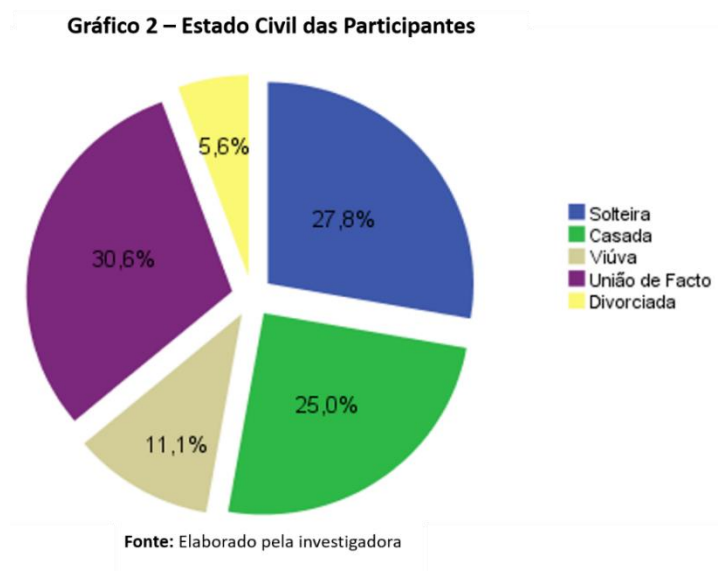
Foram aplicados 47 Inquéritos por Questionário, correspondente à totalidade do universo de mulheres da Comunidade Cigana com idade igual ou superior a 18 anos residentes no Bairro Social do Cabeço que integram o Projeto Quero Ser Mais E6G, uma vez que este número não é muito elevado e inatingível durante ao tempo dado para a elaboração da monografia de estágio. Foram obtidas 36 respostas, prefazendo uma amostra de 80% do universo.

• Características da Amostra

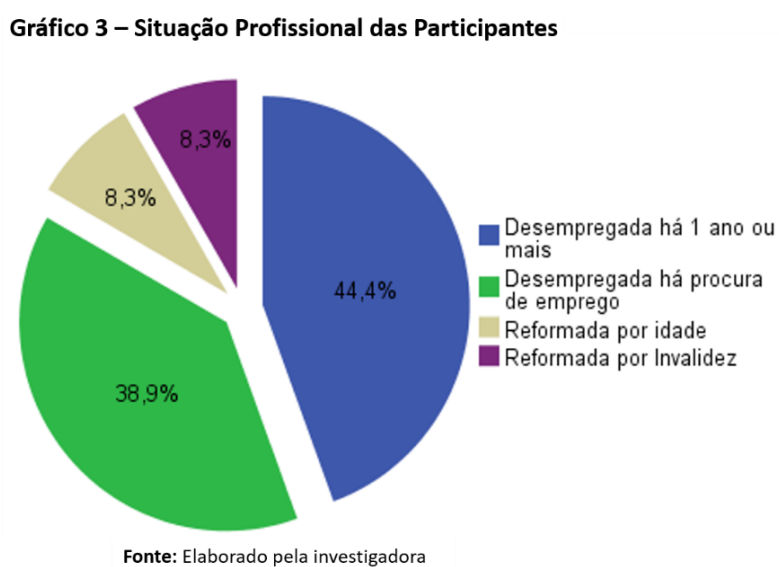
Das 36 participantes no estudo exploratório, através dos escalões etários estabelecidos com intervalos de 10 anos, e de acordo com o Gráfico 1 que se segue, 27.8% têm idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos, 22.2% idades entre os 41 e os 50 anos, 19.4% idades entre os 31 e os 40 anos, 16.7% idades entre os 51 e os 60, 8.3% idades entre os 61 e 70 anos e, por fim, 5.6% das partipantes têm idades entre os 18 e os 20 anos.



Relativamente ao estado civil das participantes, representado no Gráfico 2, 30.6% encontram-se em união de facto, 27.8% são solteiras, 25% são casadas, 11.1% são viúvas e 5.6% divorciadas.



No Gráfico 3, é apresentado as percentagens referentes à situação profissional das participantes, sendo que 44.4% estão desempregadas há 1 ano ou mais, 38.9% estão desempregadas há procura de emprego e com a mesma percentagem 8.3% das participantes encontram-se reformadas por idade e por invalidez.

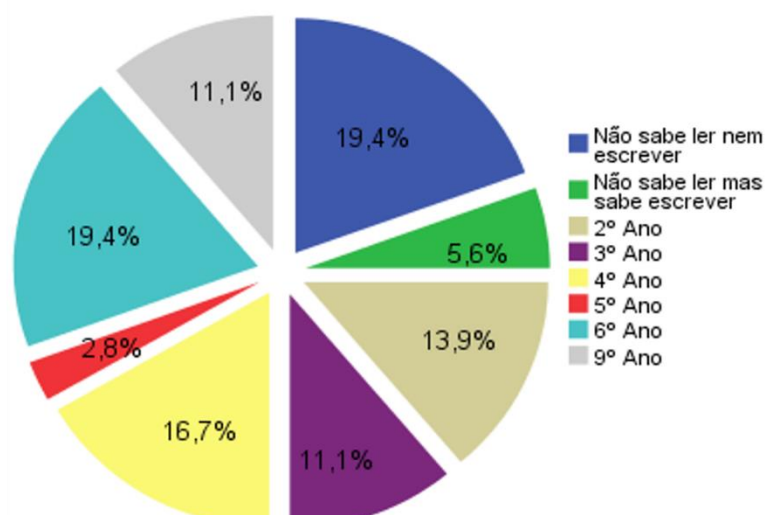


Referentemente ainda às características da amostra do inquérito por questionário, 72.2% da população inquirida recebe RSI, 13.9% reforma, 8.3% pensão de invalidez e 5.6% não recebem qualquer tipo de apoio ou pensão, ou seja, o seu único rendimento são os apoios familiares.

No que diz respeito à sua ocupação atual, 100% são domésticas, ou seja, efetuam as tarefas domésticas e cuidam dos filhos, sendo que 22.2% vive com o companheiro e os filhos.

Por último, e relativamente ao nível de escolaridade das participantes apresentado no Gráfico 4, 19.4% não sabe ler nem escrever mas, com a mesma percentagem têm o 6º ano, 16.7% têm o 4º ano, 11.1% têm o 3º e o 9º ano, 5.6% não sabe ler mas sabe escrever e 2.8% possuem o 5º ano.

Gráfico 4 – Nível de Escolaridade das Participantes



Fonte: Elaborado pela investigadora

Entrevista Narrativa

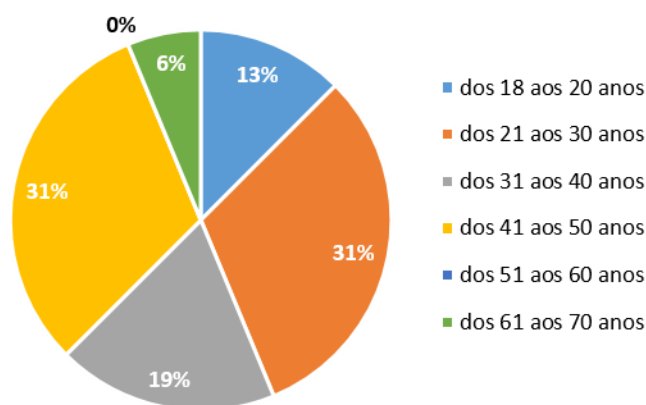
No que concerne às Entrevistas Narrativas a amostra deste estudo foi constituída de forma não probabilística e por conveniência, já que, “ (...) *os indivíduos empregados nessa pesquisa são selecionados porque eles estão prontamente disponíveis, não porque eles foram selecionados por meio de um critério estatístico.*” (Ochoa, 2015) ou seja, o “ (...) *pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo.*” (Gil, 2008, p.94) alertando para o facto de esta ser a forma menos rigorosa de constituir amostra e, por isso, “ (...) *é destituída de qualquer rigor estatístico.*” (*idem, ibidem*).

Assim, este estudo exploratório conta com a participação de mulheres da Comunidade Cigana com idade igual ou superior a 18 anos residentes no Bairro Social do Cabeço que integrem o Projeto Quero Ser Mais E6G num universo de 47 mulheres residentes no Bairro Social do Cabeço – Critério de Inclusão. De realçar que todas as participantes deveriam estar orientadas no espaço, tempo e/ou em relação a si e não serem detentoras de deficiência auditiva grave ou completa – Critérios de Exclusão. Nesta técnica foram efetuadas 16 entrevistas.

- **Características da Amostra**

Das 16 participantes na entrevista narrativa, através dos escalões etários estabelecidos com intervalos de 10 anos, e de acordo com o Gráfico 5 que se segue, 31% têm idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos e os 41 e 50 anos, 19% tem idades compreendidas entre 31 e os 40 anos, 13% têm idades entre os 18 e os 20 anos e, por fim com idades entre os 61 e os 70 anos, 6% das entrevistadas.

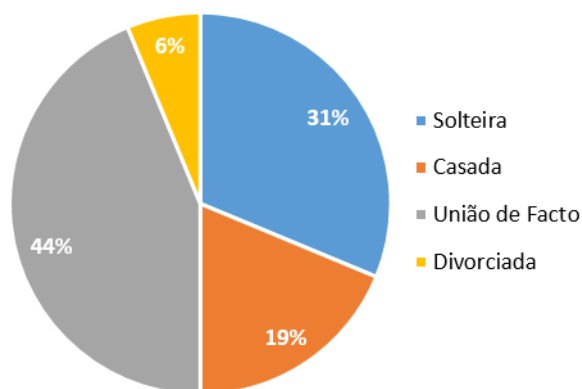
Gráfico 5 - Idade das Participantes da Entrevista Narrativa



Fonte: Elaborado pela investigadora

No que concerne ao estado civil das participantes, representado no Gráfico 6, 44% encontram-se em união de facto, 31% são solteiras, 19% são casadas e 6% divorciadas.

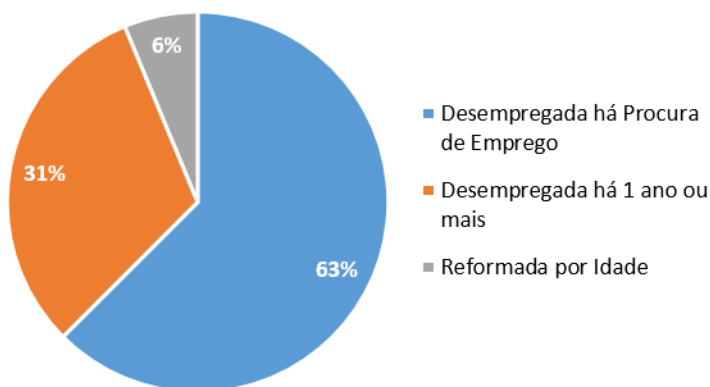
Gráfico 6 - Estado Civil das Participantes da Entrevista Narrativa



Fonte: Elaborado pela investigadora

No Gráfico 7 encontra-se representada a situação profissional das participantes da entrevista narrativa, sendo que 63% está desempregada há procura de emprego, 31% desempregada há 1 ano ou mais e 6% estão reformadas por idade.

Gráfico 7 - Situação Profissional das Participantes da Entrevista Narrativa

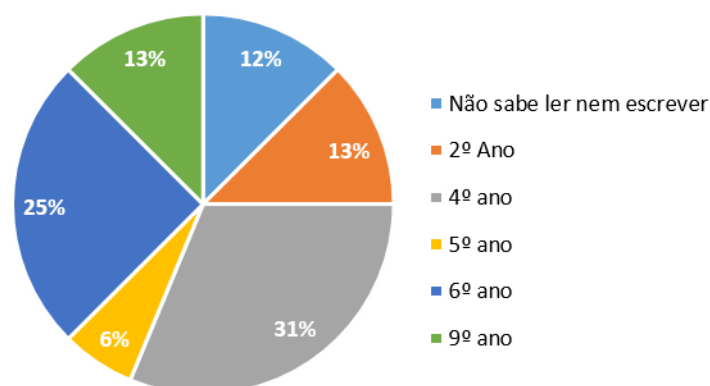


Fonte: Elaborado pela investigadora

No que concerne, ainda às características da amostra da entrevista narrativa, 100% da população inquirida recebe o RSI e são domésticas (ocupação atual).

Por fim, e referentemente ao nível de escolaridade das participantes apresentado no Gráfico 8, 31% tem o 4º ano, 25% tem o 6º ano, 13% tem o 2º ano e, respetivamente, o 9º ano, 12% não sabe ler nem escrever e, 6% tem o 5º ano.

Gráfico 8 - Nível de Escolaridade das Participantes das Entrevistas Narrativas



Fonte: Elaborado pela investigadora

4.7 – Tratamento dos Dados: SPSS e Análise de Conteúdo

O SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences* é um “ (...) poderoso sistema de análises estatísticas e manuseamento de dados, num ambiente gráfico, em que a utilização mais frequente, para a maioria das análises a efectuar, se resume à selecção das respectivas opções em menus e caixas de diálogo.” (Ferreira, 1999, p. 1). Este programa foi criado nos anos 60 mas só em 1994, foi implementado em Portugal. Caracteriza-se por ser um *software* de análise estatística “ (...) constituído por um sistema de base e por oito módulos de escolha opcional consoante o tipo de pesquisa (...)” (Silva, Silva, & Barbas, 2006, p.10). Este sistema é de fácil manuseamento devido à sua apresentação e à forma como funciona ser semelhante a qualquer aplicação desenvolvida para *Windows* (*ibidem*).

Este programa apresenta algumas vantagens como a aplicação de “ (...) várias análises estatísticas como por exemplo a análise de regressão, testes paramétricos e não paramétricos; permite estabelecer a correlação entre variáveis; permite a visualização de vários resultados estatísticos de forma de tabela e gráfico.” (*ibidem*).

A análise de conteúdo, elemento importante do conjunto das metodologias de investigação social, é “ (...) uma técnica que visa a sistematização de informação, de acordo com a aplicação de processos de codificação, categorização¹⁰ e inferência

¹⁰ Os processos de categorização e codificação, em qualquer modalidade de estudos são relativamente idênticos no entanto, a sequência que é apresentada em seguida, na prática, poderá sofrer alguma alteração, devendo por isso, existir alguma flexibilidade (Amado, 2000). Em primeiro lugar encontra-se a “Definição de objetos do trabalho”, de seguida a “Explicação de um quadro de referência teórico”,

permitindo um alcance analítico de natureza quantitativa e/ou inferencial, consoante os objetivos e técnicas de análise.” (Santo, 2010, p. 66).

Desta forma, esta técnica tem como aspeto importante o facto de permitir “ (...) *além de uma rigorosa e objectiva representação dos conteúdos das mensagens, o avanço fecundo, à custa de inferências interpretativas derivadas dos quadros de referência teóricos do investigador, por zonas menos evidentes que constituem o referido “contexto de produção.”* (Amado, 2000, p. 54).

4.8 – Questões Éticas

As questões éticas na investigação, foram devidamente respeitadas através da utilização do consentimento informado alertando para o facto de a participação neste estudo exploratório ser livre, voluntário e assegurada a confidencialidade dos dados recolhidos.

Na recolha dos dados, foi importante a existência de laços de confiança e as relações criadas ao longo do estágio (criados com a presença assídua no bairro) permitiram uma maior abertura e exposição das suas preceções sobre a sua integração na sociedade particularmente, sobre manifestações de preconceito, discriminação, e sobre os desafios e apoios sentidos por esta população.

O cuidado com a linguagem utilizada e o modo de abordagem com as pessoas foi, sem dúvida, o mais importante, já que existe, por vezes, por parte desta população-alvo uma certa dificuldade em entender-nos devido à linguagem técnica. Assim sendo, foi uma preocupação da investigadora a utilização de linguagem informal de forma a que a sua explicitação sobre a investigação a cada participante fosse realizada de forma mais clara possível.

Em alguns momentos, foi difícil proceder à recolha de dados devido à indisponibilidade das participantes, tendo assim a investigadora adaptado os horários e locais consoante a sua disponibilidade.

posteriormente a “Constituição de um «corpus» documental”, depois as “Leituras atentas e ativas”, seguidamente a “Formulação de hipóteses” e, por último, a “Codificação” (*ibidem*).

PARTE IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo exploratório teve como objetivo principal “Identificar e analisar as percepções que as mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço têm sobre a sua integração na sociedade, nomeadamente a existência de preconceito, discriminação, desafios e apoios”. A coleta dos dados foi realizada através de inquéritos por questionários, diário de campo e entrevistas narrativas.

Responderam de forma voluntária ao inquérito por questionário 36 mulheres da Comunidade Cigana com idade igual ou superior a 18 anos residentes no Bairro Social do Cabeço que integram o Projeto Quero Ser Mais E6G – Critério de Inclusão – de um universo de 47 mulheres. Na entrevista narrativa participaram de forma voluntária 16 mulheres da Comunidade Cigana, de acordo com o critério de inclusão referido anteriormente.

Numa primeira fase, foram realizadas entrevistas a 4 mulheres da Comunidade Cigana de acordo com os critérios de inclusão, realizando assim, o *cognitive debriefing*, o que permitiu identificar a necessidade de acrescentar uma pergunta e reformular outra de forma a que as participantes no estudo percebessem o sentido das questões formuladas. Com este processo foi introduzida uma questão, nº8, e reestruturada a questão nº9.

Importa ainda salientar que, no que concerne ao inquérito por questionário, do universo de 47 mulheres da Comunidade Cigana com idade igual ou superior a 18 anos residentes no Bairro Social do Cabeço que integram o Projeto Quero Ser Mais E6G, apenas 2 não quiseram participar no estudo exploratório e as restantes 5 mudaram de residência, sendo que já tinha sido aplicado o pré-teste a 4 mulheres de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Considerando estes fatores, o questionário foi respondido por 80% da população considerada.

O Inquérito por Questionário encontra-se no Apêndice 1 e é constituído por vinte e três questões na qual as primeiras seis permitem proceder à caracterização da população; a sétima questão aborda as alterações que ocorreram na vida das mulheres aquando da sua mudança para o Bairro Social do Cabeço; a oitava questiona se existem consequências a nível pessoal, profissional e/ou social de viver no Bairro Social do Cabeço; as três questões seguintes são relacionadas com a satisfação, qualidade de vida e classificação do local onde vivem; a décima segunda questão está relacionada com a melhoria do Bairro Social do Cabeço; as duas questões seguintes e a décima nona

abordam o tema da discriminação; na décima quinta pergunta interroga-se as inquiridas se o facto de viver no Bairro Social do Cabeço condiciona o acesso a bens e serviços; na décima sexta questiona-se relativamente à existência de redes de apoio à comunidade; na décima sétima e décima oitava interroga-se sobre os direitos e condicionantes de se ser mulher de etnia cigana; na vigésima é abordado se existem ou não bons relacionamentos com pessoas fora da sua etnia; por fim, as últimas três questões são referentes ao Projeto Quero Ser Mais E6G.

A Entrevista Narrativa encontra-se no Apêndice 2 e é constituída por dez perguntas: as três primeiras permitem entender como é que as mulheres da comunidade cigana do Bairro Social do Cabeço experienciaram e sentiram a mudança aquando da sua vinda para o bairro e vantagens e desvantagens de viver neste local; a quarta pergunta pretende saber quais as dificuldades que enfrentam nas suas vidas perante situações como a procura de emprego e de casa; a quinta visa perceber como é o seu quotidiano, quais as suas rotinas, quais as suas atividades, ...; a sexta, sétima e nona centram-se no projeto por forma a saber o que poderá ser melhorado e/ou desenvolvido e as respetivas opiniões à cerca do mesmo; por fim, a oitava e a décima abordam o tema da discriminação sendo uma mais a nível da comunidade e outra mais a nível da sociedade.

Segue-se a apresentação e análise dos resultados identificados, tendo por referência os objetivos de pesquisa. De salientar que o “Nº de Ocorrências” diz respeito ao número de vezes que determinada categoria foi manifestada durante as entrevistas pelo “Nº de Entrevistados” que mencionaram a categoria em estudo.

CAPÍTULO 5 – CARATERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS MULHERES DA COMUNIDADE CIGANA RESIDENTES NO BAIRRO SOCIAL DO CABEÇO

Neste estudo exploratório, das 36 participantes, e com a utilização do programa para tratar os dados – *IBM SPSS Statistics – Versão 23* – foi possível concluir que ao cruzarmos os dados relativos à idade e escolaridade das participantes do inquérito por questionário, os resultados vão ao encontro do que foi referido por alguns autores, nomeadamente Branco (2003), Maganos & Mendes (2014), Vicente (2013) e Vilkamaa (2011). Assim, neste estudo, e de acordo com a Tabela 3, verifica-se que 7 participantes ou seja, 19.4%, não sabe ler nem escrever no entanto, e com a mesma percentagem têm o 6º ano (2º ciclo) o que revela que as gerações mais jovens (idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos) já estudam, praticamente, o 2º ciclo completo, o que não se

verificava nas gerações mais antigas uma vez que, *“Na tradição cigana, as mulheres não frequentam a escola, ou frequentam-na apenas até ao início da puberdade.”* (Branco, 2003, p. 138), podendo através deste estudo constatar-se esta afirmação.

Tabela 3 – Relação entre a Idade e o Nível de Escolariedade

		<u>NÍVEL DE ESCOLARIEDADE</u>								Total
		Não sabe ler nem escrever	Não sabe ler mas sabe escrever	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	9º Ano	
<u>IDADE¹</u>	Dos 18 aos 20 anos	0	0	0	0	1	1	0	0	2
	Dos 21 aos 30 anos	0	0	2	1	2	0	4	1	10
	Dos 31 aos 40 anos	0	0	3	1	2	0	1	0	7
	Dos 41 aos 50 anos	2	1	0	0	0	0	2	3	8
	Dos 51 aos 60 anos	3	1	0	1	1	0	0	0	6
	Dos 61 aos 70 anos	2	0	0	1	0	0	0	0	3
Total		7	2	5	4	6	1	7	4	36

Idade¹: $\chi^2(35)=55.60$ p=0.015 (Phi=1.24 e V de Cramer=0.56)

Fonte: Elaborado pela investigadora

No entanto, na caracterização da população das participantes das entrevistas narrativas (16 mulheres), verifica-se que 31% das entrevistadas têm idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos e os 41 e 50 anos e também com 31% têm o 4º ano, o que revela que as gerações em idades ativas se encontra com um nível de escolaridade baixo.

No que concerne à situação profissional, verifica-se que das 36 intervenientes no estudo, 44.4% encontra-se desempregada há 1 ano ou mais e 38.9% admitem estar desempregadas há procura de emprego. Desta forma, se cruzarmos estes dados com a idade das participantes, podemos verificar de acordo com a Tabela 4 que, as gerações mais jovens (idades entre os 21 e os 30 anos) apesar de estarem desempregadas referiram que têm interesse e procuram emprego. Assim, estas jovens ciganas, de alguma forma, procuram contrariar aquilo que seria a vida e o papel de uma mulher cigana na comunidade, que segundo Vicente (2013) passaria pelo: “ (...) *controlo da vida doméstica quotidiana que inclui as responsabilidades do cuidado das crianças e das pessoas idosas, a educação das crianças, o controlo das condutas sociais e morais e a transmissão dos valores e costumes nas suas comunidades.*” (p. 2). Portanto, e de acordo com o referido anteriormente, poder-se-á afirmar que “ (...) *as mulheres ciganas encontram-se num forte processo de transformação social que afeta os seus modos de vida e os seus valores de referência.*” (*ibidem*).

Tabela 4 – Relação entre a Idade e a Situação Profissional das Inquiridas

		<u>SITUAÇÃO PROFISSIONAL</u>				Total
		Desempregada há 1 ano ou mais	Desempregada há procura de emprego	Reformada por Idade	Reformada por Invalidez	
<u>IDADE¹</u>	Dos 18 aos 20 anos	1	1	0	0	2
	Dos 21 aos 30 anos	3	7	0	0	10
	Dos 31 aos 40 anos	3	4	0	0	7
	Dos 41 aos 50 anos	6	2	0	0	8
	Dos 51 aos 60 anos	3	0	0	3	6
	Dos 61 aos 70 anos	0	0	3	0	3
Total		16	14	3	3	36

Idade¹: $\chi^2(15)=58.59$ $p=0.000$ (Phi=1.28 e V de Cramer=0.74)

Fonte: Elaborado pela investigadora

O mesmo se verifica se cruzarmos de igual forma, os dados referentes à idade das entrevistadas e a sua situação profissional, conforme se pode comprovar com a Tabela 5, a maioria, com 63% encontra-se e/ou tem interesse na procura de emprego, sendo essa maioria representada pelas gerações mais jovens com idades entre os 21 e os 30 anos.

Tabela 5 – Relação entre a Idade e a Situação Profissional das Entrevistadas						
		SITUAÇÃO PROFISSIONAL				Total
		Desempregada há 1 ano ou mais	Desempregada há procura de emprego	Reformada por Idade	Reformada por Invalidez	
IDADE ¹	Dos 18 aos 20 anos	1	1	0	0	2
	Dos 21 aos 30 anos	1	4	0	0	5
	Dos 31 aos 40 anos	0	3	0	0	3
	Dos 41 aos 50 anos	3	2	0	0	5
	Dos 51 aos 60 anos	0	0	0	0	0
	Dos 61 aos 70 anos	0	0	1	0	1
Total		5	10	1	0	16

Idade¹: $\chi^2(8)=20.00$ $p=0.010$ (Phi=1.12 e V de Cramer=0.79)

Fonte: Elaborado pela investigadora

Ainda neste seguimento, 100% da população entrevistada e 72.2% da população inquirida está dependente do RSI para (sobre)viver sendo que deste rendimento (sobre)vivem 3 pessoas (36.1%). Isto vai ao encontro do que refere Magano & Mendes (2014) no seu artigo “*Ciganos e Políticas Sociais em Portugal*” e Branco (2003) no seu artigo “*Ciganos e o RMG: direitos sociais e direito à diferença*” pois, devido às dificuldades sentidas no domínio das vendas ambulantes (atividades tradicionais desta população-alvo), muitas pessoas procuraram no RSI “ (...) não uma via para a inserção social e económica, mas um complemento social de rendimentos, cuja titularidade procuram obter e manter empenhada e que permite sobre(viver) mantendo a sua actividade tradicional de comércio ambulante.” (p. 127). Isto comprovou-se ao longo do estágio pois, alguns membros de famílias admitiram que “ninguém consegue viver só com o RSI”¹¹.

¹¹ Discurso das habitantes do Bairro Social do Cabeço participantes no Projeto Quero Ser Mais E6G na atividade “Círculos Entre Nós” – informação registada no diário de campo.

Todavia, outro dado interessante que surgiu neste estudo exploratório foi o facto de ainda se verificar o enraizamento da cultura cigana no que diz respeito à mulher permanecer em casa para cuidar dos filhos (22.2% vive com o companheiro e os filhos) e realizar todas as tarefas domésticas, ou seja, 100% das inquiridas e entrevistadas afirmaram ser domésticas.

Relativamente ao estado civil, 30.6% das inquiridas e 44% das entrevistadas afirmam encontrar-se em união de facto, sendo considerado pelas participantes como casamento cigano¹², e também pelo Projeto Encontros (2013) implementado no concelho de Moura, através do seu Observatório Sócio-demográfico das Comunidades Ciganas criado pelos mesmos, referiu que o

“ (...) que chamaremos aqui casamento é em realidade união de facto, sendo poucos os casais ciganos que se unem perante o registo civil – situação que exclui os direitos inerentes ao casamento formal. São geralmente uniões precoces (a partir dos 13 anos para as raparigas, 14/15 para os rapazes) e de natureza endogâmica, isto é, dentro da comunidade, como forma de preservação da cultura cigana.” (p. 8)

Contudo, importa salientar que 5.6% das inquiridas e 6% das entrevistadas são divorciadas o que leva à existência de mudanças culturais na comunidade cigana já que, de acordo com o referido projeto, *“ (...) o divórcio, ou a separação, existe na comunidade cigana, apesar de ser em casos raros.” (idem, p. 9).*

5.1 – Perceções Sobre a Vivência das Mulheres Ciganas no Bairro Social

Neste primeiro objetivo, são abordadas quatro dimensões: o “*Acesso aos Serviços*”, as “*Redes de Apoio Formal e Informal*”, a “*Qualidade de Vida*” e o “*Lazer*”.

Na *dimensão “Acesso aos Serviços”*, quando questionado se nalgum momento foram ou se sentiram discriminadas no Bairro Social do Cabeço, 88.9% das mulheres participantes referiu que não, enquanto que 11.1% já foi ou se sentiu discriminada no Bairro. Todavia, quando se dirigiram a um serviço, nomeadamente, Escola, Segurança Social, Câmara Municipal, 63.9% nunca foram discriminadas enquanto que 36.1% já foram discriminadas num destes serviços. Este último dado, vai ao

¹² Informação registada no diário de campo com o decorrer dos inquéritos por questionário. Para Manuel Costa (2006, p. 193) o *“ (...) casamento cigano era, essencialmente, visto como uma realidade humana, natural, não intrudindo nele a intervenção de força ou de seres superiores.”*

encontro do que Mendes (2007) *in* Mendes, Magano & Candeeias (2014) referem pois, atualmente, ainda é possível verificar que algumas famílias se sentem continuamente discriminadas quando utilizam quase todos os serviços quer sejam privados ou públicos. Também Susanna Vilkkamaa (2011) referiu na sua publicação intitulada: “*A Inclusão das Comunidades Ciganas e Travellers na EU – Questões e Desafios*” que os “ (...) cidadãos ciganos continuam a sofrer de discriminação negativa e segregação na educação, no emprego, nos serviços de saúde, no acesso à habitação e nas prestações sociais, em muitos Estados-Membros.” (p. 4), o que se verificou não só nos inquéritos mas também, nas entrevistas realizadas neste estudo.

Ainda relativamente aos bens e serviços, foi-lhes inquirido se o facto de viver no Bairro Social do Cabeço condiciona a sua acessibilidade ao acesso a esses bens e serviços, das quais 86.1% mencionaram que sim devido ao facto de ser tudo muito longe (55.6%) e por ser longe e não existir transportes (22.2%) – sendo estes os dois principais factores que apontaram – e 13.9% referiram que não havia quaisquer condicionantes.

Assim, e cruzando os dados apresentados com os espelhados na Tabela 6 (composta por três categorias e subcategorias prefazendo um total de 19 ocorrências registadas), podemos identificar que a categoria “Emprego” foi a mais referida pelas participantes com 13 ocorrências seguindo-se com apenas 6 a categoria “Habitação”. Importa salientar que a subcategoria “Discriminação no Acesso ao Mercado de Trabalho” foi identificada por 9 entrevistadas teve obtido 12 ocorrências e, posteriormente a “Discriminação no acesso à Habitação” com 6 ocorrências apontada por 4 entrevistadas.

Tabela 6 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Acesso aos Serviços

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	Nº DE ENTREVISTADOS
Acesso aos Serviços	Habitação	Discriminação no acesso à Habitação	6	4
	Emprego	Discriminação associada a Características Físicas e Apresentação	1	1
		Discriminação no Acesso ao Mercado de Trabalho	12	9
Total do Nº de Ocorrências			19	

Fonte: Elaborado pela investigadora

Compreende-se que a procura de emprego por parte da mulher, é uma realidade cruel que quer as intervenientes quer os restantes membros da comunidade cigana (homens) se deparam no seu dia-a-dia. Veja-se as palavras de algumas das entrevistadas na categoria “Emprego” e subcategoria “Discriminação no Acesso ao Mercado de Trabalho”:

E5 (22 anos, 4º Ano) – *“As ciganas não têm possibilidade de trabalhar de maneira alguma! Nem ciganas nem ciganos! Na nossa etnia não dão trabalho (...)”*.

E11 (25 anos, 4º Ano) – *“Mesmo que a gente queira trabalhar, não é qualquer pessoa que dá um trabalho a um cigano, que é mesmo assim!”*.

E13 (36 anos, 2º Ano) – *“Não dão emprego! Não dão! Veêm que nós somos ciganas e não dão!”*.

E16 (34 anos, 4º Ano) – *“Quando procuramos um emprego, se soubermos que somos ciganos não nos dão!”*.

É de salientar que esta situação não é recente pois, já em 2011, Susanna Vilkamaa mencionou que as comunidades ciganas tinham uma taxa de emprego bastante baixa, o que se verifica na comunidade cigana do Bairro Social do Cabeço (44.4% estão desempregadas há 1 ano ou mais). No entanto, importa realçar que as mulheres ciganas enfrentam o dobro da discriminação quer por serem ciganas dentro de uma comunidade que atribui maior importância aos homens e às suas atividades, valores e visões do mundo, quer por serem ciganas dentro de uma sociedade que ainda mantém fortes preconceitos acerca das comunidades ciganas (Añino *et al.*,

2004/2005). Deste modo, apesar da discriminação em termos de procura de trabalho seja igual, tanto para homens como para mulheres, as mulheres acabam por enfrentar mais obstáculos e pressões que impedem o seu acesso ao emprego e até a sua livre escolha sobre o que querem ser e/ou fazer. Além disso, por vezes, a própria comunidade cigana discrimina quem procura e/ou encontra emprego, o que torna ainda mais difícil aos jovens que ainda se encontram a estudar, quererem terminar os estudos e trabalhar no que realmente gostariam (*idem, ibidem*).

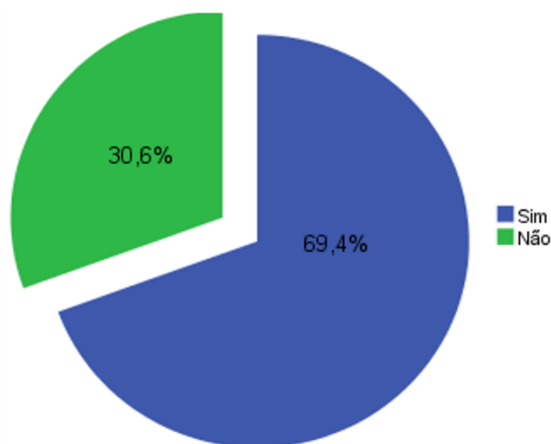
Ainda referente a esta subcategoria há quem refira o seguinte:

E14 (29 anos, 6º Ano) – *“Vamos ser realistas eu acho que, uma pequena realidade (...) é difícil! Não nos vão pôr! Ainda para mais aqui nesta região da Covilhã, Tortosendo e etc., não! Penso que é impossível darem aqui um emprego a um cigano! Impossível! Só se tiveres as costas muito quentes e se tiveres muito conhecimento com essa pessoa e, mesmo assim, acho que não!”*.

Neste sentido, importa mencionar que como a nossa sociedade encontra-se em constante mudança, estas comunidades vão sofrendo algumas alterações com o passar dos tempos, por exemplo a nível dos seus estilos de vida, dos seus valores, entre outros, e até “ (...) *aculturando-se e apropriando-se de algumas ofertas da sociedade em que estão inseridos.*” (Silva, 2005; Dias, Alves, Valente & Aires, 2006 *in* Magano, 2012, p. 260), indo ao encontro do que referiu a entrevistada. Ou seja, em meios maiores geograficamente, onde a oferta também é mais elevada, as pessoas não se conhecem, consegue-se, supostamente, encontrar mais facilmente emprego sendo que, também a comunidade cigana que lá se encontra, já possui/adotou outra perspetiva e/ou filosofia de vida.

Na *dimensão “Redes de Apoio Formal e Informal”*, quando questionadas relativamente à existência de redes de apoio à comunidade cigana, o Gráfico 12, permite demonstrar que 69.4% das participantes alegam que existem, mas, em contrapartida, 30.6% afirmam que não existem redes de apoio à comunidade cigana.

Gráfico 12 – Existência de Redes de Apoio à Comunidade Cigana



Fonte: Elaborado pela investigadora

No entanto, é de salientar que 77.8% declaram que as redes de apoio que existem não são suficientes para dar resposta às necessidades da comunidade cigana sendo que desses 77.8%, 50% das inquiridas refere a necessidade da existência de mais apoios. Neste mesmo sentido, e devido à falta de uma base sólida de conhecimentos sobre a temática “Comunidade Cigana” (apesar de ser a minoria étnica há mais tempo a residir no país), existe assim paralelamente uma ausência de políticas públicas, o que leva à falta de apoios a esta população-alvo (Castro, 2010). Desta forma, Castro (2010) no seu artigo denominado – “*Ciganos e Desigualdades Sociais: Contributos para a Inflexão de Políticas Públicas de Cariz Universalista*” – alerta para o facto de que as práticas sociais que existem serem

“ (...) marcadas pelo anticiganismo que impedem o acesso a políticas públicas de cariz universalista relativamente avançadas (...) ou mobilizam fundos públicos para “convidar” os ciganos a abandonarem o concelho, deslocalizando-se e agravando-se o problema (...) ou que deliberadamente não se candidatam a programas existentes para não dar visibilidade à problemática (...) ” (p. 4).

Para além das referida anteriormente, Castro (2010) alude também para as práticas profissionais ligadas à intervenção social já que, estas incidem mais para o processamento burocrático de programas e medidas sociais do que no aprofundamento e conhecimento das famílias nomeadamente, das suas necessidades e expetativas no futuro levando assim a uma intervenção numa lógica de “ (...) recursos disponíveis e não tanto as necessidades sentidas e expressas pelas pessoas,

onde as acções de inserção surgem desajustadas ao perfil dos beneficiários e muitas vezes contraproducentes face às lógicas de funcionamento das famílias.” (p. 4).

Nesta lógica, pode-se constatar através da Tabela 7 (constituída por uma categoria e sete subcategorias) que a subcategoria que mais ocorrências registou – com 8 – foi a “Classificação do Projeto”, seguindo-se do “Apoio a Nível do Emprego” com 6, depois “Fatores Internos que dificultam a Integração das Mulheres de Etnia Cigana” com 5. Com 4 ocorrências identificaram-se duas subcategorias a “Melhoria do Espaço Interno do Projeto” e os “Fatores Externos que dificultam a Integração das Mulheres de Etnia Cigana”. Por último, ficaram a “Melhoria que o Projeto poderia efetuar no Bairro” com 3 ocorrências e com apenas 2 o “Apoio a Nível de Formação Profissional”.

Tabela 7 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Rede de Apoio Formal e Informal				
DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	Nº DE ENTREVISTADOS
Rede de Apoio Formal e Informal	Existência e acesso a redes/suporte social	Melhoria que o Projeto poderia efetuar no Bairro	3	3
		Melhoria do Espaço Interno do Projeto	4	4
		Classificação do Projeto	8	8
		Fatores Externos que dificultam a Integração das Mulheres de Etnia Cigana	4	4
		Fatores Internos que dificultam a Integração das Mulheres de Etnia Cigana	5	4
		Apoio a Nível do Emprego	6	4
		Apoio a Nível de Formação Profissional	2	2
		Total do Nº de Ocorrências		32

Fonte: Elaborado pela investigadora

Na categoria “Existência e acesso a redes/suporte social” dá-se especial destaque a duas subcategorias devido à dificuldade que as mulheres de etnia cigana sentem que dificultam a sua integração na sociedade, são elas: os “Fatores Externos

que dificultam a Integração das Mulheres de Etnia Cigana” e os “Fatores Internos que dificultam a Integração das Mulheres de Etnia Cigana”.

Relativamente à subcategoria “Fatores Externos que dificultam a Integração das Mulheres de Etnia Cigana”, importa realçar as seguintes citações das entrevistadas:

E1 (35 anos, 6º Ano) – “ (...) *há sempre discriminação, há sempre racismo (...) E ainda há mais nas mulheres ciganas!*”.

E4 (47 anos, Não sabe ler nem escrever) – “*Mais liberdade para trabalharmos, para ganharmos mais dinheiro, para integrarmo-nos mais na comunidade (...)*”.

E8 (18 anos, 5º Ano) – “*Mostrarem às pessoas que a gente somos ciganas mas somos pessoas normais como as outras! Que não somos ladrões, não somos maus, porque em toda a etnia à bons e maus!*”.

Estas declarações vão ao encontro do que Magano (2012) mencionou no seu artigo intitulado: “*Pluralidade e reconfiguração da identidade cigana em Portugal*” pois, devido ainda há existência de serem constantemente acusadas de manterem uma identidade pessoal e social diferente da “normal” associada a traços entendidos como desviantes, impossibilita, de alguma forma, a integração plena das entrevistadas na sociedade, o que pode levar a reforçar ainda mais o conflito entre estas comunidades e a sociedade dominante. Deste modo, para “ (...) *quem aspira fazer um percurso de mobilidade social, é mais fácil ter êxito se existir mais identificação com o grupo maioritário do que com o grupo de pertença etnicizado.*” (*ibidem*, p. 260). Neste seguimento, a autora refere que a escolarização e o trabalho “ (...) *continuam a ser os principais indicadores definidores dos estatutos sociais que propiciam mudança socioeconómica que pode servir como meio de favorecer a integração social.*” (Schapper, 2007 *in ibidem*). Assim, as entrevistadas mencionam também como subcategoria o “Apoio a Nível do Emprego” e “Apoio a Nível de Formação Profissional” pois consideram ser uma mais-valia para a sua integração, como referimos anteriormente. Vejamos algumas declarações referente à subcategoria “Apoio a Nível do Emprego”:

E3 (70 anos, Não sabe ler nem escrever) – “*Olhe, aos novos (...) dar um emprego para terem o seu dinheirinho certo para o que eles precisam (...)*”.

E4 (47 anos, Não sabe ler nem escrever) – “ (...) *ajudar mais a gente a procurar emprego!*”.

E13 (36 anos, 2º Ano) – “*Empregos para a etnia cigana (...)*”.

Declarações relativas à subcategoria “Apoio a Nível de Formação Profissional”:

E5 (22 anos, 4º Ano) – *“Pudessem criar uma área (...)”*.

E10 (25 anos, 9º Ano) – *“Olhe por exemplo, um curso (...) um de costureira, outro de cabeleireira (...) eu gostava de estar num curso!”*.

No que concerne à subcategoria “Fatores Internos que dificultam a Integração das Mulheres de Etnia Cigana”, é de evidenciar discursos como:

E2 (50 anos, 4º Ano) – *“Isso não há integrar, nem (...) o projeto tem a haver com isso (...) isto já são as pessoas que nasceram assim! Foram aprendendo de uns para os outros, são ciganos! (...) Nem que o projeto fizesse o que fizesse a gente nunca perde o nome de cigano (...) porque as pessoas não pensam dessa maneira.”*.

E9 (43 anos, 9º Ano) – *“ (...) vocês podem fazer tudo o que quiserem mas nós, deixarmos as tradições também não deixamos porque isto já vem de à muitos anos! Algumas deixam, mas depois sentem-se discriminadas também pela etnia!”*.

Deste modo, pode-se concluir que as comunidades ciganas continuam a serem conhecidas tanto pelos diferentes grupos de ciganos como pelas instituições de “atrasados” comparativamente à sociedade que os rodeia pois, não se conseguem e/ou não querem adaptarem-se a novos desafios e a novos tempos das sociedades modernas, sendo esta uma das suas características (Lopes, 2008; Magano, 2010 in Magano & Mendes, 2014). Através do discurso da E9 que, apesar de ter o 9º ano ou seja, comparativamente às outras entrevistadas possui maior nível de escolaridade, verifica-se a ideia de imutabilidade e resistência à mudança que ainda está bastante presente nesta comunidade. Neste sentido, Vicente (2013) alerta que

“ (...) é necessário que, por um lado, as mulheres tenham consciência que os processos de inclusão não “obrigam” a uma perda de identidade relativamente à cultura cigana e, por outro lado, que é necessário combater preconceitos e representações que a população em geral possui sobre estas comunidades.” (p. 3).

Ainda nesta dimensão, surge um discurso importante referente à subcategoria “Melhoria do Espaço Interno do Projeto” é ele:

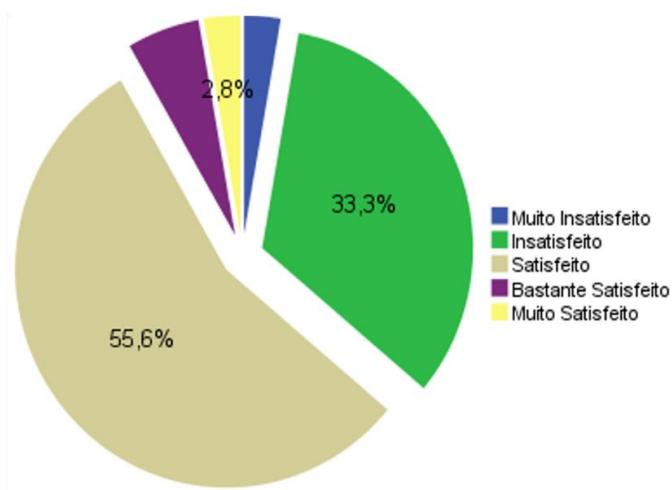
E9 (43 anos, 9º Ano) – *“Olhe aqui só podia ser melhorado se as entidades que mandam vos ajudassem mais! Porque vocês não têm muitos meios para ajudar muito aqui, não é? Vocês às vezes não têm as coisas que precisam! Às vezes também ajudam da vossa vontade (...) o que vocês estão a fazer é o vosso máximo, eu acho!”*

Vocês também não conseguem fazer mais porque também não têm ajudas de ninguém!”.

Esta declaração evidencia que as práticas institucionais deveriam de ter outra forma de funcionamento já que, se encontram fechadas sobre si próprias o que, conseqüentemente, levam ao impedimento da “ (...) *promoção de dinâmicas de parceria e comprometem a mobilização concertada dos recursos disponíveis a nível local ou desvirtuam a filosofia de determinadas medidas.*” (Castro, 2010, p. 4). Esta afirmação, vai ao encontro do que foi referido pelas inquiridas anteriormente pois, 30.6% afirmam que não existem redes de apoio à comunidade cigana, sendo que nas entrevistas, as participantes dão especial ênfase ao projeto, já que é através deste que a comunidade cigana deste bairro conseguiu algumas mudanças e alterações na sua vida, como podemos constatar.

Na **dimensão “Qualidade de Vida”**, no inquérito por questionário foi aplicada a Escala de Likert que consiste em “ (...) *tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância.*” (Júnior & Costa, 2014, p. 5). Esta escala original tem a proposta de ser aplicada com cinco pontos variando da discordância total até à concordância total, sendo que a sua principal vantagem é a “ (...) *facilidade de manuseio, pois é fácil a um pesquisado emitir um grau de concordância sobre uma afirmação qualquer.*” (Costa, 2011 *in* ibidem). Neste sentido, e referentemente à classificação da satisfação da vida das participantes, através no Gráfico 9, é possível verificar que 55.6% das participantes diz estar satisfeita com a sua vida, 33.3% insatisfeita, 5.6% bastante satisfeita, e com a mesma percentagem, 2.8%, dizem estar muito insatisfeita e muito satisfeita.

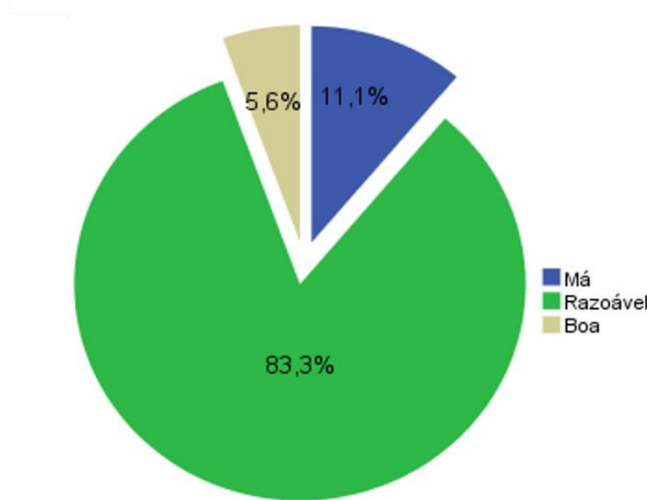
Gráfico 9 – Classificação da Satisfação da Vida das Participantes



Fonte: Elaborado pela investigadora

No Gráfico 10, está espelhada a classificação da qualidade de vida das participantes sendo que, 83.3% respondeu que está razoável, 11.1% é má e 5.6% que é boa.

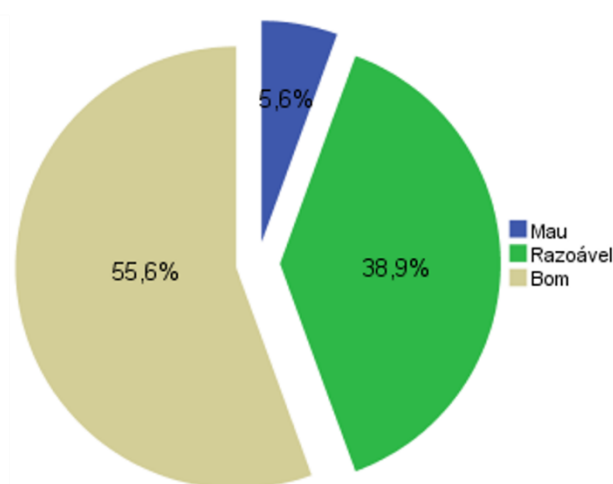
Gráfico 10 – Classificação da Qualidade de Vida das Participantes



Fonte: Elaborado pela investigadora

No entanto, no que toca à classificação do Bairro Social do Cabeço pelas participantes, como é desmonstrado no Gráfico 11, 5.6% menciona que é bom, 38.9% diz que é razoável e 5.6% refere que é um local mau para viver.

Gráfico 11 – Classificação do Bairro Social do Cabeço pelas Participantes



Fonte: Elaborado pela investigadora

Na questão 12 do inquérito por questionário: “*Melhorariam alguma coisa no Bairro Social do Cabeço?*”, 80.6% das inquiridas responderam que sim nomeadamente, colocavam um mercado, loja, lombas redutoras de velocidade, café,

parque infantil, padaria, farmácia e uma fonte (estas melhorias estão por ordem de preferência das pessoas).

Ainda, relativamente a esta dimensão – “*Qualidade de Vida*” – representada na Tabela 8, foi possível verificar que existem cinco categorias divididas em nove subcategorias, prefazendo um total de 25 ocorrências nesta dimensão. Registada com 9 ocorrências encontra-se a categoria “Discriminação a mulheres de etnia cigana”, com 8 ocorrências a categoria “Alterações a nível habitacional”, com 5 a categoria “Alterações nos relacionamentos sociais”, com 2 a categoria “Alterações a nível físico, psicológico ou emocional” e, por fim, com apenas 1 ocorrência a categoria “Alterações a nível económico”. Relativamente às subcategorias, destaca-se a “Melhores Condições de Habitação” tendo esta sido identificada por 8 entrevistadas, a “Comunidade do Bairro Social do Cabeço” identificada por 5 entrevistadas e a “Menos Liberdade em Relação aos Homens” identificada apenas por 3 entrevistadas mas, obtendo 5 ocorrências.

Tabela 8 – Auto-Perceções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Qualidade de Vida				
DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	Nº DE ENTREVISTADOS
Qualidade de Vida	Discriminação a mulheres de etnia cigana	Menos Liberdade em Relação aos Homens	5	3
		Menos Abertura à Sociedade	1	1
		Ausência de Poder de Decisão	1	1
		Rejeição	1	1
		Diferenciação	1	1
	Alterações a nível habitacional	Melhores Condições de Habitação	8	8
	Alterações nos relacionamentos sociais	Comunidade do Bairro Social do Cabeço	5	5
	Alterações a nível físico, psicológico ou emocional	Apoio do Projeto Quero Ser Mais E6G	2	2
	Alterações a nível económico	Arrendamento	1	1
Total do Nº de Ocorrências			25	

Fonte: Elaborado pela investigadora

Na categoria “Discriminação a mulheres de etnia cigana” destaca-se com cinco ocorrências a subcategoria “Menos Liberdade em Relação aos Homens”. Neste sentido vejamos as declarações proferidas pelas participantes:

E6 (43 anos, 6º Ano) – *“Quer dizer a lei cigana é mesmo assim, os homens têm mais prioridades que as mulheres mas isto sempre foi assim (...)”*.

E7 (20 anos, 4º Ano) – *“ (...) acho que os homens têm mais liberdade e as mulheres não! As mulheres, hoje em dia, já não é tanto, têm um certo limite! Os homens não!”*.

E13 (36 anos, 2º Ano) – *“ (...) os homens têm mais liberdade que as mulheres!”*.

E13 (36 anos, 2º Ano) – *“Eles podem ir para vários sítios e nós não podemos ir!”*.

E15 (23 anos, 2º Ano) – *“Porque os homens têm mais liberdade que as mulheres! O homem pode andar sozinho e a mulher já não pode, já é diferente, já não pode andar sozinha!”*.

Através destes discursos, é evidente a discriminação a nível do género e, por isso importante será dizer que de acordo com a Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional de 2005, Parte I – Artigo 13º (Princípio da Igualdade), refere que independentemente de ser homem ou mulher, de diferente raça, situação económica, condição social, orientação social, língua, religião, território de origem, convicções ideológicas ou políticas, na sociedade todos temos os mesmos direitos e deveres enquanto cidadãos e, por isso, não deve(ria) haver distinção entre os cidadãos portugueses. Desta forma, o Princípio da Igualdade não é cumprido nem expresso nesta comunidade pois, em todas as subcategorias desta categoria – “Discriminação a mulheres de etnia cigana” – se encontra diferenciação entre homens e mulheres. Por exemplo, no discurso referente à subcategoria “Ausência de Poder de Decisão” foi mencionado que:

E11 (25 anos, 4º Ano) – *“Na etnia cigana, a mulher está abaixo do homem! É mesmo assim, (...) quem manda em casa são os homens.”*.

E na subcategoria “Rejeição” foi exposto que:

E14 (29 anos, 6º Ano) – *“ (...) uma mulher não pode fazer aquilo que um Homem faz, da nossa comunidade! Somos logo automaticamente rejeitadas!”*.

No que concerne à subcategoria “Melhores Condições de Habitação” verifica-se que houve melhorias significativas no que diz respeito à habitação, ora vejamos de acordo com alguns discursos:

E1 (35 anos, 6º Ano) – *“ (...) a casa era melhor, tinha mais condições.”*.

E2 (50 anos, 4º Ano) – “ (...) *tenho uma casinha boa, tenho uma casa em condições.*”.

E3 (70 anos, Não sabe ler nem escrever) – “ (...) *melhor condições de casa (...) casinha de banho e tudo (...)*”.

E6 (43 anos, 6º Ano) – “*As vantagens é porque a casa é boa! Tem uma casa (...) muito boa graças a Deus (...) é uma casa que é confortável, uma casa que se se vive bem, tem o banheiro, tem os quartos, tem a cozinha, tem isso tudo e é uma casa confortável!*”.

E8 (18 anos, 5º Ano) – “ (...) *gosto das casas, (...) tem melhor habitação!*”.

E16 (34 anos, 4º Ano) – “*É termos a nossa casa em condições.*”.

Assim, e de acordo com as políticas públicas referentes à integração das comunidades ciganas que respondessem a situações de exclusão que não eram compatíveis com o modelo económico europeu e com os valores sociais, foi implementada a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas presente na Resolução do Conselho de Ministro nº25/2013 de 27 de março, publicada em Diário da República a 17 de abril de 2013. Esta estratégia visava no ponto 5 “*Eixo da Habitação*” “ (...) *assegurar a igualdade de tratamento das comunidades ciganas no acesso à habitação, tendo em conta as especificidades das suas vivências da habitação e do espaço público, e contrariar os fatores de discriminação contra esta comunidade.*” (p. 13). Desta forma, esta medida potenciou a melhoria nas condições habitacionais desta população-alvo que, conseqüentemente, minimizou um pouco a sua exclusão e elevou os níveis de inclusão.

Para esta comunidade cigana, viver num bairro social melhorou e fortaleceu os vínculos entre a própria comunidade pois, como podemos verificar nas exposição das entrevistadas:

E3 (70 anos, Não sabe ler nem escrever) – “*E convivemos mais com as pessoas!*”.

E15 (23 anos, 2º Ano) – “*Convivem todos, juntam-se todos, um ri, um brinca, um fala, é bom! Isso é engraçado!*”.

E16 (34 anos, 4º Ano) – “*Moramos aqui ao pé dos nossos familiares, dos nossos amigos é bom!*”.

No entanto, na perspetiva de Guerra (1994), viver num bairro social é “ (...) *arriscar a imagem de se ser marginal, delinquente, indesejável.*” (p. 11) pois, apesar de não assumirem individualmente um estatuto desviante, a sociedade atribui-lhes esse estatuto por associaram determinados comportamentos com este tipo de bairro.

Apesar de realizados diversos estudos (Centro de Estudos Territoriais em Loures, Lisboa, Almada) que comprovam exatamente a melhoria da casa, Guerra (1994) demonstra-nos o outro lado, na qual as manifestações do gosto pela casa é normal pois, a grande maioria da população que foi viver para os bairros vem de barracas.

Na *dimensão “Lazer”*, no inquérito por questionário, apenas se tratou esta dimensão relativamente ao Projeto Quero Ser Mais E6G sendo, posteriormente, nas entrevistas narrativas abordado de uma forma mais generalista. Desta forma e, de acordo com o inquérito por questionário, todas as participantes (100%) referiram que o projeto cria formas de ocupação de tempo livre. No entanto, conforme espelha a Tabela 9 (relativa às entrevistas narrativas), foi possível identificar duas categorias e sete subcategorias, tendo sido registadas 37 ocorrências. A categoria “Formas de Ocupação do Tempo Livre” registou 24 ocorrências e desdobrou-se em 5 subcategorias, são elas: “Realização de Tarefas Domésticas”, “Obrigação de Cuidar da Família”, “Projeto Quero Ser Mais E6G”, “Religião” e “Ajuda/Apoio Emocional aos Membros da Comunidade Cigana”; sendo que a categoria “Influência dos Costumes e Tradições” registou 13 ocorrências e dividiu-se em 2 subcategorias, são elas: “Discriminação presente nas mulheres da Comunidade Cigana no seu dia-a-dia” e “Discriminação presente nas mulheres da Comunidade Cigana ao longo da sua vida”.

Tabela 9 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Lazer

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	Nº DE ENTREVISTADOS	
Lazer	Influência dos Costumes e Tradições	Discriminação presente nas mulheres da Comunidade Cigana no seu dia-a-dia	9	7	
		Discriminação presente nas mulheres da Comunidade Cigana ao longo da sua vida	4	2	
	Formas de Ocupação do Tempo Livre	Realização de Tarefas Domésticas	11	11	
		Obrigação de Cuidar da Família	8	8	
		Projeto Quero Ser Mais E6G	2	2	
		Religião	2	2	
		Ajuda/Apoio Emocional aos Membros da Comunidade Cigana	1	1	
	Total do Nº de Ocorrências			37	

Fonte: Elaborado pela investigadora

Na categoria “Influência dos Costumes e Tradições” tem duas subcategorias: a “Discriminação presente nas mulheres da Comunidade Cigana no seu dia-a-dia” e a “Discriminação presente nas mulheres da Comunidade Cigana ao longo da sua vida”. Neste sentido, poder-se-á afirmar que as mulheres ciganas não são apenas discriminadas pela sociedade maioritária como vimos anteriormente mas, também pela própria comunidade cigana onde se encontram inseridas. Vejamos algumas exposições referentes à primeira subcategoria:

E2 (50 anos, 4º Ano) – *“Na lei cigana sim, porque uma mulher cigana não pode ir a uma discoteca sozinha, uma mulher cigana não pode fumar, a mulher cigana não pode ser exposta assim em público num café de perna trocada, com sete ou oito rapazes assim de frente dela, porque na lei cigana começam logo a dizer outras coisas mesmo que a gente esteja lá com boa intenção, aos olhos da lei cigana parece*

que a gente estamos ali para arranjar marido ou para arranjar namorado, ou para arranjar um encontro, é assim!”.

E9 (43 anos, 9º Ano) – “ (...) devido às tradições e assim, estamos mais restritas em algumas coisas (...)”.

E12 (42 anos, 6º Ano) – “Uma mulher não pode andar sozinha de noite até uma certa hora (...)”.

E13 (36 anos, 2º Ano) – “ (...) nós mulheres não podemos sair, temos que ficar em casa (...)”.

E15 (23 anos, 2º Ano) – “ (...) eu (...) estou sempre com o meu companheiro, nunca ando sozinha! Não se pode!”.

E16 (34 anos, 4º Ano) – “ (...) agora posso vir para os computadores para o Facebook (...) mas se aparecer quatro ou cinco homens, eu tenho que me ir embora senão vêm isso como uma maldade, mesmo que não haja maldade nenhuma!”.

Desta forma, verifica-se claramente pelos seus discursos que existe diferenciação entre os homens e as mulheres. Esta

“ (...) diferenciação de género emerge desde o nascimento, momento em que é mais valorizado o nascimento de um rapaz por se entender ser motivo de menos preocupações em termos de vigilância e porque ele pode assegurar a integração de mais mulheres na família e, assim, lhe garantir mais força.” (Nunes, 1996 in Magano & Mendes, 2014, p. 4).

Devido a este factor, as mulheres continuam a ser, ainda atualmente, “ (...) muito subordinadas e subjugadas por uma tradição cultural cigana machista, na medida em que atribui uma valorização maior ao papel social do homem, a par de uma forte submissão que é imposta às mulheres ciganas.” (Nunes, 1996; Casa-Nova, 2009 in Magano & Mendes, 2014, p. 3). Neste sentido, e apesar de a Resolução do Conselho de Ministro nº25/2013 de 27 de março promover a igualdade entre os dois sexos, a realidade é que é especialmente sensível em comunidades onde, tradicionalmente, os homens e as mulheres têm distintos poderes de negociação sobre as díspares dimensões de vida. Assim, como nas diversas comunidades existentes, deve-se ter em conta que a cada cultura tem “ (...) os seus próprios padrões de comportamento, que parecem estranhos às pessoas de outros contextos culturais, levando estas diferenças ao etnocentrismo, que consiste em julgar as outras culturas tomando como medida de comparação a sua própria cultura.” (Costa, 2006, p. 81) ou seja, o que para esta comunidade é completamente normal,

para a nossa cultura é considerado atípico. No entanto, há quem refira que já houve alterações com o passar do tempo e outras que esperam que a comunidade vá evoluindo para que, posteriormente, exista igualdade entre os dois sexos:

E10 (25 anos, 9º Ano) – “*Sim, isso sim! Antigamente ainda era mais!*”.

E14 (29 anos, 6º Ano) – “*(...) com o tempo pode ser que a comunidade, (...) [vá] evoluindo a pouco e pouco!*”.

Referentemente à categoria “Formas de Ocupação do Tempo Livre” que se desdobra em cinco subcategorias, sendo que duas destacam-se pela quantidade de ocorrências que tiveram, são elas: a “Realização de Tarefas Domésticas” com 11 ocorrências e a “Obrigação de Cuidar da Família” com 8 ocorrências, importa realçar que o papel da mulher cigana é ainda o de cuidar da família (filhos, idosos, ...) e de realizar as tarefas domésticas. Vejamos agora algumas das declarações de entrevistadas relativamente à subcategoria “Realização de Tarefas Domésticas”:

E1 (35 anos, 6º Ano) – “*(...) faço a lida da casa (...)*”.

E2 (50 anos, 4º Ano) – “*(...) passo a ferro, faço a comida, limpo a minha casa, lavo a minha roupa, varro a minha escadaria (...)*”.

E4 (47 anos, Não sabe ler nem escrever) – “*(...) arrumar, passar, lavar a roupa, estender, limpar a casa, fazer comida (...)*”.

E10 (25 anos, 9º Ano) – “*(...) em casa a fazer limpezas de casa, não tenho trabalho!*”.

E13 (36 anos, 2º Ano) – “*(...) a arrumar a casa, cozinhar, passar a ferro (...)*”.

Relativamente à subcategoria “Obrigação de Cuidar da Família”, verificamos afirmações como:

E1 (35 anos, 6º Ano) – “*Tenho três crianças (...) tenho muito que fazer (...) tenho que tomar conta deles (...) Tenho que ir levá-los à escola, buscar (...)*”.

E3 (70 anos, Não sabe ler nem escrever) – “*(...) fazer comer para o meu neto, para o meu genro, para a minha neta (...)*”.

E5 (22 anos, 4º Ano) – “*(...) tomar conta dos meus filhos (...) a ajudar a minha mãe e o meu pai (...)*”.

E11 (25 anos, 4º Ano) – “*Com os meus filhos (...) tenho três filhos (...)*”.

E14 (29 anos, 6º Ano) – “*(...) tratando dos meus filhos (...)*”.

Desta forma, podemos mencionar que estes dados correspondem com o que Branco (2003) afirma no seu artigo: “*Os Ciganos e o RMG: Direitos Sociais e Direito à Diferença*” pois, refere que na tradição cigana, às mulheres

“ (...) não lhes cabe trabalhar para além da ajuda ao marido nas actividades tradicionais de venda e comércio ambulante, da ocupação das tarefas domésticas e dos cuidados aos filhos. Trata-se de uma norma de grupo que visará proteger a função da mulher enquanto garante da reprodução das famílias ciganas no interior do grupo étnico. Pelas normas grupais está assim vedada à mulher qualquer participação económica exterior ao controle do grupo étnico mesmo que se salde numa redução das fontes de rendimento familiar e iniba de forma irremediável a autonomização económica feminina conforme ao padrão social dominante.” (p. 134).

5.2 – Autoavaliação Efetuada pelas Mulheres da Comunidade Cigana do Bairro às Mudanças Ocorridas na sua Vida com o Projeto Quero Ser Mais E6G

Neste segundo objetivo é abordado apenas uma dimensão: as “*Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço*”.

Na *dimensão “Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço”*, quanto às alterações ocorridas aquando da mudança para o Bairro Social do Cabeço, a nível dos relacionamentos sociais 83.3% das participantes não sofreu quaisquer alterações a este nível, no entanto, 16.7% sofreu alterações devido à distância pois, não eram desta zona (Covilhã); a nível da saúde 77.8% não sofreram nenhum tipo de alterações na saúde mas, 22.2% das inquiridas tiveram mais problemas de saúde devido, por exemplo, às habitações serem demasiado frias e à mudança de clima; a nível da habitação 58.3% das mulheres inquiridas tiveram alterações a nível habitacional sendo que dessas, 52.8% referiram que a sua habitação tem mais condições de habitabilidade; a nível físico, psicológico e/ou emocional 86.1% mencionaram que não houve nenhum tipo de mudança e 13.9% afirmaram que tiveram alterações a nível psicológico (ex. depressão) por não gostarem do local o que alterou o seu estado de espírito.

No que concerne a viver no Bairro Social do Cabeço, 97.2% das inquiridas afirmaram que viver no Bairro Social do Cabeço não trás consequências na sua vida pessoal, profissional e/ou social, sendo que 2.8% mencionou que tem consequências uma vez que são criticadas por qualquer coisa que façam.

Importa ainda salientar que todas as participantes (100%) referiram que o projeto é uma mais-valia para o Bairro Social do Cabeço porque as envolve enquanto comunidade permitindo assim, maior convívio (33.3%), oportunidade de aprender mais (30.6%) e de serem ajudadas na resolução de problemas (13.9%) – três principais factores apontados pelas participantes. É claro que o projeto não chega a

todos da mesma forma pois, há aqueles que são mais interessados e procuram integrar-se e, por este motivo, nem todas as pessoas que fazem parte do projeto tiveram alterações na sua vida, ou seja, para 44.4% das inquiridas é que ocorreu alguma alteração na vida, particularmente a nível da aprendizagem que lhes permitiu o acesso a outros serviços (11.1%), conhecimento dos seus direitos (8.3%), mais convívio (8.3%) e a obtenção de mais ajudas (5.6%). Assim sendo, e de acordo com a perspectiva de Castro (2010) as práticas institucionais, sociais e profissionais são deveras importantes nos trabalhos de terreno pois, os técnicos podem estar mais próximo das pessoas, família e comunidade, conhecer a sua realidade, as suas necessidades uma vez que, é no terreno que se consegue fazer uma melhor intervenção e encaminhar as situações para as entidades competentes, quando necessário.

Ainda referente a esta dimensão, e através das entrevistas narrativas realizadas, foi possível identificar, conforme apresentado na Tabela 10, três categorias: “Vantagens sentidas”, “Desvantagens sentidas” e “Consequências sentidas da mudança para o bairro”, e treze subcategorias sendo elas: “Melhores Condições Habitacionais”, “Classificação do Bairro Social do Cabeço”, “A Nível Emocional”, “Ambiente do Bairro”, “Meios de Subsistência”, “Conflitos no Bairro”, “Falta de Atividades de Ocupação de Tempo Livre”, “Proximidade com Pessoas da Sua Etnia”, “Melhoria das Condições do Bairro”, “Acesso a Bens e Serviços”, “Discriminação no Bairro”, “Discriminação na Sociedade Envolvente”, “A Nível Emocional”, perfazendo um total de 37 ocorrências relativas a esta dimensão.

Nesta dimensão destaca-se a categoria “Desvantagens sentidas” com um total de 23 ocorrências, sendo que a subcategoria “Acesso a Bens e Serviços” , com um total de 10 ocorrências, foi a que mais registou nesta mesma categoria. De seguida, encontra-se a categoria “Vantagens sentidas” com 10 ocorrências e, por último a categoria “Consequências sentidas da mudança para o bairro” com apenas 4 ocorrências.

Tabela 10 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	Nº DE ENTREVISTADOS	
Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço	Vantagens sentidas	Melhores Condições Habitacionais	5	5	
		Classificação do Bairro Social do Cabeço	3	3	
		A Nível Emocional	2	2	
	Desvantagens sentidas	Ambiente do Bairro	3	2	
		Meios de Subsistência	4	4	
		Conflitos no Bairro	2	2	
		Falta de Atividades de Ocupação de Tempo Livre	1	1	
		Proximidade com Pessoas da Sua Etnia	1	1	
		Melhoria das Condições do Bairro	2	2	
		Acesso a Bens e Serviços	10	8	
		Consequências sentidas da mudança para o bairro	Discriminação no Bairro	1	1
	Discriminação na Sociedade Envolverte		1	1	
	A Nível Emocional		2	2	
	Total do Nº de Ocorrências			37	

Fonte: Elaborado pela investigadora

Neste seguimento, começando pela categoria com mais ocorrências registadas, – “Desvantagens sentidas” – observemos algumas expressões recolhidas na investigação relativas à subcategoria “Acesso a Bens e Serviços”:

E1 (35 anos, 6º Ano) – “ (...) estamos muito longe de tudo (...)quando precisamos de alguma coisa aqui é muito difícil!”.

E2 (50 anos, 4º Ano) – “ (...) aqui não há lojas ou supermercados (...) por exemplo se a gente precisar de um supermercado aqui não há! Se precisarmos de ir há

farmácia (...) não há aqui uma farmácia! Temos de nos deslocar lá para baixo (...) se não tivermos ninguém que nos leve temos de ir a pé, para baixo e para cima (...) e custa a vir!”.

E9 (43 anos, 9º Ano) – “ (...) *estar longe das coisas, ter de ir a pé ou de autocarro (...)*”.

E12 (42 anos, 6º Ano) – “ (...) *não há mercearia, temos que ir lá abaixo ao Tortosendo, não há lojas nem nada, não há farmácias para os idosos (...)*”.

E13 (36 anos, 2º Ano) – “ (...) *não à loja, (...) às vezes precisamos de coisas e não à aqui lojas perto (...)*”.

No que concerne à subcategoria “Ambiente do Bairro” as declarações seguem a mesma lógica:

E4 (47 anos, Não sabe ler nem escrever) – “*Olhe em princípio pensei que era bom, mas não foi! (...) o ambiente e as coisas das pessoas aqui não têm amor gritam, outros berram, fazem trinta por uma linha e a gente vive sufocados (...)*”.

E4 (47 anos, Não sabe ler nem escrever) – “ (...) *Então este bairro tem trazido aqui muitas desgraças e muita coisa.*”.

Relativamente à subcategoria “Conflitos no Bairro” as declarações são:

E11 (25 anos, 4º Ano) – “ (...) *viver com os maus moradores destes prédios, às vezes os conflitos (...)*”.

E12 (42 anos, 6º Ano) – “ (...) *É os conflitos entre os moradores (...)*”.

Importa ainda realçar que na subcategoria “Meios de Subsistência”, as participantes declaram que:

E6 (43 anos, 6º Ano) – “ (...) *Não tenho meios para pagar uma renda de casa própria sem ser casa de Câmara, então sou obrigada aqui a estar!*”.

E13 (36 anos, 2º Ano) – “*Não tinha outra possibilidade!*”.

E14 (29 anos, 6º Ano) – “*Eu não acho vantagens, eu vivo lá porque não tenho, não tenho outro meio para viver!*”.

E, por fim, no que diz respeito à subcategoria “Melhoria das Condições do Bairro” as entrevistadas afirmam que:

E5 (22 anos, 4º Ano) – “*Estamos à espera que arranjem aqui o bairro, como a gente tem crianças, para a gente trazê-las um bocadinho para a rua para brincar!*”.

E13 (36 anos, 2º Ano) – “*Não à parque infantil para as crianças (...)*”.

Através destes depoimentos relativos a esta categoria, podemos concluir que estas pessoas habitam o bairro porque não têm outros meios de subsistência e, apesar

de existir outros problemas como a má vizinhança, as poucas condições do bairro, o difícil acesso a bens e serviços, os conflitos e a falta de civismo por parte de alguns moradores e até entre os moradores, a falta de meios para ocupação de tempo livre, a grande proximidade existente entre pessoas da mesma etnia que leva a que exista, por vezes, falta de privacidade e, por outro lado, a existência de desacatos, veêm-se obrigados a permanecer no bairro. Pois, como refere Guerra (1994) o gosto pela casa sobrepõe-se ao desgosto pelo bairro e, isso verifica-se na categoria “Vantagens sentidas” na qual as entrevistadas na subcategoria “Melhores Condições Habitacionais” referem que:

E1 (35 anos, 6º Ano) – *“Foi uma mudança que para mim foi boa, porque a casinha é uma casa nova, eu é que estreei a minha casa e é uma casinha em condições (...)”*.

E2 (50 anos, 4º Ano) – *“Por melhores condições de casa. Vivia numa casa muito pequenina (...)”*.

E16 (34 anos, 4º Ano) – *“Boa, temos uma casa em condições (...) temos mais conforto e antes não tínhamos tanta possibilidade de pagar a renda, esta é mais barata.”*.

Ainda relativamente às mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço, para algumas mulheres houveram consequências “A nível Emocional”, sendo esta a subcategoria com mais ocorrências registadas – duas – na categoria “Consequências sentidas da mudança para o bairro”. Assim, as entrevistadas declararam que:

E14 (29 anos, 6º Ano) – *“Muita diferença, porque nunca tinha morado num bairro Câmaraário (...) passei o meu bom bocado porque é uma mudança radical, uma mudança diferente, uma coisa à qual eu não estava habituada de sair à porta de casa e de ver (...) tanto cigano junto, tanta criança junta, eu não estava habituada a isso (...)”*.

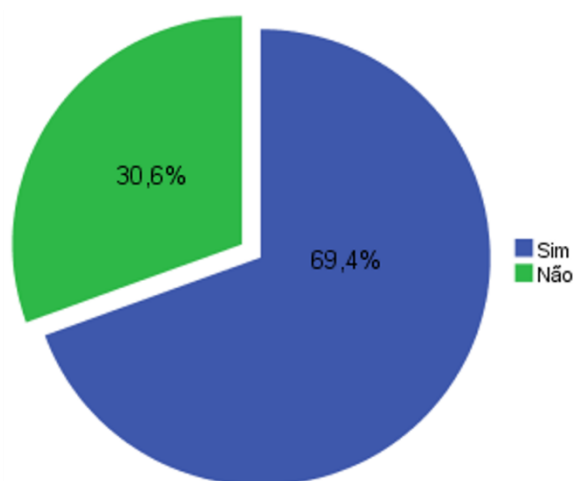
E15 (23 anos, 2º Ano) – *“Já não podia andar conforme eu queria! Já tinha que me comportar como uma mulher casada. Já era diferente, já não era solteira, era casada, houve uma diferença muito grande!”*.

5.3 – Percepções Sobre as Potencialidades e as Limitações Associadas à Vida das Mulheres no Bairro Social

Neste terceiro e último objetivo é abordado apenas uma dimensão: os “*Constrangimentos e Oportunidades associados à pertença à etnia cigana*”.

Nesta *dimensão “Constrangimentos e Oportunidades associados à pertença à etnia cigana”*, quando questionadas sobre a existência de igualdade de direitos, representado no Gráfico 13, 69.4% das inquiridas declara que considera que tem os mesmos direitos que as mulheres não ciganas apesar disso, 30.6% refere que não tem os mesmos direitos já que 11.1% desses 30.6% mencionam que ainda existe muita discriminação.

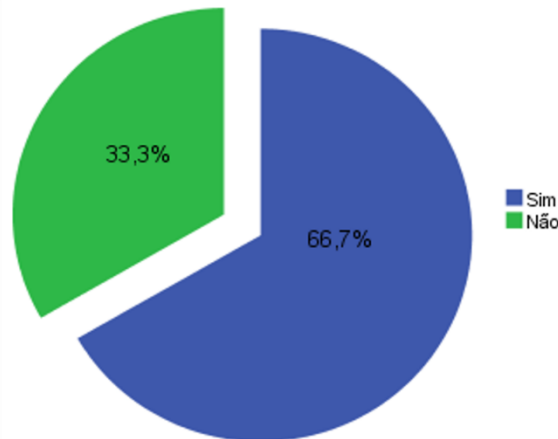
Gráfico 13 – Existência de Igualdade de Direitos



Fonte: Elaborado pela investigadora

No Gráfico 14 são espelhadas as percentagens das respostas às inquiridas no estudo quando questionadas em relação à sua vida comparativamente à vida de uma mulher não cigana, sendo que 66.7% afirmaram que era mais condicionada devido à discriminação (19.4%), ao facto de não terem liberdade (13.9%) e de não terem as mesmas oportunidades (11.1%) sendo estes três os mais aludidos pelas participantes.

Gráfico 14 – A sua Vida é mais Condiçionada Comparativamente às Mulheres Não Ciganas?

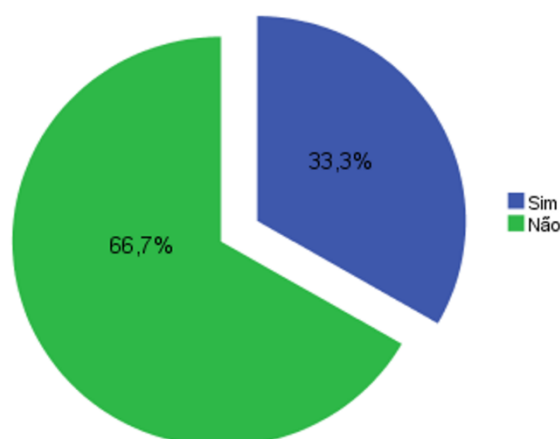


Fonte: Elaborado pela investigadora

Assim, importa salientar que, apesar de a maioria das participantes no estudo não se sentirem discriminadas, o facto é que essa discriminação por pequena que seja, ainda tem efeitos tão grandes como sentirem que não têm as mesmas oportunidades. Fernando Villareal & Benjamín Cabaleiro (2001) alertam para o facto de existirem poucos reconhecimentos relativos à discriminação, às suas causas, às suas formas de manifestação, aos seus efeitos o que proporciona algumas dúvidas quanto às abordagens e instrumentos a utilizar para se poder aplicar nesta temática. Por isso, deve-se refletir sobre as estratégias mais adequadas para que os avanços a médio prazo possam ser passíveis de serem alcançados.

Deste modo, as percentagens apresentadas no Gráfico 15 referentes à discriminação das participantes, vai ao encontro do que referi anteriormente, ou seja, apesar de 66.7% das intervenientes não sofrer nenhum tipo de discriminação, 33.3% em algum momento da sua vida sofreu algum tipo de discriminação, nomeadamente quando procuram casa, se dirigem a uma loja e na procura de emprego, sendo estas as mais mencionadas pelas inquiridas.

Gráfico 15 – Discriminação das Participantes



Fonte: Elaborado pela investigadora

Referentemente aos relacionamentos sociais com pessoas fora da sua etnia todas as inquiridas (100%) mencionaram que têm bons relacionamentos sociais com pessoas fora da sua etnia sendo que, apenas 2.8% sente dificuldade em manter e/ou criar esses mesmos relacionamentos sociais devido ao racismo que ainda se encontra na sociedade atual.

No que concerne ainda a esta dimensão, e através das entrevistas narrativas representada na Tabela 11, existem três categorias: a “Discriminação na Sociedade”, a “Discriminação dentro da Comunidade Cigana” e a “Emergência de Consciência Crítica face à Discriminação”. Desbobrando estas três categorias, surgiram onze subcategorias, são elas: a “Falta de Aceitação da Comunidade Cigana por Outros Inquilinos”, a “Vigilância e Controlo de Movimentos Quando Procuram Bens ou Serviços”, a “Discriminação Associada à Ideia do Racismo a nível local”, a “Crítica social e Falta de Aceitação pela Etnia Cigana”, a “Posição contra os preconceitos e racismo na Sociedade”, a “Argumentação de Cidadania”, o “Reconhecimento da especificidade da cultura cigana”, o “Posicionamento Crítico face à Desigualdade dentro da Etnia no Acesso ao Mercado de Trabalho”, a “Consciência de que a Discriminação não Implica Atividades Externas/Leis” e a “Defesa da igualdade de oportunidades” que prefazem um total de 23 ocorrências.

Tabela 11 – Auto-Percepções das Mulheres Ciganas sobre a Integração Social: Dimensão Constrangimentos e Oportunidades

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	Nº DE OCORRÊNCIAS	Nº DE ENTREVISTADOS
Constrangimentos e Oportunidades	Discriminação na Sociedade	Falta de Aceitação da Comunidade Cigana por Outros Inquilinos	1	1
		Vigilância e Controlo de Movimentos Quando Procuram Bens ou Serviços	1	1
		Discriminação Associada à Ideia do Racismo a nível local	3	3
	Discriminação dentro da Comunidade Cigana	Crítica social e Falta de Aceitação pela Etnia Cigana	3	2
	Emergência de Consciência Crítica face à Discriminação	Posição contra os preconceitos e racismo na Sociedade	2	1
		Argumentação de Cidadania	1	1
		Reconhecimento da especificidade da cultura cigana	2	1
		Posicionamento Crítico face à Desigualdade dentro da Etnia no Acesso ao Mercado de Trabalho	5	5
		Consciência de que a Discriminação não Implica Atividades Externas/Leis	2	1
		Defesa da igualdade de oportunidades	4	3
		Total do Nº de Ocorrências		23

Fonte: Elaborado pela investigadora

Na categoria “Emergência de Consciência Crítica face à Discriminação” que foi a que mais ocorrência obteve, – 16 no total – dá-se particular destaque à subcategoria “Posicionamento Crítico face à Desigualdade dentro da Etnia no Acesso ao Mercado de Trabalho” pois, contou com 5 ocorrências. Esta subcategoria aborda uma temática importante uma vez que, revela o “peso” que algumas mulheres “carregam” devido às tradições e costumes impostos nestas comunidades e, se vêm “obrigadas” a cumprir mesmo, por vezes, sendo contra. Ora observemos as seguintes declarações:

E6 (43 anos, 6º Ano) – *“Porque eles têm uma lei que é muito feia, e eu não gosto dessa lei (...). Como por exemplo, não deixarem as mulheres às vezes irem para (...) empregos, (...) não deixam sair sozinhas a partir de uma certa hora e essas coisas todas e, eu acho que, isso é muito chato e mudava tudo isso, tudo o que é de etnia cigana!”*.

E11 (25 anos, 4º Ano) – *“Mudava, alguns costumes que nós temos e (...) algumas maneiras de nós de estarmos e assim, mudava! Algumas coisas se a gente pudesse mudar, mudava! Na maneira de vestir (...) em tudo pronto, mudava algumas coisas!”*.

E15 (23 anos, 2º Ano) – *“Mudava! Dava mais liberdade às ciganas! Não tratava as ciganas de uma forma diferente (...). Mudava (...) [a] maneira de falar, (...) [a] maneira de expressar (...). Era tudo diferente porque a bem dizer, as pessoas (...), a humanidade, olham para as ciganas de uma maneira desprezível, (...) metem sempre à parte!”*.

Estes testemunhos vão ao encontro do que refere Magano (2012), isto é, se “ (...) por um lado, há coação exercida pelo peso da tradição, por outro, as interações e práticas sociais (...) têm impacto a considerar nestes processos de transformação cultural e identitária, que se sobrepõem e complementam a socialização.” (p. 259). Assim, as

“ (...) transformações sociais provocadas pela massificação dos meios de comunicação social, os avanços tecnológicos e de infraestruturas, (...) os realojamentos habitacionais que abriram espaço para contactos sociais mais alargados, a partilha de espaços, a obrigatoriedade da frequência escolar, medidas de política social e a utilização mais frequente e adequada das estruturas de saúde, trazem para a análise novos elementos a ter em conta na difusão de valores e estilos de vida mais universais que se interpenetram no mundo tradicional cigano.” (Castro, 1995; Silva, 2005 in Magano, 2012, p. 260).

Ou seja, na perspetiva de Bastos *et al.* (2007), Mendes (2007), Magano (2010) *in* Magano & Mendes (2014) são especialmente as mulheres que se expressam contra a perpetuação de algumas características ciganas que as pensalizam, como foi possível verificar nos discursos apresentados acima.

No que concerne à subcategoria “Defesa da igualdade de oportunidades” verifica-se que algumas mulheres lutam pela igualdade entre a população. Vejamos algumas declarações:

E8 (18 anos, 5º Ano) – “ (...) *porque elas gostam de trabalhar e a gente também gostava de trabalhar, para vermos o que é que era (...) para sabermos o que é!*”.

E12 (42 anos, 6º Ano) – “*Que houvesse mais respeito pelas pessoas de todas as raças (...) que houvesse mais igualdade!*”.

E12 (42 anos, 6º Ano) – “*Aceitassem todos da maneira que somos (...) para que o mundo melhorasse*”.

Desta forma, alerta-se para o facto de o Princípio da Igualdade presente na Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional de 2005, Parte I – Artigo 13º, não estar novamente a ser cumprido e para o facto de o Direito ao Trabalho presente nesta mesma constituição no Artigo 58º não estar também a ser cumprido uma vez que, “*Todos têm o direito ao trabalho*” (p. 46).

Relativamente à subcategoria “Posição contra os preconceitos e racismo na Sociedade” deparamo-nos com os discursos seguintes:

E1 (35 anos, 6º Ano) – “*Há muito racismo entre o povo que não é cigano e o povo cigano! (...) O povo cigano nunca foi bem aceite!*”.

E1 (35 anos, 6º Ano) – “*esse racismo é muito (...) uma pessoa ou duas pode não ter esse preconceito mas quase toda a gente tem preconceito por ser povo cigano! Por isso, se mudasse tinha que mudar tudo, o mundo todo!*”.

De acordo com os discursos apresentados, poder-se-á afirmar que, atualmente, a etnia cigana continua a ser alvo de discriminação e racismo por parte da sociedade maioritária. Neste seguimento, e como salienta Magano & Mendes (2014, p. 19), citando a Comissão Europeia, 2004; Mendes, 2007; ERRC/Númena, 2007; Bastos, Correia & Rodrigues, 2007 a etnia cigana é “ (...) *o principal alvo de racismo e de discriminação nas sociedades modernas.*”. Contudo, o S.O.S Racismo (s/d) ainda vai mais longe, afirmando que a “ (...) *etnia cigana foi sempre objecto de discriminação, tanto na nossa sociedade como noutras.*” (p. 18).

Neste seguimento, é possível verificar também mais afirmações que vão ao encontro do que os autores supracitados referiram. Assim, nas subcategorias: “Discriminação Associada à Ideia do Racismo a nível local”, “Vigilância e Controlo de Movimentos Quando Procuram Bens ou Serviços” e “Falta de Aceitação da Comunidade Cigana por Outros Inquilinos”, pertencentes à categoria “Discriminação na Sociedade” encontram-se afirmações como:

E8 (18 anos, 5º Ano) – *“Às vezes sinto-me quando vou a uma loja e eles reparam para a gente, a gente ser cigana andam sempre atrás da gente a ver se a gente rouba ou assim (...)”*.

E11 (25 anos, 4º Ano) – *“À muito racismo em Portugal e isso mantém-se! Às vezes eu sinto essa frieza das pessoas através de uma conversa (...)”*.

E12 (42 anos, 6º Ano) – *“Se for para o Tortosendo alugar uma casa não nos alugam! Dizem logo: “Ah, é cigana não paga!”, por causa de uns pagam os outros, é isso!”*.

Há também por parte das entrevistadas uma consciência relativa à sua cidadania (subcategoria “Argumentação de Cidadania”) como podemos verificar no discurso seguinte:

E4 (47 anos, Não sabe ler nem escrever) – *“A discriminação contra o cigano! Porque a gente somos ciganos, e somos cidadãos igual a eles!”*.

E um discurso referente ao reconhecimento da especificidade da sua cultura (subcategoria “Reconhecimento da especificidade da cultura cigana”), como se comprova nestas de declarações:

E4 (47 anos, Não sabe ler nem escrever) – *“ (...) a gente não somos ciganos! Somos da etnia cigana! Como eles são brancos da etnia branca, a gente somos ciganos! É uma raça como outra qualquer! E elas discriminam-nos! Não sei porquê!”*.

E4 (47 anos, Não sabe ler nem escrever) – *“ (...) Porque a gente somos cidadãos portugueses nos B.I.'s, não está lá escrito “Cigano”! Somos cidadãos portugueses!”*.

Através das afirmações apresentadas vão ao encontro do que Branco (2003) escreveu no seu artigo intitulado de – *“Os Ciganos e o RMG: Direitos Sociais e Direito à Diferença”* – na qual afirmou que *“ (...) a população cigana tem exactamente os mesmos direitos que os demais cidadãos, ou talvez mais exactamente as mesmas obrigações, admitindo apenas o reconhecimento dos direitos culturais da*

população cigana em termos de uma procura de maior adequação das actividades de inserção (...) ” (p. 125).

Referentemente à categoria “Discriminação dentro da Comunidade Cigana”, na sua única subcategoria intitulada “Crítica social e Falta de Aceitação pela Etnia Cigana” vejamos as suas afirmações:

E9 (43 anos, 9º Ano) – *“Algumas deixam, mas depois sentem-se discriminadas também pela etnia!”*.

E12 (42 anos, 6º Ano) – *“Ainda há muita discriminação na etnia cigana! Depois levantam muitas calúnias o povo cigano!”*.

E12 (42 anos, 6º Ano) – *“É a etnia cigana que é assim, discrimina mesmo as pessoas! Critica, murmura, (...) à muita murmuração na etnia cigana!”*.

Desta forma, existe ainda muita discriminação internamente ou seja, dentro da própria comunidade cigana. Neste sentido, Villareal & Cabaleiro (2001) alertam para o facto de existirem poucos reconhecimentos relativos à discriminação, às suas causas, às suas formas de manifestação, aos seus efeitos o que proporciona algumas dúvidas quanto às abordagens e instrumentos a utilizar para se poder aplicar nesta temática. Por isso, deve-se refletir sobre as estratégias mais adequadas para que os avanços a médio prazo possam ser passíveis de serem alcançados.

CONCLUSÃO

Como foi referido ao longo deste estudo exploratório, a etnia cigana é, ainda atualmente, fortemente contestada pela sociedade onde vive, sendo-lhes atribuídas representações sociais negativas. Frequentemente, é acusada de manter uma identidade pessoal e social diferente da “normal” (traços entendidos como desviantes como por exemplo, “serem agressivos e violentos”, “serem sujos”, ...) (Magano, 2012). Porém, esta etnia conseguiu preservar, ao longo dos séculos, uma identidade própria e demonstrar uma extraordinária capacidade e estratégia de sobrevivência e adaptação apesar de estarem frequentemente expostos a múltiplas pressões e influências da sociedade moderna (Fraser, 1997 *in* Magano, 2012). No entanto, a comunidade cigana encontra-se num processo de mudança e de adaptação aos novos tempos isto é, a influência das novas tecnologias, o acesso aos serviços básicos, entre outros, não lhes é indiferente o que acaba por afetar diretamente a sua identidade cultural a nível de valores, costumes e até a forma como se relacionam com os outros (Añino *et al.*, 2004/2005).

No presente estudo, participaram de forma voluntária 36 mulheres residentes no Bairro Social do Cabeço, sendo que a maioria – 27.8% – têm idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos, vivem em união de facto (30.6%), encontram-se desempregadas há 1 ano ou mais (44.4%), recebem o RSI (72.2%) e desse rendimento vivem 3 pessoas (36.1%). Todas (100%) referiram que são domésticas, ou seja, ocupam-se de tarefas domésticas e cuidam dos filhos, sendo que apenas 22.2% vive com a sua família nuclear (companheiro e filhos). No que concerne ao nível de escolaridade, 19.4% das participantes não sabe ler nem escrever mas, ainda com a mesma percentagem têm o 6º ano. 55.6% das participantes diz estar satisfeita com a sua vida e 83.3% refere que a sua qualidade de vida é razoável no entanto, 69.4% das inquiridas declara que considera que tem os mesmos direitos que as mulheres não ciganas apesar disso, 30.6% refere que não têm os mesmos direitos já que 11.1% desses 30.6% mencionam que ainda existe muita discriminação. Comparativamente à vida de uma mulher não cigana 66.7% afirmaram que era mais condicionada devido à discriminação (19.4%), ao facto de não terem liberdade (13.9%) e de não terem as mesmas oportunidades (11.1%). No que diz respeito às redes de apoio à comunidade cigana 69.4% das participantes alegaram que existem em contrapartida, 77.8% declararam que as redes de apoio que existem não são suficientes para dar resposta às necessidades existentes na

comunidade cigana e, por isso, alertam para a necessidade da criação de mais apoios. Relativamente ao Projeto Quero Ser Mais E6G, todas as participantes (100%) referiram que o projeto cria formas de ocupação de tempo livre e é uma mais-valia para o Bairro Social do Cabeço porque os envolvem enquanto comunidade permitindo assim, maior convívio (33.3%), maior oportunidades de aprendizagem (30.6%) e maior resolução de problemas (13.9%).

Desta forma, os dados indiciam que, uma grande parte da população cigana se encontra em situação de pobreza e exclusão sendo que, a exclusão está fortemente ligada à discriminação no que concerne à população referida. Por este motivo, estas populações são vítimas de preconceitos e práticas discriminatórias que se manifestam, sejam em maior ou menor medida, em quase todos os âmbitos sociais e institucionais (Villareal & Cabaleiro, 2001).

Assim, e em resposta ao problema de pesquisa da investigação: Como é que as mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço veem a intervenção do Projeto Quero Ser Mais E6G e que importância lhe atribuem no seu processo de integração social? salienta-se que as mulheres desta comunidade dão grande importância à intervenção efetuada pelos profissionais do projeto e mencionam até que este projeto tem sido uma mais-valia na sua integração na sociedade: Para diversas mulheres residentes no bairro ocorreram algumas alterações na sua vida como por exemplo o conhecimento dos seus direitos e obtenção de mais ajudas. Importa destacar que, de acordo com a perspetiva de Castro (2010) as práticas institucionais, sociais e profissionais são deveras importantes nos trabalhos de terreno já que, é a partir deste que se consegue fazer uma melhor intervenção por parte dos técnicos e encaminhar as situações para as entidades competentes, quando necessário.

No entanto, e no que concerne aos objetivos do estudo exploratório (objetivo geral e específicos) estes foram devidamente respondidos, salientando como principal problema identificado as múltiplas formas de discriminação que estas mulheres enfrentam diariamente.

Neste sentido, em pleno século XXI as mulheres ciganas continuam a ser vítimas de múltiplas formas de discriminação da sociedade maioritária, sendo que dentro da sua própria comunidade acabam, muitas vezes, por sofrer discriminação de género uma vez que, ainda se verificam diferentes papéis entre homens e mulheres (Ribaltambição, 2017). Assim, importa referir o *empowerment* das mulheres ciganas

e a “ (...) *integração da dimensão de género são fundamentais para realizar a igualdade de género e fortalecer as sociedades democráticas*”, uma vez que, no processo de integração das prioridades e preocupações das mulheres ciganas na prática e na política permitiria “ (...) *a promoção da igualdade e o combate à discriminação pelas políticas públicas através da identificação de melhores respostas políticas*”(idem, p. 1).

Neste sentido, será importante referir que as políticas públicas para a intervenção com a comunidade cigana são insuficientes pois, existe uma grande dificuldade em obter uma caracterização que se possa considerar como perfil dos destinatários que irão beneficiar destas mesmas políticas. Logo, a tendência é responsabilizar os indivíduos pelos seus próprios problemas colocando “ (...) *para um plano secundário o papel que o tipo de recursos e políticas sociais, e a forma como são mobilizados, podem ter na (re)produção das situações de exclusão social*” (Castro, 2010, p. 4). Contudo, se a culpa é dos pobres isto é, “ (...) *se a estratificação com base em desigualdades estruturais é inexistente ou relegada para um segundo plano, então as respostas dificilmente se distanciam da hostilidade ou da designação dos ciganos pobres como “resistentes à mudança” e como “não se querendo integrar”* (idem, *ibidem*). Assim, seria importantíssimo realizar uma reflexão que tivesse em conta as diferenças culturais tal como são verdadeiramente e a diversidade existente de forma a poder ser garantida na nossa sociedade a igualdade de oportunidades e de meios (Castro, 2010).

A atuação do Serviço Social tenta ir ao encontro com as expetativas da sociedade ou seja, está fundamentalmente centrada na utilização de um ritmo de atuação compatível com o desenvolvimento e surgimento de problemas sociais e nas respostas aos mesmos com eficiência e eficácia mas também, na adequação de conhecimentos e princípios específicos de atuação (Esgaio, 2014). Nesta linha de pensamento, a IFSW e a IASSW (2013) identificaram dois mandatos principais do Serviço Social: a mudança e o desenvolvimento social, que permitem reconhecer a influência dos fatores estruturais e individuais no bem-estar social como por exemplo, oportunidades e constrangimentos. Assim, os constrangimentos estruturais “ (...) *exigem uma acção ligada à alteração dos sistemas de poder, uma vez que estes estão na origem da discriminação, exploração, opressão e na perpetuação das desigualdades.*” (IFSW e IASSW, 2013 in Esgaio, 2014, p. 210). É de salientar que também a exigência de solidariedade “ (...) *para com os que se encontram em*

situação de desvantagem social, como forma de garantir a inclusão e a coesão social (...)” (ibem, *ibidem*) pois, estes aspetos poderão ser tidos em conta de forma mais consciente e racional em contextos de intervenção comunitária. Desta forma, e com a existência destes dois mandatos, os profissionais de Serviço Social terão um papel de maior envolvimento junto das estruturas sociais, favorecendo “ (...) o *entendimento e ação sobre a realidade social, de acordo com determinados pressupostos político-teóricos*” (Esgaio, 2014, p. 210).

Os profissionais de Serviço Social deverão estar mais ligados às práticas de intervenção social não tão a nível burocrático mas sim, mais a nível das necessidades expressas e sentidas pela população cigana, nomeadamente no aprofundamento do conhecimento das famílias através, por exemplo do contacto no terreno e não apenas restringirem-se só a atendimentos de gabinete, das suas competências, das suas necessidades e até das suas expectativas futuras (Castro, 2010). Isto tem-se verificado a nível da mediação sociocultural que, através de projetos, permitiu a criação de “figuras” que facilitam e promovem a comunicação, integração na coesão e fortalecimento de laços sociais. Possibilitam também a participação das comunidades ciganas nos projetos que a elas se destinam, promovem o acesso a serviços e equipamentos e ainda, facilitam a comunicação entre grupos culturalmente distintos, possibilitando a gestão e prevenção de conflitos (ACIDI, 2012).

Deste modo, o Serviço Social

“ (...) tem um enorme potencial para se constituir, como dinamizador de novos processos de ação participativa, democrática, construindo com os utentes e seus movimentos representativos, novos lugares de organização social, numa sociedade inclusiva, orientada para valores da autodeterminação do sujeito, onde se constroem a justiça social, a liberdade e a igualdade.” (Vieira, 2017, p. 94).

Relativamente às dificuldades da investigação saliento que a maior dificuldade foi a indisponibilidade por parte de algumas das participantes. No entanto, a investigadora tentou contornar esta situação disponibilizando-se ao máximo e adaptado os horários e locais consoante a disponibilidade das participantes.

No que concerne às oportunidades realço a importância da realização do estágio junto desta população pois, permitiu a criação de laços de confiança que levou à existência de uma maior abertura e exposição por parte das mulheres participantes referentemente às suas preceções sobre a sua integração na sociedade

particularmente, sobre manifestações de preconceito, discriminação, e sobre os desafios e apoios sentidos por esta população.

Para trabalho futuros recomenda-se um maior número de participantes pois, no estudo apresentado o número reduzido das intervenientes não permite a generalização dos dados obtidos. Para além disso, deve-se ter sempre em consideração que este tipo de população apresenta contextos sociais bastante heterogéneos assim como, a população. É aconselhável também que se realizem mais encontros e/ou seminários sobre estas populações possibilitando a troca de experiências e intervenções realizadas entre os mais diversos profissionais. Será ainda importante que nas escolas esteja cada vez mais presente o ensinamento e os debates com as crianças e/ou jovens sobre estas temáticas (discriminação, comunidade cigana, etc.) desde cedo para que, a médio longo prazo sejamos aceites pela sociedade maioritária com todas as diferenças que tenhamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIDI. (2012). *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas*. Governo de Portugal.
- Albuquerque, C. P., & Arcoverde, A. C. (2017). *Serviço Social Contemporâneo - Reflexividade e Estratégia* (1ª ed.). Lisboa: PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Almeida, H. N. (2016). Sustentabilidade da Mediação Social. Debates e desafios atuais. Em A. M. Silva, M. d. Carvalho, & L. R. Oliveira, *Sustentabilidade da Mediação Social: Processos e Práticas* (pp. 13-33). Braga, Portugal: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.
- Amado, J. d. (2000). A Técnica de Análise de Conteúdo. *Revista Referência*, 53-63.
- Añino, S., Bezunartea, P., Andrés, M., Barrio, J. R., Cabaleiro, B., & García, C. (Dezembro/Janeiro de 2004/2005). Mujeres Gitanas. (F. S. Gitano, Ed.) *Dossier - Revista Bimestral de la Fundación Secretariado General Gitano*, 31-54.
- Assembleia da República. (2005). *Constituição da República Portuguesa Sétima Revisão Constitucional – 2005*. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições.
- Assembleia da República. (2008). *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*. Lisboa.
- Baranyai, B., Torres, M. H., Vicente, M. J., Cruz, P., & Malta, V. (2014). *Guia Prático dirigido a ONGs para prevenir a discriminação das Comunidades Ciganas*. Net-Kard Project.
- Branco, F. (2003). Os ciganos e o RMG: direitos sociais e direito a diferença. *Intervenção Social*, 121-143.
- Campanini, A. (2015). Intervenção com Famílias numa Ótica Sistémica. Em M. I. Carvalho (Coord.), *Serviço Social com Famílias* (pp. 1-23). Lisboa: Pactor.
- Candeias, P. (Dezembro de 2016). No estudar é que está o ganho? Comparação entre ciganos com diferentes níveis de escolaridade com base em dados do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas. *Revista Configurações*, Vol. 18, 27-46.

- Castro, A. (1 de Junho de 2010). Ciganos e desigualdades sociais: contributos para a inflexão de políticas públicas de cariz universalista. *Fórum Sociológico*, 1-14.
- Castro, A., & Santos, M. (Dezembro de 2010). Na Busca de Consensos para a Promoção da Coesão Social - O percurso profissional de mediadores municipais ciganos. *Cidades - Comunidades e Territórios*, 139-154.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2008). *Não-discriminação e igualdade de oportunidades: um compromisso renovado*. Bruxelas.
- Coolabora. (2013). *Código de Ética e Conduta*. Covilhã: Coolabora, CRL.
- CooLabora. (s.d.). *Áreas de Intervenção*. Acesso em 28 de Outubro de 2017, disponível em CooLabora, CRL - Intervenção Social: http://www.coolabora.pt/pt/pag/___reas_de_interven____o/
- CooLabora. (s.d.). *Projectos*. Acesso em 28 de Outubro de 2017, disponível em CooLabora, CRL - Intervenção Social: <http://www.coolabora.pt/pt/pag/projetos/>
- CooLabora. (s.d.). *Sobre Nós*. Acesso em 28 de Outubro de 2017, disponível em CooLabora, CRL - Intervenção Social: http://www.coolabora.pt/pt/pag/sobre_n__s/
- Costa, M. A. (2006). *Ciganos: Histórias de Vida*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J., & Vieira, S. (2009). Investigação-Acção: Metodologia Preferencial nas Práticas Educativas. *Psicologia, Educação e Cultura, Vol. XIII*, 455-479.
- Csonta, Á., & Nitã, D.-L. (2014). *Defesa dos Direitos Humanos em nome das Comunidades Ciganas. Um guia para profissionais do Direito*. Net-Kard Project.
- Despacho Normativo nº19-A/2015. (12 de Outubro de 2015). Diário da República, 2ª Série - Nº199, Parte C. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional.
- Dias, E. C., Alves, I., Valente, N., & Aires, S. (2002). *Comunidades Ciganas: Representações de Dinâmicas de Exclusão/Integração*. Lisboa: Alto Comissariado para a Integração e Minorias Étnicas.
- Dias, E. C., Alves, I., Valente, N., & Aires, S. (2006). *Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão-integração*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

- Esgaio, A. (2014). A Intervenção Comunitária na Prática do Serviço Social: Um Imperativo na Conjuntura Socioeconómica Atual? Em M. I. Carvalho, & C. Pinto, *Serviço Social - Teorias e Práticas* (1ª ed., pp. 205-223). Lisboa: PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Fernández, A. C. (Outubro de 2001). Sobre la Identidad Gitana. *Revista Bimestral de la Asociación Secretariado General Gitano*.
- Ferreira, A. C. (2011). *Educação Familiar como Forma de Intervenção para o Empowerment - Projeto Formação em Gestão Familiar*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Ferreira, A. M. (1999). *SPSS - Manual de Utilização*. Castelo Branco: Escola Superior Agrária de Castelo Branco.
- Gerhardt, T. E., Ramos, I. C., Riquinho, D. L., & Santos, D. L. (s.d.). Estrutura do Projeto de Pesquisa. 65-88.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Gómez, E., & Kotliaenco, M. A. (2010). Resiliencia Familiar: un enfoque de investigación e intervención con familias multiproblemáticas. *Revista de Psicología*, 103-131.
- Guadalupe, S. (2010). *Intervenção em Rede - Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guerra, I. (Abril de 1994). As Pessoas Não São Coisas que se Ponham em Gavetas. *Sociedade Território*, Nº 20, 11-16.
- Idáñez, M. J., & Buraschi, D. (2012). El Desafío de la Convivencia Intercultural. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, XX(38), 27-43.
- Instituto de Cultura Gitana. (23, 24 e 25 de Outubro de 2011). *III Conferencia Internacional de Mujeres Gitanas*. Acesso em 26 de Janeiro de 2018, disponível em Universidad Internacional Menéndez Pelayo en Granada: <https://www.uimpgranada.es/mujeresgitanas/>
- Janczura, R. (2012). Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*, Vol. 11, 301-308.
- Jeannotte, M. S. (2008). *Promoting Social Integration - A Brief Examination of Concepts and Issues*. Helsinki - Finland.

- Jovens do Projeto Quero Ser Mais E6G. (s.d.). *Actividades*. Acesso em 28 de Outubro de 2017, disponível em Quero Ser Mais E6G: <http://jovensquerosermais.wixsite.com/querosermaise6g/actividades>
- Jovens do Projeto Quero Ser Mais E6G. (s.d.). *Medida I: Inclusão Escolar e Formação*. Acesso em 28 de Outubro de 2017, disponível em Quero Ser Mais E6G: <http://jovensquerosermais.wixsite.com/querosermaise6g/medida-i>
- Jovens do Projeto Quero Ser Mais E6G. (s.d.). *Medida III: Participação, direitos e deveres cívicos e comunitários*. Acesso em 28 de Outubro de 2017, disponível em Quero Ser Mais E6G: <http://jovensquerosermais.wixsite.com/querosermaise6g/medida-iii>
- Jovens do Projeto Quero Ser Mais E6G. (s.d.). *Medida IV: Inclusão Digital*. Acesso em 28 de Outubro de 2017, disponível em Quero Ser Mais E6G: <http://jovensquerosermais.wixsite.com/querosermaise6g/medida-iv>
- Jovens do Projeto Quero Ser Mais E6G. (s.d.). *Quero Ser + E6G*. Acesso em 28 de Outubro de 2017, disponível em Quero Ser Mais E6G: <http://jovensquerosermais.wixsite.com/querosermaise6g>
- Júnior, S. D., & Costa, F. J. (Outubro de 2014). Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. *Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, V. 15, 1-16.
- Kauark, F. d., Manhães, F. C., & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia de Pesquisa: Um guia prático*. Itabuna/Bahia: Via Litterarum.
- Lima, M. P., Vieira, C. M., & Oliveira, A. L. (2007). *Metodologia de Investigação Científica* (8º ed.). Coimbra: Caderno de Textos de Apoio.
- Lima, T. C., Miotto, R. C., & Prá, K. R. (2007). A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre*, 93-104.
- Lopes, D. S., & Costa, A. R. (Dezembro de 2016). Os ciganos de Lisboa e a escolarização: evoluções, impasses, dilemas (2003-2015). *Revista Configurações*, Vol. 18, 67-86.
- Magano, O. (2010). *“Tracejar vidas normais” - Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta.

- Magano, O. (2012). Pluralidade e reconfiguração da identidade cigana em Portugal. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Volume XXIII, 251-268.
- Magano, O., & Mendes, M. M. (2013). *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projectos de intervenção social e cultural*. Lisboa: Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI - Universidade Aberta.
- Magano, O., & Mendes, M. M. (2014). Ciganos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia*, 15-35.
- Magano, O., & Mendes, M. M. (2014). Mulheres ciganas na sociedade portuguesa: tracejando percursos de vida. *Revista Sures, Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História- Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA: Diversidade, plurilinguismo e interculturalidade, Nº3*.
- Magano, O., & Mendes, M. M. (Dezembro de 2016). Constrangimentos e oportunidades para a continuidade e sucesso educativo das pessoas Ciganas em Portugal. *Revista Configurações, Vol. 18*, 8-26.
- Magano, O., Mendes, M. M., & Gomes, S. (Dezembro de 2016). Introdução - Ciganos e Educação. *Revista Configurações, Vol. 18*, 5-7.
- Marques, S. D. (2005). O Trabalho e o Acesso ao Rendimento entre os Ciganos - Virtualidades e Limitações das Leituras da Noção de Exclusão Social na Compreensão da Situação dos Ciganos. *Cidades - Comunidades e Territórios*, 73-89.
- Mendes, M., Magano, O., & candeias, P. (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).
- Muylaert, C. J., Jr., V. S., Gallo, P. R., Neto, M. L., & Reis, A. O. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 193-199.
- Neves, S., Correia, A., & Allen, P. (Dezembro de 2016). Reflexões sobre a implementação de um programa de intervenção psicoeducativa com mulheres ciganas portuguesas. *Revista Configurações, Vol. 18*, 122-139.

- Ochoa, C. (21 de Outubro de 2015). *Amostragem Não Probabilística: Amostra por Conveniência*. Acesso em 3 de Novembro de 2017, disponível em Netquest: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-conveniencia>
- Oliveira, M. S. (2016). Famílias Multiproblemáticas: Estratégias para uma Intervenção Psicossocial. Em A. I. Sani, & S. Caridade (Coord.), *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime* (pp. 221-230). Lisboa: Factor.
- Pereira, V. d., & André, B. P. (2014). Discriminação Racial no Ambiente Escolar: Experiências com Alunos do Ensino Médio no Município de Campos dos Goytacazes. *Revista Científica Internacional*, IX, 60-87.
- Pires, C. M. (2010). A Investigação-acção como suporte ao desenvolvimento profissional docente. *EDUSER: Revista de educação*, 66-83.
- Pires, R. P. (2012). O Problema da Integração. *Sociologia*, XXIV, 55-87.
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social - PNAI. (2008). *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2008/2010*. Lisboa.
- Programa Escolhas. (s.d.). *O Que é o Programa Escolhas*. Acesso em 3 de Novembro de 2017, disponível em Programa Escolhas 6ª Geração: <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao>
- Projeto Encontros. (2013). *Observatório Sócio-demográfico das Comunidades Ciganas*. Moura.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- REAPN. (2007). *Guia para a Intervenção com a Comunidade Cigana nos Serviços de Saúde*. Madrid: Fundación Secretariado Gitano.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013. (17 de abril de 2013). Diário da República, 1.ª série - N.º 75. Lisboa.
- Ribaltambição. (2017). *Encontro “Siñando Kali” – Ser Mulher Cigana No Século XXI*. Acesso em 26 de Janeiro de 2018, disponível em Capazes: <https://capazes.pt/destaques/encontro-sinando-kali-ser-mulher-cigana-no-seculo-xxi/view-all/>
- Rincón, P., Andrés, M. T., & Cabaleiro, B. (Dezembro de 2000). Educación. (A. S. Gitano, Ed.) *Dossier - Revista Bimestral de la Asociación Secretariado General Gitano*, 27-58.
- S.O.S Racismo. (s.d.). *Ciganos*. Lisboa.

- Santo, P. d. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais - Génese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Silva, F. V., Silva, L. A., & Barbas, M. P.-C. (2006). *Explorar o SPSS em Contexto Educativo*. Santarém: Escola Superior de Santarém.
- Silva, L. F. (2008). *Modernidades e Desigualdades Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, L. F., Garcês, I. M., Baptista, F., Barbosa, H., Ribeiro, D., Lerenó, M. I., . . . Gamboa, M. J. (2001). *Acção Social na Área da Família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Sousa, C. J. (2013). *Os Maias - Retrato Sociológico de uma Família Cigana Portuguesa (1827-1957)*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Sousa, L., & Ribeiro, C. (2005). Percepção das Famílias Multiproblemáticas Pobres sobre as suas Competências. *Psicologia*, 169-171.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Tavares, M. V. (1998). *O Insucesso Escolar e as Minorias Étnicas em Portugal - Uma abordagem antropológica da educação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- United Nations Research Institute for Social Development. (1994). *Social Integration: Approaches and Issues. World Summit for Social Development*. Geneva - Switzerland.
- Vicente, M. J. (2013). A intervenção com as Comunidades Ciganas: em prol da igualdade de género e de oportunidades. *Manifesto das Mulheres da Fundación - Instituto de Cultura Gitana*. Granada - Espanha.
- Vieira, C. M. (1995). *Investigação Quantitativa e Investigação Qualitativa: uma abordagem comparativa*. Coimbra: Universidade de Coimbra - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação .
- Vieira, C. M. (2015). *Questões Ligadas à Validade e Fidelidade das Técnicas de Recolha de Dados [projeção visual]*. 33 Diapositivos: color. Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade de Coimbra: Comunicação efetuada no âmbito do Mestrado de Serviço Social 2ª edição. Acessível na plataforma InforEstudante.
- Vieira, I. d. (2017). *A Participação - Um Paradigma para a Intervenção Social* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.

- Vieira, R. (2011). *Educação e Diversidade Cultural - Notas de Antropologia da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vilkamaa, S. (2011). *A Inclusão das Comunidades Ciganas e Travellers na UE - Questões e Desafios*. Bruxelas: European Anti-Poverty Network.
- Villarreal, F., & Cabaleiro, B. (Junho de 2001). Contra la discriminación. (A. S. Gitano, Ed.) *El Globo: Internacional, política y comunicación - Revista Bimestral de la Asociación Secretariado General Gitano*, 23-38.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Inquérito por Questionário

Apêndice 2 – Guião da Entrevista Narrativa

Apêndice 3 – Termo de Consentimento Informado Para Participação Na Pesquisa

Apêndice 4 – Tabelas de Análise de Conteúdo

Apêndice 5 – Cartaz de Atividade: Tertúlia “ComUnidade”

Apêndice 6 – Folheto Informativo da Atividade Realizada

APÊNDICE 1 – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1. Idade: _____ anos

2. Estado Civil:

Solteira	<input type="checkbox"/>
Casada	<input type="checkbox"/>
Viúva	<input type="checkbox"/>
União de facto	<input type="checkbox"/>
Divorciada	<input type="checkbox"/>

3. Situação Profissional:

Empregada há menos de 6 meses	<input type="checkbox"/>
Empregada há 1 ano ou mais	<input type="checkbox"/>
Desempregada há menos de 6 meses	<input type="checkbox"/>
Desempregada há 1 ano ou mais	<input type="checkbox"/>
Desempregada há procura de emprego	<input type="checkbox"/>
Reformada por idade	<input type="checkbox"/>
Reformada por invalidez	<input type="checkbox"/>

3.1. Recebe algum tipo de apoio/pensão? Qual? _____

3.2. Quantas pessoas vivem desse rendimento? _____

4. Ocupação Atual: _____

5. Nível de Escolaridade: _____

6. Com quem vive?

Cônjuge	<input type="checkbox"/>	Nora/Genro	<input type="checkbox"/>
Filhos	<input type="checkbox"/>	Tios	<input type="checkbox"/>
Irmãos	<input type="checkbox"/>	Sobrinhos	<input type="checkbox"/>
Amigos	<input type="checkbox"/>	Outro: qual?	_____ <input type="checkbox"/>

7. Quando se mudou para o Bairro Social do Cabeço houve alterações:

7.1. A nível dos relacionamentos sociais: Sim Não

Se sim, porquê?

7.2. A nível de saúde: Sim Não

Se sim, o que mudou?

7.3. A nível da habitação:

Sim

Não

Se sim, o que alterou?

7.4. A nível físico, psicológico ou emocional:

Sim

Não

Se sim, porquê?

8. O facto de viver no Bairro Social trás consequências na sua vida pessoal, profissional e/ou social?

Sim

Não

Se sim, quais?

9. Numa escala de 1 a 5, atualmente, está satisfeita com a sua vida?

1	Muito Insatisfeito	
2	Insatisfeito	
3	Satisfeito	
4	Bastante Satisfeito	
5	Muito Satisfeito	

10. Numa escala de 1 a 5 como classifica, atualmente, a sua qualidade de vida?

1	Muito Má	
2	Má	
3	Razoável	
4	Boa	
5	Muito Boa	

11. Numa escala de 1 a 5 como classifica, atualmente, o local onde vive?

1	Muito Mau	
2	Mau	
3	Razoável	
4	Bom	
5	Muito Bom	

12. Melhoraria alguma coisa no Bairro Social do Cabeço?

Sim Não

12.1. Se sim, o quê?

13. Nalgum momento foi ou sentiu-se discriminada no Bairro Social do Cabeço?

Sim Não

14. Nalgum momento sentiu-se discriminada quando se dirigiu a um serviço (saúde, escola, Câmara Municipal, Segurança Social, ...) por ser de etnia cigana?

Sim Não

14.1. Se sim, enuncie um exemplo:

15. O facto de viver no Bairro Social do Cabeço condiciona a sua acessibilidade no acesso a bens e serviços?

Sim Não

15.1. Se sim, porquê?

16. Considera que, atualmente, existem redes de apoio à comunidade cigana?

Sim Não

16.1. Considera que as que existem são suficientes para responder às necessidades da comunidade cigana?

Sim Não

16.1.1. Se não, porquê?

17. Considera que tem os mesmos direitos que as mulheres não ciganas?

Sim Não

17.1. Se não, porquê?

18. Considera que, por ser mulher de etnia cigana, a sua vida é mais condicionada comparativamente com as outras mulheres não ciganas?

Sim Não

18.1. Se sim, Porquê?

19. Sente que sofre algum tipo de discriminação?

Sim Não

19.1. Se sim, em que contextos, em que situação?

20. Considera ter bons relacionamentos sociais com pessoas fora da sua etnia?

Sim Não

20.1. Sente dificuldades em manter e/ou criar relacionamentos sociais com pessoas fora da sua etnia?

Sim Não

20.1.1. Se sim, porquê?

21. Relativamente ao Projeto Quero Ser Mais E6G, considera que ele cria formas de ocupação de tempo livre?

Sim Não

22. Considera que o Projeto Quero Ser Mais E6G, é uma mais-valia para a comunidade cigana do Bairro Social do Cabeço?

Sim

Não

22.1. Porquê?

23. Com a implementação deste projeto no bairro, houve alterações na sua vida?

Sim

Não

23.1. Se sim, quais?

APÊNDICE 2 – GUIÃO DA ENTREVISTA NARRATIVA

Esta entrevista será aplicada a mulheres da Comunidade Cigana com idade igual ou superior a 18 anos residentes no Bairro Social do Cabeço que integrem o Projeto Quero Ser Mais E6G e visa os seguintes objetivos:

- Entender como as mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço experienciam/sentem a sua vivência no Bairro Social;
- Analisar a importância que as mulheres da Comunidade Cigana do bairro atribuem às mudanças ocorridas na sua vida devido à existência do Projeto Quero Ser Mais E6G;
- Identificar as potencialidades e as limitações que estão associadas à vida das mulheres no bairro social.

1. Como descreve a mudança sentida ao vir morar para o Bairro Social do Cabeço?

2. Refira quais as vantagens de viver no Bairro Social do Cabeço?

3. Refira quais as desvantagens que sente por viver no Bairro Social do Cabeço?

4. Sendo você mulher cigana, quais são as dificuldades com que se depara no seu dia-a-dia quando procura casa e/ou emprego ?

5. Como ocupa o seu tempo livre?

6. Na sua opinião, o que poderia ser melhorado no Projeto Quero Ser Mais E6G?

7. O que poderia ser desenvolvido pelo Projeto Quero Ser Mais E6G para ajudar a sociedade a integrar melhor os membros da etnia cigana?

8. Muitas vezes, quando se dirigem ao projeto mencionam que são mais discriminadas que os homens. Concorda? Porquê?

9. Na sua opinião, acha que o Projeto Quero Ser Mais E6G, poderia desenvolver algo específico para integração das mulheres de etnia cigana na sociedade?

10. Se pudesse mudar algo na sociedade para que houvesse menos discriminação/preconceito para com as pessoas de etnia cigana, o que mudaria?

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

ESTUDO: “PERCEÇÕES DAS MULHERES DA COMUNIDADE CIGANA DO BAIRRO SOCIAL DO CABEÇO SOBRE A SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL”

CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO: Trata-se de um Estudo exploratório, realizado no âmbito do Mestrado em Serviço Social da Universidade de Coimbra – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação orientado pela Professora Doutora Helena Neves Almeida e pela Coordenadora do Projeto Quero Ser Mais E6G – Tânia Araújo. O objetivo geral do estudo é identificar e analisar as percepções que as mulheres da Comunidade Cigana do Bairro Social do Cabeço têm sobre a sua integração na sociedade, nomeadamente a existência de preconceito, discriminação, desafios e apoios

A recolha de dados será feita através de dois métodos: inquérito por questionário e entrevista narrativa.

VOLUNTARIEDADE E CONFIDENCIALIDADE: A participação neste estudo é de carácter voluntário. Está garantido o direito de, em qualquer momento, se recusar a participar do mesmo sem quaisquer consequências, sendo também garantida a confidencialidade das respostas fornecidas.

Assinatura do Investigador: _____

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem quaisquer consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Nome: _____

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Este documento é composto por uma página e feito em duplicado: uma via para o investigador e outra para a pessoa que consente.

APÊNDICE 4 – TABELAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL					
DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Acesso aos Serviços	Habitação	Discriminação no acesso à Habitação	<p>E1 – “Quando procuramos uma casa, mal saibam que somos da etnia cigana, (...) alugam logo a casa.”.</p> <p>E4 – “ (...) mandam-nos lá ir para arrendar-mos a casa, veêm que somos ciganos não alugam, e isso é uma desvantagem muito grande!”.</p> <p>E4 – “Ainda agora no mês passado, aqui no Cabeço, fui arrendar uma casa e a mulher mandou-me lá e o homem, viu que éramos ciganos não nos quis alugar a casa!”.</p> <p>E14 – “Nem para arrendares aqui uma casa, (...) és logo discriminada! És cigano, não consegues!”.</p> <p>E14 – “Se eu quisesse arrendar uma casa, não me vão arrendar! Só se eu mentisse e dissesse que não era.”.</p> <p>E16 – “Na casa, foi o que nos aconteceu uma vez, fomos à procura de casa e quando souberam que eramos ciganos não nos quiseram alugar!”.</p>	6	4

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Acesso aos Serviços	Emprego	Discriminação associada a Características Físicas e Apresentação	E2 – <i>“Quando procuramos um emprego, basta olharem para a gente veêm que é cigano, olham-nos dos pés há cabeça nem é preciso a gente perguntar por emprego que na cara delas despacham-nos na hora (...)”</i> .	1	1

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Acesso aos Serviços	Emprego	Discriminação no Acesso ao Mercado de Trabalho	<p>E4 – “Os garotos andam a estudar na escola, no ciclo, se forem pedir emprego, (...) não lhe dão o emprego por serem da etnia cigana!”.</p> <p>E5 – “ (...) não dão emprego aos ciganos!”.</p> <p>E5 – “As ciganas não têm possibilidade de trabalhar de maneira alguma! Nem ciganas nem ciganos! Na nossa etnia não dão trabalho (...)”.</p> <p>E6 – “ (...) ainda fui ao Mini-Preço, perguntei lá se eles precisavam que eu lá tivesse nem que fosse para limpeza, qualquer coisa assim, disseram-me logo que não porque lá está, porque têm medo, porque somos de etnia cigana, porque tinham medo que eu sei lá, que eu roubasse ou qualquer coisa assim não sei!”.</p> <p>E6 – “ (...) procurei mais outros empregos, nunca me deram (...)”.</p> <p>E7 – “O emprego negam, dizem que têm outras pessoas (...)”.</p> <p>E10 – “Eu tive um caso com o meu esposo que estávamos à procura de emprego (...) que precisávamos até ao dia de hoje, nada!”.</p> <p>E11 – “Mesmo que a gente queira trabalhar, não é qualquer pessoa que dá um trabalho a um cigano, que é mesmo assim!”.</p> <p>E13 – “Não dão emprego! Não dão! Veêm que nós somos ciganas e não dão!”.</p> <p>E14 – “Ahh, emprego aqui, não!”.</p> <p>E14 – “Vamos ser realistas eu acho que, uma pequena realidade (...) é difícil! Não nos vão pôr! Ainda para mais aqui nesta região da Covilhã, Tortosendo e etc., não! Penso que é impossível darem aqui um emprego a um cigano! Impossível! Só se tiveres as costas muito quentes e se tiveres muito conhecimento com essa pessoa e, mesmo assim, acho que não!”.</p> <p>E16 – “Quando procuramos um emprego, se soubermos que somos ciganos não nos dão!”.</p>	12	9

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Rede de Apoio Formal e Informal	Existência e acesso a redes/suporte social	Melhoria que o Projeto poderia efetuar no Bairro	<p>E4 – “Era o projeto ter aqui uma loja para a gente se aviar, uma mercearia (...)”.</p> <p>E6 – “(...) abrir-mos aqui ao lado (...) um supermercado, ou (...) um mini-supermercado (...)”.</p> <p>E15 – “Só que devia ter era (...) um parque (...) podiam contruir para as crianças brincarem!”.</p>	3	3
		Melhoria do Espaço Interno do Projeto	<p>E7 – “ (...) podia ser melhorado (...) o termo das horas (...)”.</p> <p>E8 – “Olhe colocarem aqui outras coisas, tirarem daqui estas roupas (...) não é porque não goste das roupas (...) mas era para fazerem um espaço mais divertido para as crianças (...)”.</p> <p>E9 – “Olhe aqui só podia ser melhorado se as entidades que mandam vos ajudassem mais! Porque vocês não têm muitos meios para ajudar muito aqui, não é? Vocês às vezes não têm as coisas que precisam! Às vezes também ajudam da vossa vontade (...) o que vocês estão a fazer é o vosso máximo, eu acho! Vocês também não conseguem fazer mais porque também não têm ajudas de ninguém!”.</p> <p>E11 – “As condições. Agora com ar condicionado no inverno quente, no verão com frio! Melhorar as condições, mais nada!”.</p>	4	4
		Classificação do Projeto	<p>E1 – “Nada. A gente gosta de tudo o que fazem (...)”.</p> <p>E2 – “Nada, está tudo bem! Eu acho que está tudo bem!”.</p> <p>E5 – “Não, está tudo bem! Aqui, está tudo bem!”.</p> <p>E10 – “Eu acho que está tudo bem!”.</p> <p>E12 – “Eu acho que está bem! Já está a melhorar!”.</p> <p>E13 – “Melhor do que elas fazem por nós não há!”.</p> <p>E14 – “Não, acho que está bem as coisas! Elas compreendem-nos quando nós temos que fazer alguma coisa (...)”.</p> <p>E15 – “Não, acho que isto está bem.”.</p>	8	8

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
<p align="center">Rede de Apoio Formal e Informal</p>	<p align="center">Existência e acesso a redes/suporte social</p>	<p>Fatores Externos que dificultam a Integração das Mulheres de Etnia Cigana</p>	<p>E1 – “ (...) há sempre discriminação, há sempre racismo (...) E ainda há mais nas mulheres ciganas!”.</p> <p>E2 – “ (...) divulgar para (...) não haver tanto racismo! Porque a gente aqui com as professoras que nos estão aqui a atender estamos há vontade (...)”.</p> <p>E4 – “Mais liberdade para trabalharmos, para ganharmos mais dinheiro, para integrarmo-nos mais na comunidade (...)”.</p> <p>E8 – “Mostrarem às pessoas que a gente somos ciganas mas somos pessoas normais como as outras! Que não somos ladrões, não somos maus, porque em toda a etnia à bons e maus!”.</p>	4	4
		<p>Fatores Internos que dificultam a Integração das Mulheres de Etnia Cigana</p>	<p>E2 – “Isso não há integrar, nem (...) o projeto tem a haver com isso (...) isto já são as pessoas que nasceram assim! Foram aprendendo de uns para os outros, são ciganos! (...) Nem que o projeto fizesse o que fizesse a gente nunca perde o nome de cigano (...) porque as pessoas não pensam dessa maneira.”.</p> <p>E2 – “Não é aqui neste projeto que mudam nem deixam de mudar, é o povo!”.</p> <p>E3 – “ (...) esta coisa dos estudos (...) há um bocadinho de diferença da etnia cigana para (...) vocês (...)”.</p> <p>E8 – “ (...) fazer um trabalho só entre as mulheres, para não se dizer que os homens são mais do que as mulheres (...)”.</p> <p>E9 – “ (...) vocês podem fazer tudo o que quiserem mas nós, deixarmos as tradições também não deixamos porque isto já vem de à muitos anos! Algumas deixam, mas depois sentem-se discriminadas também pela etnia!”.</p>	5	4

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Rede de Apoio Formal e Informal	Existência e acesso a redes/suporte social	Apoio a Nível do Emprego	<p>E3 – “Olhe, aos novos (...) dar um emprego para terem o seu dinheirinho certo para o que eles precisam (...)”.</p> <p>E4 – “ (...) ajudar mais a gente a procurar emprego!”.</p> <p>E4 – “Podia ser dando trabalho às pessoas (...)”.</p> <p>E4 – “Dando emprego aqui para a gente! E ajudando a gente!”.</p> <p>E5 – “ (...) ajudar nalguma coisa para a gente, sei lá (...) talvez emprego (...)”.</p> <p>E13 – “Empregos para a etnia cigana (...)”.</p>	6	4
		Apoio a Nível de Formação Profissional	<p>E5 – “Pudessem criar uma área (...)”.</p> <p>E10 – “Olhe por exemplo, um curso (...) um de costureira, outro de cabeleireira (...) eu gostava de estar num curso!”.</p>	2	2

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Qualidade de Vida	Discriminação a mulheres de etnia cigana	Menos Liberdade em Relação aos Homens	<p>E6 – “<i>Quer dizer a lei cigana é mesmo assim, os homens têm mais prioridades que as mulheres mas isto sempre foi assim (...)</i>”.</p> <p>E7 – “<i>(...) acho que os homens têm mais liberdade e as mulheres não! As mulheres, hoje em dia, já não é tanto, têm um certo limite! Os homens não!</i>”.</p> <p>E13 – “<i>(...) os homens têm mais liberdade que as mulheres!</i>”.</p> <p>E13 – “<i>Eles podem ir para vários sítios e nós não podemos ir!</i>”</p> <p>E15 – “<i>Porque os homens têm mais liberdade que as mulheres! O homem pode andar sozinho e a mulher já não pode, já é diferente, já não pode andar sozinha!</i>”.</p>	5	3
		Menos Abertura à Sociedade	E9 – “ <i>(...) não estamos assim tão abertas à sociedade como os homens (...)</i> ”.	1	1
		Ausência de Poder de Decisão	E11 – “ <i>Na etnia cigana, a mulher está abaixo do homem! É mesmo assim, (...) quem manda em casa são os homens.</i> ”.	1	1
		Rejeição	E14 – “ <i>(...) uma mulher não pode fazer aquilo que um Homem faz, da nossa comunidade! Somos logo automaticamente rejeitadas!</i> ”.	1	1
		Diferenciação	E16 – “ <i>Sim, as ciganas são diferentes dos homens! Mesmo dos homens que são ciganos!</i> ”.	1	1

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Qualidade de Vida	Alterações a nível habitacional	Melhores Condições de Habitação	<p>E1 – “ (...) a casa era melhor, tinha mais condições.”</p> <p>E2 – “ (...) tenho uma casinha boa, tenho uma casa em condições.”</p> <p>E3 – “ (...) melhor condições de casa (...) casinha de banho e tudo (...)”.</p> <p>E6 – “As vantagens é porque a casa é boa! Tem uma casa (...) muito boa graças a Deus (...) é uma casa que é confortável, uma casa que se se vive bem, tem o banheiro, tem os quartos, tem a cozinha, tem isso tudo e é uma casa confortável!”</p> <p>E8 – “ (...) gosto das casas, (...) tem melhor habitação!”</p> <p>E10 – “ (...) pelo menos a minha casa, graças a Deus é boa!”</p> <p>E13 – “ (...) gosto da casa (...)”.</p> <p>E16 – “É termos a nossa casa em condições.”</p>	8	8
	Alterações nos relacionamentos sociais	Comunidade do Bairro Social do Cabeço	<p>E3 – “E convivemos mais com as pessoas!”</p> <p>E6 – “ (...) também tenho alguns vizinhos como a Dona Rosa, que é uma pessoa espetacular e outros mais (...) alguns (...) vizinhos também são pessoas boas!”</p> <p>E15 – “Convivem todos, juntam-se todos, um ri, um brinca, um fala, é bom! Isso é engraçado!”</p> <p>E11 – “É a boa vizinhança (...)”.</p> <p>E16 – “Moramos aqui ao pé dos nossos familiares, dos nossos amigos é bom!”</p>	5	5

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Qualidade de Vida	Alterações a nível físico, psicológico ou emocional	Apoio do Projeto Quero Ser Mais E6G	E4 – “ <i>Bom, olhe é vir aqui para a Cidnet, estar com vocês aqui, que ajudam a gente (...) às vezes desabafamos com vocês, e ajudam-nos muito! Ensinam-nos coisas que o povo aqui não ensina. É a melhor coisa que aqui temos são vocês!</i> ”. E11 – “ <i>(...) esta escola aqui, está perto é um bom espaço (...)</i> ”.	2	2
	Alterações a nível económico	Arrendamento	E9 – “ <i>Temos uma renda mais acessível (...)</i> ”.	1	1

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Lazer	Influência dos Costumes e Tradições	Discriminação presente nas mulheres da Comunidade Cigana no seu dia-a-dia	<p>E2 – “Na lei cigana sim, porque uma mulher cigana não pode ir a uma discoteca sozinha, uma mulher cigana não pode fumar, a mulher cigana não pode ser exposta assim em público num café de perna trocada, com sete ou oito rapazes assim de frente dela, porque na lei cigana começam logo a dizer outras coisas mesmo que a gente esteja lá com boa intenção, aos olhos da lei cigana parece que a gente estamos ali para arranjar marido ou para arranjar namorado, ou para arranjar um encontro, é assim!”.</p> <p>E8 – “ (...) o que nos interessa é haver aquelas que nos respeitam para as tradições nunca acabarem porque se não, as tradições acabavam e acabavamos por ser iguais às outras pessoas e nós também não queremos, queremos manter as tradições das pessoas mais antigas, temos orgulho nisso!”.</p> <p>E9 – “ (...) nós temos mais aquele respeito, não convivemos tanto, convivemos mais com as mulheres (...)”.</p> <p>E9 – “ (...) devido às tradições e assim, estamos mais restritas em algumas coisas (...)”.</p> <p>E12 – “Uma mulher não pode andar sozinha de noite até uma certa hora (...)”.</p> <p>E12 – “Se uma rapariga anda a com um telemóvel já dizem que ela anda a telefonar para aquele, para aquela, já anda metido com aquela, com aquele (...)”.</p> <p>E13 – “ (...) nós mulheres não podemos sair, temos que ficar em casa (...)”.</p> <p>E15 – “ (...) eu (...) estou sempre com o meu companheiro, nunca ando sozinha! Não se pode!”.</p> <p>E16 – “ (...) agora posso vir para os computadores para o Facebook (...) mas se aparecer quatro ou cinco homens, eu tenho que me ir embora senão vêm isso como uma maldade, mesmo que não haja maldade nenhuma!”.</p>	9	7

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL					
DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Lazer	Influência dos Costumes e Tradições	Discriminação presente nas mulheres da Comunidade Cigana ao longo da sua vida	<p><u>Investigadora – “Muitas vezes, quando se dirigem ao projeto mencionam que são mais discriminadas que os homens. Concordam? Porquê?”¹³</u></p> <p>E10 – “Não! Pelo menos por mim não!”.</p> <p><u>Investigadora – “Mas em relação à sociedade ou até mesmo dentro da vossa etnia?”</u></p> <p>E10 – “Sim, isso sim! Antigamente ainda era mais!”.</p> <p>E14 – “ (...) com o tempo pode ser que a comunidade, (...) [vá] evoluindo a pouco e pouco!”.</p> <p>E14 – “ (...) quando a gente fizemos um curso na CILAN, era só (...) homens de um lado e mulheres do outro, à uns anos atrás na CILAN! E agora já não, fizeram uma mista! A pouco e pouco vai-se evoluindo!”.</p>	4	2

¹³ Os excertos colocados a cinzento correspondem às intervenções da investigadora

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Lazer	Formas de Ocupação do Tempo Livre	Realização de Tarefas Domésticas	<p>E1 – “ (...) <i>faço a lida da casa (...)</i>”.</p> <p>E2 – “ (...) <i>passo a ferro, faço a comida, limpo a minha casa, lavo a minha roupa, varro a minha escadaria (...)</i>”.</p> <p>E3 – “ (...) <i>lavar a loiçinha (...)</i> lavar uma roupinha (...)”.</p> <p>E4 – “ (...) <i>arrumar, passar, lavar a roupa, estender, limpar a casa, fazer comida (...)</i>”.</p> <p>E6 – “ (...) <i>arrumar as coisas (...)</i> lavar roupa, pôr a secar, passar e fazer o resto das coisas que tenho a fazer (...)”.</p> <p>E7 – “<i>Lidas da casa (...)</i>”.</p> <p>E9 – “ (...) <i>estou a arrumar, a passar (...)</i> estou sempre a trabalhar (...) vou à igreja lavar a igreja, ando sempre (...)”.</p> <p>E10 – “ (...) <i>em casa a fazer limpezas de casa, não tenho trabalho!</i>”.</p> <p>E13 – “ (...) <i>a arrumar a casa, cozinhar, passar a ferro (...)</i>”.</p> <p>E14 – “ (...) <i>tratando da minha casa (...)</i>”.</p> <p>E16 – “<i>Faço o comer (...)</i>”.</p>	11	11
		Obrigação de Cuidar da Família	<p>E1 – “<i>Tenho três crianças (...)</i> tenho muito que fazer (...) <i>tenho que tomar conta deles (...)</i> Tenho que ir levá-los à escola, buscar (...)”.</p> <p>E2 – “<i>Ajudo a minha filha com (...)</i> os meus netos.”.</p> <p>E3 – “ (...) <i>fazer comer para o meu neto, para o meu genro, para a minha neta (...)</i>”.</p> <p>E5 – “ (...) <i>tomar conta dos meus filhos (...)</i> a ajudar a minha mãe e o meu pai (...)”.</p> <p>E8 – “<i>É sempre com a garota ela ainda não pode ir para a creche (...)</i>”.</p> <p>E11 – “<i>Com os meus filhos (...)</i> tenho três filhos (...)”.</p> <p>E14 – “ (...) <i>tratando dos meus filhos (...)</i>”.</p> <p>E16 – “ (...) <i>trato dos garotos (...)</i>”.</p>	8	8

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Lazer	Formas de Ocupação do Tempo Livre	Projeto Quero Ser Mais E6G	E4 – “ (...) às vezes venho aqui para a Cidnet (...)”. E16 – “ (...) venho à escola (...)”.	2	2
		Religião	E4 – “ (...) vamos aos cultos, vou ao culto à nossa igreja, ou oramos a Deus, ou cantamos um corinho (...)”. E15 – “A ler a Bíblia (...) a orar (...)”.	2	2
		Ajuda/Apoio Emocional aos Membros da Comunidade Cigana	E12 – “ (...) é por aí a ajudar as pessoas, a visitar (...) as pessoas que mais precisam ou assim da minha ajuda quando perderam os entes queridos e, às vezes, vou lá para passar o tempo para elas não pensarem tanto nisso, não ficarem tão depressivas, e eu vou ajudá-las com isso.”.	1	1

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço	Vantagens sentidas	Melhores Condições Habitacionais	<p>E1 – “Foi uma mudança que para mim foi boa, porque a casinha é uma casa nova, eu é que estreei a minha casa e é uma casinha em condições (...)”.</p> <p>E2 – “Por melhores condições de casa. Vivia numa casa muito pequenina (...)”.</p> <p>E4 – “As casas são boas (...)”.</p> <p>E8 – “ (...) é melhor as casas.”.</p> <p>E16 – “Boa, temos uma casa em condições (...) temos mais conforto e antes não tínhamos tanta possibilidade de pagar a renda, esta é mais barata.”.</p>	5	5
		Classificação do Bairro Social do Cabeço	<p>E5 – “Um bom sítio, um bom lugar!”.</p> <p>E8 – “É mais sossegado (...)”.</p> <p>E16 – “É bom estar aqui a morar!”.</p>	3	3
		A Nível Emocional	<p>E11 – “ (...) senti-me feliz de ter uma casa aqui (...)”.</p> <p>E12 – “ (...) senti mais união, mais harmonia com as pessoas, ajudam mais as pessoas uns aos outros! (...) Vivemos quase todos perto! É uma família só!”</p>	2	2

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço	Desvantagens sentidas	Ambiente do Bairro	<p>E4 – “<i>Olhe em princípio pensei que era bom, mas não foi! (...) o ambiente e as coisas das pessoas aqui não têm amor gritam, outros berram, fazem trinta por uma linha e a gente vive sufocados (...)</i>”.</p> <p>E4 – “<i>(...) Então este bairro tem trazido aqui muitas desgraças e muita coisa.</i>”.</p> <p>E14 – “<i>Muita diferença, porque nunca tinha morado num bairro Câmaraário (...) passei o meu bom bocado porque é uma mudança radical, uma mudança diferente, uma coisa à qual eu não estava habituada de sair à porta de casa e de ver tanta, tanto cigano junto, tanta crinaça junta, eu não estava habituada a isso (...)</i>”.</p>	3	2
		Meios de Subsistência	<p>E4 – “<i>(...) é que eu queria melhores condições de vida para os meus filhos e para mim e não temos!</i>”.</p> <p>E6 – “<i>(...) Não tenho meios para pagar uma renda de casa própria sem ser casa de Câmara, então sou obrigada aqui a estar!</i>”.</p> <p>E13 – “<i>Não tinha outra possibilidade!</i>”.</p> <p>E14 – “<i>Eu não acho vantagens, eu vivo lá porque não tenho, não tenho outro meio para viver!</i>”.</p>	4	4
		Conflitos no Bairro	<p>E11 – “<i>(...) viver com os maus moradores destes prédios, às vezes os conflitos (...)</i>”.</p> <p>E12 – “<i>(...) É os conflitos entre os moradores (...)</i>”.</p>	2	2

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL					
DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço	Desvantagens sentidas	Falta de Atividades de Ocupação de Tempo Livre	E7 – “ (...) nós jovens é não termos grande coisa aqui no bairro!”.	1	1
		Proximidade com Pessoas da Sua Etnia	E2 – “ (...) somos muitos ciganos a morar muito perto uns dos outros (...)”.	1	1
		Melhoria das Condições do Bairro	E5 – “Estamos à espera que arranjem aqui o bairro, como a gente tem crianças, para a gente trazê-las um bocadinho para a rua para brincar!”. E13 – “Não à parque infantil para as crianças (...)”.	2	2

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	DIMENSÕES	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
<p align="center">Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço</p>	<p align="center">Desvantagens sentidas</p>	<p align="center">Acesso a Bens e Serviços</p>	<p>E1 – “ (...) estamos muito longe de tudo (...)quando precisamos de alguma coisa aqui é muito difícil!”.</p> <p>E2 – “ (...) aqui não há lojas ou supermercados (...) por exemplo se a gente precisar de um supermercado aqui não há! Se precisarmos de ir há farmácia (...) não há aqui uma farmácia! Temos de nos deslocar lá para baixo (...) se não tivermos ninguém que nos leve temos de ir a pé, para baixo e para cima (...) e custa a vir!”.</p> <p>E6 – “ (...) porque não há meios (...) a não ser o Mini-Preço ou o Meu Super que tem as coisas, mas não são tão em conta (...)”.</p> <p>E6 – “ (...) eu não me habituei muito bem aqui ao bairro do Tortosendo (...) Porque, é um meio muito pequenino e por exemplo, para compras e para essas coisas todas nós quando queremos comprar coisas mais baratas e assim, nós temos que ir à Covilhã!”.</p> <p>E9 – “Mas não gostei nada! Foi um horror quando mudei! E, não morava cá quase ninguém. Mas não era pelas pessoas, era pelo sítio! Achava muito distante de onde estava antigamente!”.</p> <p>E9 – “ (...) estar longe das coisas, ter de ir a pé ou de autocarro (...)”.</p> <p>E10 – “Só queria que (...), aqui no bairro, (...) porem uma lojinha com comércio às vezes, imagine, não temos carro temos de lá ir a pé abaixo ao Tortosendo, pelo menos para leite, para café, para mercearia, pelo menos para essas coisas!”.</p> <p>E12 – “ (...) não há mercearia, temos que ir lá abaixo ao Tortosendo, não há lojas nem nada, não há farmácias para os idosos (...)”.</p> <p>E13 – “ (...) não à loja, (...) às vezes precisamos de coisas e não à aqui lojas perto (...)”.</p> <p>E16 – “Temos os supermercados, as farmácias, as escolas estão muito longe e há pessoas que não têm transporte de camioneta e alguns não têm dinheiro, vão a pé!”.</p>	<p align="center">10</p>	<p align="center">8</p>

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL					
DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	DIMENSÕES	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Mudanças sentidas com a mudança para o Bairro Social do Cabeço	Consequências sentidas da mudança para o bairro	Discriminação no Bairro	E6 – “ (...) mesmo dos prédios onde nós moramos, à senhoras que são racistas (...)”.	1	1
		Discriminação na Sociedade Envolvente	E6 – “ (...) quando ia aí ao Tortosendo (...) via que elas eram (...) um bocado racistas (...) não convivem muito connosco (...) mesmo nas lojas, (...) agora já nem tanto, (...) mas no princípio quando nós entrávamos numa loja elas tinham câmaras e punham-se a olhar fixamente para nós e, muitas delas, às vezes, iam atrás (...) e nós sentia-mo-nos (...) eu sentia-me mal com isso porque nunca fizemos isso e eu fui educada a não roubar e a não fazer certas coisas (...)”.	1	1
		A Nível Emocional	E14 – “Muita diferença, porque nunca tinha morado num bairro Câmaraário (...) passei o meu bom bocado porque é uma mudança radical, uma mudança diferente, uma coisa à qual eu não estava habituada de sair à porta de casa e de ver (...) tanto cigano junto, tanta criança junta, eu não estava habituada a isso (...)”. E15 – “Já não podia andar conforme eu queria! Já tinha que me comportar como uma mulher casada. Já era diferente, já não era solteira, era casada, houve uma diferença muito grande!”	2	2

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Constrangimentos e Oportunidades	Discriminação na Sociedade	Falta de Aceitação da Comunidade Cigana por Outros Inquilinos	E2 – “ (...) se for uma casa assim que a gente vá a arrendar, muito que a senhoria queira-nos arrendar, se houver outros inquilinos lá, metem mal à senhoria e mesmo que já tenhamos a chave ou assim eles há-dem fazer males e maneira que não nos deixam ficar lá (...)”.	1	1
		Vigilância e Controlo de Movimentos Quando Procuram Bens ou Serviços	E8 – “Às vezes sinto-me quando vou a uma loja e eles reparam para a gente, a gente ser cigana andam sempre atrás da gente a ver se a gente rouba ou assim (...)”.	1	1
		Discriminação Associada à Ideia do Racismo a nível local	E11 – “À muito racismo em Portugal e isso mantém-se! Às vezes eu sinto essa frieza das pessoas através de uma conversa (...)”. E12 – “Se for para o Tortosendo alugar uma casa não nos alugam! Dizem logo: “Ah, é cigana não paga!”, por causa de uns pagam os outros, é isso!”. E15 – “Nunca temos direitos a nada!”.	3	3
	Discriminação dentro da Comunidade Cigana	Crítica social e Falta de Aceitação pela Etnia Cigana	E9 – “Algumas deixam, mas depois sentem-se discriminadas também pela etnia!”. E12 – “Ainda há muita discriminação na etnia cigana! Depois levantam muitas calúnias o povo cigano!”. E12 – “É a etnia cigana que é assim, discrimina mesmo as pessoas! Critica, murmura, (...) à muita murmuração na etnia cigana!”.	3	2

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Constrangimentos e Oportunidades	Emergência de Consciência Crítica face à Discriminação	Posição contra os preconceitos e racismo na Sociedade	E1 – “ <i>Há muito racismo entre o povo que não é cigano e o povo cigano! (...) O povo cigano nunca foi bem aceite!</i> ”. E1 – “ <i>esse racismo é muito (...) uma pessoa ou duas pode não ter esse preconceito mas quase toda a gente tem preconceito por ser povo cigano! Por isso, se mudasse tinha que mudar tudo, o mundo todo!</i> ”.	2	1
		Argumentação de Cidadania	E4 – “ <i>A discriminação contra o cigano! Porque a gente somos ciganos, e somos cidadãos igual a eles!</i> ”.	1	1
		Reconhecimento da especificidade da cultura cigana	E4 – “ <i>(...) a gente não somos ciganos! Somos da etnia cigana! Como eles são brancos da etnia branca, a gente somos ciganos! É uma raça como outra qualquer! E elas discriminam-nos! Não sei porquê!</i> ”. E4 – “ <i>(...) Porque a gente somos cidadãos portugueses nos B.I.'s, não está lá escrito “Cigano”! Somos cidadãos portugueses!</i> ”.	2	1

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Constrangimentos e Oportunidades	Emergência de Consciência Crítica face à Discriminação	Posicionamento Crítico face à Desigualdade dentro da Etnia no Acesso ao Mercado de Trabalho	<p>E6 – “Porque eles têm uma lei que é muito feia, e eu não gosto dessa lei (...). Como por exemplo, não deixarem as mulheres às vezes irem para (...) empregos, (...) não deixam sair sozinhas a partir de uma certa hora e essas coisas todas e, eu acho que, isso é muito chato e mudava tudo isso, tudo o que é de etnia cigana!”.</p> <p>E7 – “ (...) podiam fazer alguma coisa que acabassem com a discriminação, com o racismo ... isso tinha que mudar muita coisa mesmo! Outras leis e assim, era tudo diferente!”.</p> <p>E11 – “Mudava, alguns costumes que nós temos e (...) algumas maneiras de nós de estarmos e assim, mudava! Algumas coisas se a gente pudesse mudar, mudava! Na maneira de vestir (...) em tudo pronto, mudava algumas coisas!”.</p> <p>E14 – “ (...) depende de cada pessoa, cada pessoa tem a sua maneira de pensar, cada um tem a sua maneira de ser (...)”.</p> <p>E15 – “Mudava! Dava mais liberdade às ciganas! Não tratava as ciganas de uma forma diferente (...). Mudava (...) [a] maneira de falar, (...) [a] maneira de expressar (...). Era tudo diferente porque a bem dizer, as pessoas (...), a humanidade, olham para as ciganas de uma maneira desprezível, (...) metem sempre à parte!”.</p>	5	5

AUTO-PERCEÇÕES DAS MULHERES CIGANAS SOBRE A INTEGRAÇÃO SOCIAL

DIMENSÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTO	Nº DE ENTREVISTADOS
Constrangimentos e Oportunidades	Emergência de Consciência Crítica face à Discriminação	Consciência de que a Discriminação não Implica Atividades Externas/Leis	<p>E9 – “As pessoas têm de mudar é a mente de quem é racista ou quem nos discrimina!”.</p> <p>E9 – “ (...) as pessoas cada uma tem a sua mentalidade! Nós não podemos abrir a cabeça às pessoas e fazerem que elas falem connosco como falam com as outras pessoas! Mas às vezes elas procuram ser diferentes mas, às vezes lá no fundo, ainda têm aquela discriminação e aquele medo e acham que é tudo igual.”.</p>	2	1
		Defesa da igualdade de oportunidades	<p>E2 – “Tinha de ser tudo igual! Porque a gente todos somos filhos de Deus!”.</p> <p>E8 – “ (...) porque elas gostam de trabalhar e a gente também gostava de trabalhar, para vermos o que é que era (...) para sabermos o que é!”.</p> <p>E12 – “Que houvesse mais respeito pelas pessoas de todas as raças (...) que houvesse mais igualdade!”.</p> <p>E12 – “Aceitassem todos da maneira que somos (...) para que o mundo melhorasse”.</p>	4	3



Tertúlia ComUnidade

A saúde dos nossos olhos
Sessão de sensibilização
e rastreio visual

Com Miguel Jalo
Estudante finalista de Optometria e Ciências da Visão

F	P							
T	O	Z						
L	P	E	D					
P	E	C	F	O				
E	D	F	C	Z	P			
—								
F	E	L	O	P	Z	D		
D	E	F	P	O	T	E	C	
—								
L	E	F	O	D	P	C	T	
F	D	P	L	Y	C	E	O	
P	E	Z	O	L	C	F	T	D

14 de Novembro (3ª feira) | 16h00 | Loja Social do Cabeço



APÊNDICE 6 – FOLHETO INFORMATIVO DA ATIVIDADE REALIZADA

5. Fazer Pausas no Uso de Ecrãs Digitais



Ainda está por decifrar o efeito da utilização regular de dispositivos eletrónicos na visão de quem os utiliza desde uma idade precoce. O que sabemos é que o foco nestes ecrãs diminui a frequência com que piscamos os olhos e afecta, consequentemente, a hidratação. Um dos conselhos é fazer pausas frequentes e olhar para longe de vez em quando.

6. Dormir



Dormir é uma parte muito importante da hidratação e do descanso dos olhos. Sete a oito horas por noite é o mínimo de sono que devemos procurar para evitarmos ter os olhos secos, vermelhos ou com comichões.



Todos estes hábitos ajudam a cuidar e proteger os olhos, preservando a sua saúde visual. Os olhos dizem muito sobre a nossa saúde e parte deste zelo é também estarmos atentos ao que eles mostram.



Para além de todos os conselhos, que certamente ajudam a manter o olho mais saudável, qualquer desconforto sentido deve ser avaliado por um oftalmologista e tratado para evitar problemas visuais de maior gravidade!



Universidade da Beira da Interior – Faculdade de Ciências da Saúde

Cuidados Primários de Saúde Visual



Estudante Finalista de Optometria e Ciências da Visão

Miguel Jaló

1. Manter uma Alimentação Saudável



Uma alimentação diversificada, com foco na fruta, nos vegetais (como alface e cenoura) e no peixe é importante para ingerirmos vários tipos de vitaminas essenciais para otimizar a visão.

2. Proteger os Olhos dos Raios Solares



Os raios solares, em particular os ultra-violeta, são muito fortes para o olho humano. Mesmo em dias menos soalheiros é fundamental a utilização de óculos de sol para proteger os olhos e bloquear o efeito nocivo destes raios.

3. Beber Muita Água



A hidratação dos olhos está relacionada com a forma como hidratamos o nosso corpo. De modo a evitar a desidratação, temos de beber água com regularidade para que os olhos possam produzir lágrimas e assim proteger-se.

4. Evitar Esfregar os Olhos



Falamos de esfregar os olhos com força ou de forma intensa, sobretudo em momentos de comichão. Isto pode danificar a córnea, pelo que é importante ter cuidado com os olhos em primeiro lugar.

Agradecimentos:

- ♦ Universidade da Beira Interior;
- ♦ Projeto Quero Ser Mais E6G;
- ♦ Docente de Análise Optométrica — Vasco Almeida;
- ♦ Coordenadora do Projeto Quero Ser Mais E6G — Dr^a Tânia Araújo;
- ♦ Estagiária do Mestrado de Serviço Social da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra — Adriana Sousa.

